

Tópicos para o Ensino de Biblioteconomia

Volume II

Organizadores:

José Fernando Modesto da Silva
Francisco Carlos Paletta

DOI 10.11606/9788572051996



eca

Tópicos para o
Ensino de
Biblioteconomia

Volume II

Tópicos para o **Ensino de Biblioteconomia**

Volume II

Organizadores:

José Fernando Modesto da Silva
Francisco Carlos Paletta

DOI 10.11606/9788572051996

São Paulo
2019

ECA - USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Diretor: Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro

Vice-Diretora: Profa. Dra. Brasilina Passarelli

Comitê Consultivo: Científico e Editorial

Prof. Dr. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro (ECA/USP, Brasil).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9487332055549431>

Profa. Dra. Lídia Maria Batista Brandao Toutain (ICI/UFBA, Brasil).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2594676200025013>

*Copyright © 2019 Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
1ª Edição*

ISBN: 978-85-7205-199-6

Capa, projeto gráfico e diagramação

Natalia Bae | Tikinet

Impressão

Tikinet

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

T674s Tópicos para o ensino de biblioteconomia [recurso eletrônico]:
volume II / José Fernando Modesto da Silva, Francisco
Carlos Paletta (Organizadores) – São Paulo: ECA-USP, 2019.
168 p.

ISBN 978-85-7205-199-6

DOI 10.11606/9788572051996

1. Biblioteconomia – Estudo e ensino I. Silva, José Fernando
Modesto da II. Paletta, Francisco Carlos

CDD 21.ed. – 020.7

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais



SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Prefácio.....	9
Posfácio	13

Tópicos de Administração, Geração e Uso da Informação

Biblioteca digital: gestão da Tecnologia da Informação.....	17
<i>Francisco Carlos Paletta</i>	

Tópicos de Recursos Informacionais: Representação Descritiva e Informática

RDA: Introdução e comentários sobre as mudanças na representação descritiva	27
<i>José Fernando Modesto da Silva</i>	

Humanidades em ambientes digitais: aspectos conceituais e práticos	57
<i>Marcos Luiz Mucheroni</i>	

Tópicos de Fundamentos e Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Biblioteconomia e lógica: apontamentos sobre argumentos e classificações.....	75
<i>Marivalde Moacir Francelin e Vânia Mara Alves Lima</i>	

Tópicos de Análise Documentária

Introdução à análise documentária	107
<i>Giovana Deliberali Maimone</i>	

Tópicos de Ação Cultural

Quadrinhos na Contemporaneidade	129
<i>Ivan Siqueira</i>	

Tópicos de Ação Cultural

Informação para a ação política a partir da perspectiva da política cultural e dos indicadores culturais	145
<i>Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira</i>	

Sobre os autores.....	165
-----------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Este livro dá prosseguimento ao esforço de um coletivo de professores de Biblioteconomia no sentido de contribuir com a área, por meio do caminho do ensino e da formação profissional de bibliotecários. Neste segundo volume os professores do (agora renomeado) Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, compartilharão aspectos dos conteúdos ministrados em disciplinas do curso de graduação.

É sabido, que a velocidade das mudanças tecnológicas influi nas mudanças sociais e econômicas, e requerem constante adaptação dos bibliotecários no desempenho de suas atividades em um mercado de trabalho que requer bom preparo formativo dos profissionais.

Assim, a formação e a atualização do bibliotecário precisa ser percebida como uma maneira que permita adentrar a área profissional com segurança, bem como, dotado da consciência em buscar seu próprio desenvolvimento profissional contínuo apoiada nas competências transmitidas durante o curso de graduação.

Os conteúdos apresentados estão divididos em linhas disciplinares adotadas pelo curso de biblioteconomia até 2017, e cobrem tópicos inerentes a formação e a prática profissional.

Por seu lado, os textos não esgotam os temas tratados. Aliás, a intenção dos organizadores desta série é o de constituir uma obra aberta e contínua, e que deve incluir tópicos atualizados e inerentes aos cursos de biblioteconomia.

Os tópicos relacionados, neste livro, foram estabelecidos segundo os critérios dos seus autores que detêm ampla liberdade de escolha e de enfoque sobre o que consideram de interesse no instante da concepção do livro.

Os organizadores

PREFÁCIO

Valorizando o Ensino da Biblioteconomia

Os professores dos cursos de Biblioteconomia no Brasil¹ são agraciados por este volume II dos tópicos para o ensino na área. Organizado a partir da estrutura do volume I, e trazendo de volta alguns dos seus autores seminais, a obra contempla as disciplinas Ação Cultural, Tópicos de Administração, Geração e Uso da Informação, Tópicos de Análise Documentária, Tópicos de Fundamento e Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação e Tópicos de Recursos Informacionais: Representação Descritiva e Informática.

Na sua contribuição ao segundo volume da série, a professora Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira² discute “o papel fundamental da informação para a ação política em contextos democráticos a partir da perspectiva da política cultural e dos indicadores culturais”, no âmbito da disciplina Teoria da Ação Cultural. No mesmo escopo disciplinar, o professor Ivan Siqueira³ aborda a “cultura de hibridização” que marca a cultura ocidental desde meados do século XX, e em cujo contexto “as Histórias em Quadrinhos (HQ) oferecem vasto material para a reflexão crítica a respeito dos aspectos fulcrais da arte em nosso tempo”.

No escopo da disciplina Tópicos de Administração, Geração e Uso da Informação, o professor Francisco Carlos Paletta⁴ discute “desafios básicos que as bibliotecas digitais enfrentam dentro dos ambientes Computacionais” (p.35), que incluem a redução dos custos, o aumento da produtividade dos

-
1. Listagem disponível em: http://www.lti.pro.br/?Cursos_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o.
 2. Docente na Escola de Comunicações e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo.
 3. Docente na Escola de Comunicações e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo. Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo.
 4. Docente e pesquisador na Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo.

profissionais da informação e a redução da complexidade da tecnologia da informação, enfatizando a ação desses fatores nas bibliotecas.

Em Tópicos de Análise Documentária, a professora Giovana Deliberali Maimone⁵ oferece sua contribuição à disciplina Introdução à Análise Documentária, que “contempla de modo específico dois campos do conhecimento distintos, porém complementares, que são: Estudos da Linguagem e Processos de Representação Documentária”. Ambos integram uma das linhas de pesquisa mais relevante para as áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informa, qual seja a Organização do Conhecimento, “integrando conteúdos fundamentais para o contato inicial do aluno”, com essa área.

Em Tópicos de Fundamento e Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, os professores Marivalde Moacir Francelin⁶ e Vânia Mara Alves Lima⁷ discorrem sobre a relação entre Biblioteconomia e Lógica, com o objetivo de “apresentar temas da lógica que são de interesse da Biblioteconomia, mas que nem sempre aparecem em conjunto na literatura da área”. Compartilhando inúmeros exemplos de sistemas classificatórios, os autores encerram seu texto observando que “a lógica e a classificação andam lado a lado na Biblioteconomia, pois é a primeira que possibilita a estrutura da segunda”.

Por fim, em Tópicos de Recursos Informacionais: Representação Descritiva e Informática estão disponíveis as contribuições dos professores José Modesto da Silva⁸ e Marcos Luiz Mucheroni⁹. O primeiro autor compartilha um texto onde aborda a RDA: Introdução e comentários sobre as mudanças na Representação Descritiva, apresentando “uma síntese sobre a RDA, centrada em aspectos que permitam uma compreensão geral sobre

5. Docente e pesquisadora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo.

6. Docente e pesquisador na Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo.

7. Docente e pesquisadora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

8. Docente e pesquisador na Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

9. Docente e pesquisador na Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo.

a sua origem, características e terminologia, bem como da sua estrutura e aspectos de aplicação”. O segundo, aborda as Humanidades em ambientes digitais: aspectos conceituais e práticos, destacando os autores que “buscam conexões entre a Ciência da Informação e as Humanidades em Ambientes Digitais, como denominação mais clara” para este campo de estudos.

Como se pode observar, pela síntese aqui apresentada no sentido precípua de *prefácio*¹⁰, este volume II dos Tópicos para o ensino de Biblioteconomia, publicado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, privilegia aspectos pragmáticos de interesse para os alunos da graduação nessa área, com abordagens que também contemplam os aspectos teóricos que permeiam este campo das Ciências Aplicadas.

Ademais, por se tratar de publicação digital este volume estará disponível a todos os alunos dos demais cursos de Biblioteconomia brasileiros, e até mesmo latino-americanos, o que certamente irá trazer ganhos inestimáveis para a formação de futuros bibliotecários.

Nesse sentido, parablenzo os organizadores e autores da coletânea, incentivando-os a permanecer nessa trilha de aportar, cada vez mais, recursos literários e bibliográficos que contribuam para o aprimoramento profissional dos bibliotecários que, num futuro breve, estarão atuando nas bibliotecas da sociedade em rede.

Isa Maria Freire

Doutora em Ciência da Informação
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba

10. “Texto preliminar de apresentação [...] colocado no começo do livro, com explicações sobre seu conteúdo, objetivos ou sobre a pessoa do autor. colocado no começo do livro, com explicações sobre seu conteúdo, objetivos ou sobre a pessoa do autor.”. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Dicion%C3%A1rio>.

POSFÁCIO

Bienvenida a Tópicos para o Ensino da Biblioteconomia II

Acaba de aparecer la segunda entrega de la serie sobre los Tópicos para o ensino da Biblioteconomia. Viene coordinada por los profesores José Fernando Modesto da Silva y Francisco Carlos Paletta e incluye la participación autoral de muchos de los profesores del Departamento de Informação e Cultura de la Escola de Comunicações e Artes de la USP, la gran alma mater brasileña. Cada uno de los participantes atiende a los contenidos que imparte en las asignaturas de grado y lo hace desde una visión actual y provechosa. Actual porque cada profesor profundiza en alguno de los contenidos más relevantes y últimos de su carga docente; provechosa porque enlaza la teoría que expone en clase con la práctica profesional y con su actividad investigadora. De ahí que la continuidad de esta serie no solo sea conveniente, sino que se debe de reclamar por su oportunidad y beneficio. Y hasta reivindicar por su aplicación inmediata al aprendizaje, su congruencia académica y su evidente interés.

No es ajeno el marco de actuación y de referencia social que obliga a una mejora continua de la calidad de cuantos servicios presta la universidad. No se entienden sin un objetivo general común. Docencia, investigación, gestión y extensión han de estar enlazadas por una asociación de fines que les concedan coherencia y conformidad. Cualquier docente que se responsabiliza como investigador de la práctica que le compete va a originar en su aula una atmósfera de averiguación intelectual. Pues concede a los estudiantes argumentos y cuestionamientos que favorecen la propagación de un razonamiento crítico y dinámico. Además, en cuanto propuesta para acercar la enseñanza y la investigación en el marco educativo, supone realizar el conveniente esfuerzo de presentarlas como actividades conexas.

Si lo miramos desde la perspectiva discente, es frecuente que los estudiantes encuentren los contenidos de las asignaturas desvinculados de la realidad y, por ello, menos atractivos y un tanto aburridos. El modelo de

relación horizontal entre la docencia y la investigación permite hacer propuestas cognitivas de alcance reflexivo. Lo que facilita a los estudiantes las competencias y habilidades que necesitan para resolver los problemas de su dominio de actuación. De manera que, desde lo didáctico, la conjunción de intereses, métodos y conceptos entre lo aplicado y la teoría convence a los estudiantes para superar cualquier posible actitud pasiva y receptiva.

La invitación a ultimar este trabajo académico es una tarea que proporciona mucha satisfacción a quien la recibe. No puede ser de otro modo, en primer lugar, por la alegría que supone ver cómo unos profesores e investigadores colegas cumplen sus funciones con compromiso y entrega. Además, por permitir que participe, gustoso, de forma testimonial en su propuesta cognitiva. A lo que se añade, como sucede en esta ocasión, que se trata de una entrega equilibrada en cada una de las intervenciones. El esmero en la elaboración conviene tanto a los destinatarios como al cumplimiento de la misión del centro universitario que la acoge. De modo que su aparición es oportuna y merece todo el aprecio académico, pues el esfuerzo intelectual realizado por los autores ha sido todo un acierto.

En fin, desde aquí parte el contenido que nos entregan los profesores de Información y Documentación de la ECA-USP en su nuevo texto, dispuestos a difundir los resultados de su investigación para apoyar el seguimiento conceptual de las asignaturas que imparten. La sociedad digital cambia deprisa y la Ciencia de la Información vive en una permanente agitación. En esta especialidad, los materiales técnicos envejecen rápido, casi cuando aún acaban de aparecer. En paralelo, las bases teóricas se ven afectadas por situaciones de complejidad conceptual que, a su vez, requieren una continua revisión. Por eso es tan importante transmitir a los estudiantes y a otros interesados las reflexiones que hemos experimentado sobre lo que nos pasa y lo que originamos.

Así pues, hay que congratularse con los coordinadores y con cada uno de los profesores colaboradores por su empeño en enriquecer los temas que dan en sus clases. En el libro han ido desgranado unos textos cuya sola enumeración resulta atractiva. Así, el papel fundamental de la información para la acción política en contextos democráticos; los cómics como material para la reflexión crítica respecto al arte contemporáneo; la gestión de las

TIC en las bibliotecas digitales; el análisis documental desde la doble consideración lingüística y de la representación del contenido; la clasificación lógica de las ideas y su interés para la Biblioteconomía; los cambios en el mundo bibliográfico y las soluciones aportadas por la RDA; y finalmente, la transversalidad de lo digital en las Humanidades y su relación con la CI. Cada una de las aportaciones se incorpora a los objetivos y a la visión global del libro, sin que por ello dejen de presentar en ningún momento precisión conceptual o falta de detalle

Debemos de recibir esta segunda contribución a los Tópicos para el curso de Biblioteconomía con una acogida cordial, porque su finalidad es aportar conceptualizaciones de refuerzo a las actividades docentes. Y hacerlo desde los resultados que los profesores han alcanzado en sus investigaciones y en su experiencia como profesionales y como formadores. Cuentan, pues, con los requisitos más fiables para desearles que su difusión sea, cuanto menos, equivalente a las propuestas brillantes y ponderadas que hacen.

Madrid, 14 de marzo de 2018

José Antonio Moreira-González

Departamento de Biblioteconomía y Documentación

Universidad Carlos III de Madrid, España

BIBLIOTECA DIGITAL: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Francisco Carlos Paletta

Introdução

A gestão consolidada do ambiente de trabalho exige que as bibliotecas digitais adotem uma abordagem holística orientada a pessoas, processos e tecnologia em todo o ambiente computacional de sua infraestrutura tecnológica. Ela também exige que as bibliotecas trabalhem com fornecedores de TI (Tecnologia da Informação) que possam analisar suas necessidades operacionais, que assessoram a implementação, o gerenciamento e suporte contínuo das soluções implementadas.

Os desafios básicos que as bibliotecas digitais enfrentam dentro dos ambientes computacionais incluem:

Redução de custos – Os ambientes de atendimento ao usuário estão mudando rapidamente para locais de pesquisa móveis, globais e virtuais, diversificados culturalmente, que são onerosos para manter e suportar. Através da consolidação de hardware, dos aplicativos e processos de suporte dentro de seus ambientes de trabalho, as bibliotecas digitais podem gerenciar e reduzir os custos de TI, ao mesmo tempo que aprimoram o retorno no investimento.

Aumento da produtividade dos profissionais da informação – Para oferecer serviços com valor agregado ao usuário da informação, as bibliotecas digitais estão buscando maneiras de aumentar a colaboração e o trabalho de equipe, através da criação de um ambiente de trabalho sem fronteiras, estável, confiável e seguro, proporcionando a conexão e acesso à informação a qualquer hora de qualquer lugar.

Redução da complexidade da TI – A falta de padronização dentro do ambiente computacional pode aumentar o tempo e os custos necessários para gerenciar e

suportar este ambiente. Ao mesmo tempo, à medida que os ambientes de computação se tornam mais complexos, o nível de conhecimento e especialização necessários para oferecer suporte passa a ocupar papel relevante no modelo organizacional da biblioteca. As ferramentas de gestão do ciclo de vida de TI permitem a padronização da plataforma de hardware; redução de dispositivos redundantes; simplifica e automatiza os processos computacionais; além de gerenciar as funções de suporte e construir a flexibilidade e estabilidade que permite a criação das condições dinâmicas da gestão da informação digital.

Com base neste cenário, o objetivo deste trabalho é analisar os fatores críticos que devem ser considerados pelas bibliotecas digitais na gestão do ciclo de vida de seus recursos de tecnologia da informação.

Ciclo de Vida da Tecnologia da Informação

O gerenciamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações TICs, torna-se cada vez mais caro e complexo. Estudos indicam que mais que 50% de todos os gastos de TI são alocados para configurar, atualizar, migrar e gerenciar recursos.

Figura 1 – Gerenciamento do Ciclo de Vida de TI



Fonte: Altiris Inc

A maior despesa da propriedade de recursos de TI não reside na compra inicial do hardware e software, mas sim na complexidade de implementar e de manter estes dispositivos.

A fim de reduzir esses custos, as bibliotecas devem adotar soluções que contemplem o uso de softwares de gerenciamento de sistemas para melhorar a confiabilidade e a disponibilidade do hardware e do software através de todas as fases do ciclo de vida de um recurso digital.

Ao avaliar uma ferramenta de gestão do ciclo de vida de TI, Figura 1, observar as seguintes características relevantes da solução:

- Gestão do ciclo de vida de ativos de TI via WEB
- Identificação e localização física do ativo
- Configuração física e lógica – dispositivos de hardware e software
- Monitoramento do uso de software e hardware
- Gestão de contratos de manutenção de HD e SW
- Diagnósticos e informações em tempo real para tomada de decisão
- Estrutura modular com flexibilidade de implantação
- Integração via WEB: banco de dados e repositórios de informação
- Suporte Técnico e Treinamento do usuário
- Ganho de produtividade com relação ao uso de recursos de TI
- Resolução de problemas e disponibilidade dos recursos e serviços via Web

As soluções de gestão do ciclo de vida dos ativos devem permitir um tratamento adequado às complexidades associadas ao gerenciamento dos recursos de TI. Os sistemas devem ser modulares, permitindo a definição de uma estrutura tecnológica compatível com as necessidades computacionais da organização. Podemos destacar as seguintes práticas de gestão de TI com maior impacto financeiro para as bibliotecas:

- Inventário de Hardware e Software
- Administração de Usuários e Sistemas
- Implementação de Soluções
- Controle Remoto

- Help Desk
- Administração de Dados
- Administração de Mudanças
- Padronização e *Compliance*

Para muitas bibliotecas digitais, a crescente disponibilização das tecnologias tem demonstrado uma ambiguidade em seu gerenciamento. No aspecto positivo, estas novas tecnologias têm ajudado a aumentar a produtividade dos profissionais da informação, aprimorar o processo de tomada de decisão e acentuar a satisfação do usuário da informação. Porém, a gestão e o suporte destes ambientes heterogêneos e complexos - repletos de diferentes PCs, desktops e portáteis, dispositivos móveis, impressoras, redes e aplicativos – comprovadamente têm se revelado difíceis e dispendiosos para os departamentos de TI (Tecnologia da Informação).

Neste contexto torna-se relevante avaliar os principais desafios que as bibliotecas digitais terão que enfrentar com relação ao gerenciamento do ciclo de vida de suas tecnologias, consolidação e simplificação de seus processos dentro de seus ambientes computacionais, com objetivo de aumentar a produtividade e construir ambientes ágeis que permitam às bibliotecas responder as demandas da gestão da informação digital.

Biblioteca Digital e a Gestão de TI

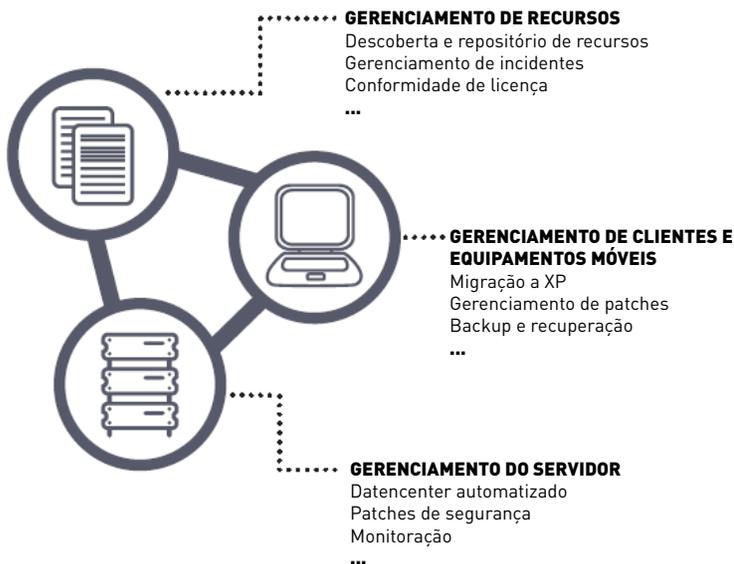
A crescente complexidade dos ativos tecnológicos tem incentivados os gestores de TI a buscarem meios de melhorar a eficiência na operação visando reduzir custos, estar de acordo com os aspectos reguladores e responder às constantes exigências das bibliotecas digitais por uma melhor resposta do departamento de TI às demandas dos usuários. Esses fatores têm sido um impulsor para que os gestores de TI procurem formas eficientes de ter o controle de tudo o que existe em sua rede.

De acordo com ROCKART et al., 1996, os imperativos para que uma organização de TI alcance a excelência operacional e maximize o seu desempenho são:

- Obter alinhamento estratégico entre TI e operação
- Desenvolver relacionamento eficazes entre TI e operação
- Entregar e implantar novos sistemas
- Construir e administrar a infraestrutura computacional
- Recapacitar a organização de TI e garantir alto desempenho
- Administrar parcerias com fornecedores
- Projetar e administrar uma organização de TI inovadora

Uma solução integrada de gestão de ativos combina as disciplinas de gerenciamento de recursos e de serviços da biblioteca digital em uma única arquitetura baseada na WEB, repositório e console, ajudando a unir departamentos e processos diferentes. A Figura 2 ilustra a modularidade necessária para o desenvolvimento da infraestrutura de TI necessária para a implantação de uma solução de gestão de ativos.

Figura 2 – Gerenciamento de recursos, clientes, equipamentos móveis e servidor.



Fonte: Altiris Inc

Ao gerenciar ativamente todo o ciclo de vida dos recursos, a solução ajuda as organizações a eliminar custos desnecessários de software e de hardware, a gerenciar proativamente contratos com fornecedores e alinhar os recursos dos serviços com ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), para assegurar a otimização dos investimentos em TI. Os benefícios incluem:

- Monitorar a configuração, as versões implementadas, os relacionamentos e as informações históricas dos recursos de TI;
- Monitorar o uso do software e hardware para realocação e negociação de contratos;
- Assegurar a disponibilidade dos recursos através do gerenciamento de incidentes e de problemas.

O gerenciamento de clientes e equipamentos móveis permite que os administradores implementem, gerenciem e solucionem problemas de sistemas a partir de qualquer lugar. Os benefícios incluem:

- Gerenciamento consolidado de desktops, notebooks e mobiles;
- Implementação do SO (Sistema Operacional) e migração de personalidade do PC com intervenção zero;
- Inventário abrangente de software e hardware com geração de relatórios pela Internet;
- Avaliação das vulnerabilidades do sistema com distribuição de software e gerenciamento de patches em tempo real;
- Gerenciamento de estados através dos recursos de autocorreção e reversão de aplicativos.

O gerenciamento de servidores oferece as funções de implementação, gerenciamento e monitoração a partir de um console centralizado, reduzindo os custos totais de infraestrutura. Os benefícios incluem:

- Melhorar a confiabilidade e a estabilidade de servidores, minimizando paralizações da biblioteca digital e melhorando a satisfação do usuário;

- Automatizar o gerenciamento das operações de TI para responder rapidamente às mudanças das necessidades da biblioteca digital;
- Monitorar o desempenho, restaurar a operação e minimizar os *patches* de segurança, de modo a assegurar a continuidade da operação.

Gestores de TI estão cada vez mais envolvidos no desenvolvimento, controle e monitoração dos ativos tecnológicos de sua organização. A constante pressão por manter os investimentos de TI eficientes mostra que é prioritário administrar estes ativos de duas formas: como função do departamento de TI bem como parte de um processo integral da organização.

Considerações finais

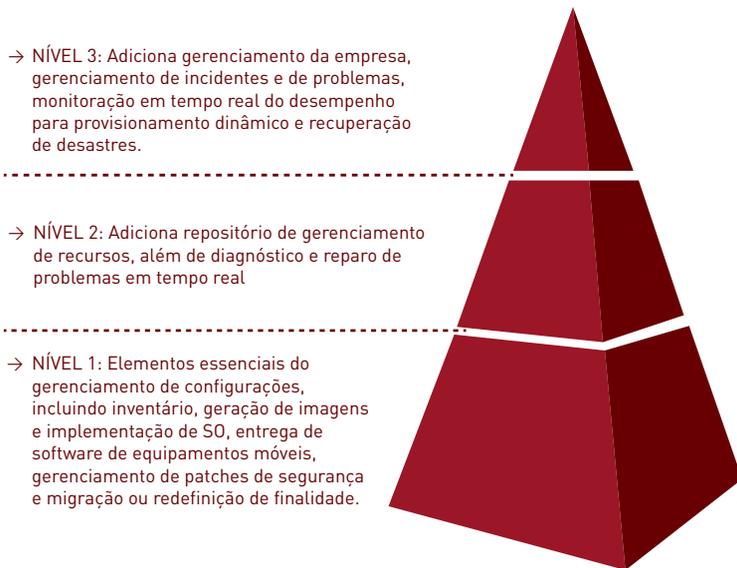
O gerenciamento do ciclo de vida dos ativos de TI deixou de ser uma opção para as bibliotecas digitais, para ocupar papel essencial na estratégia de gerenciamento. Independentemente do tipo de ativo, as bibliotecas precisam implantar soluções de gerenciamento que permitam compreender de forma mínima o que foi adquirido, qual é o seu valor e onde ele está alocado. As soluções de gestão do ciclo de vida de TI compreendem uma combinação de políticas, processos, tecnologias e recursos para utilizar, monitorar, prestar serviço, controlar e atualizar os ativos de hardware e software de maneira eficaz. A solução de gerenciamento do ciclo de vida de TI está organizada em três níveis ao longo de um modelo de maturidade conforme as necessidades de recursos computacionais conforme apresentado na Figura 3.

O incremento contínuo do número de dispositivos computacionais, crescimento exponencial de dados – Big Data, e Computação em Nuvem, contribuem para uma maior complexidade na administração dos ativos de TI. Adicionalmente, as bibliotecas digitais sofrem uma forte pressão para atender a necessidades como:

- Redução do custo total de propriedade (TCO) dos ativos, através da otimização dos processos de gestão de recursos de TI;

- Administrar as relações entre pessoas e ativos de TI;
- Simplificar o processo de atualização de software;
- Assegurar gestão de licenças e contratos;
- Acelerar o serviço/suporte através de alertas proativos, simplificando assim o tempo e o esforço da administração de TI.

Figura 3 – Modelo de Maturidade.



Fonte: Altiris Inc

Administrar os ativos de TI com maior precisão e integração, oferece maior eficiência aos usuários no processo de busca, acesso, recuperação e apropriação da informação. A visão de administração de ativos de TI, no entanto, precisa ser expandida a um nível superior de processos e funcionalidades. No entanto, esta visão de administração de ativos de TI está associada à complexidade de processos e funcionalidades, uma vez que administrar ativos ao longo de todo o ciclo de vida envolve muito mais do que contabilizá-los para reduzir custos. Para administrar os ativos físicos e de software dentro de uma biblioteca digital requer abordagem tecnológica, estratégica e operacional, alinhada aos serviços de informação oferecidos. Consciente desta necessidade, os gestores de

TI precisam alinhar as estratégias da biblioteca digital com as políticas de implantação e uso da Tecnologia da Informação considerando como essenciais os seguintes itens:

- Quais os desafios enfrentados e os caminhos seguidos pelas bibliotecas digitais;
- Quais os serviços oferecidos aos usuários com a implementação da prática de gestão do ciclo de TI;
- Como administrar decisões e processos de compra de ativos de TI;
- Como desenvolver informação preditiva e uma visão em tempo real dos ativos de TI para melhorar o nível de serviço, a segurança e o uso destes;
- Como manter uma consistência e controle de custos em um nível mais profundo por usuário/departamento;
- Em que nível se encontra sua organização e quais passos deve seguir para otimizar sua prática de IT Asset Management.

O uso de tecnologias digitais está evoluindo em direção a soluções abrangentes de gerenciamento de TI que utilizem um único repositório e uma única interface, reduzindo radicalmente os custos e a complexidade do gerenciamento de seus recursos, incluindo desktops, notebooks, handhelds e dispositivos de redes. É fundamental automatizar, simplificar e integrar suas funções de gerenciamento de TI a partir de um único console com base na Web.³

Referências

ALTIRIS. **Gerenciamento do ciclo de vida de TI**. Disponível em: < <http://www.altiris.com> >. Acesso em: 6 abr. 2014.

COEN, L. **Gerenciamento de ativos**: maior controle em TI. Disponível em: <http://www.companyweb.com.br/lista_artigos.cfm?id_artigo=192>. Acesso em: 24 abr. 2007.

LAURINDO, F. J. B. **Um estudo sobre a avaliação da eficácia da Tecnologia da Informação nas organizações**. São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica. Universidade de São Paulo

LAURINDO, F. J. B. et al. O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.8, n.2, p. 160-179, ago. 2001.

PERES, M. **TI e o ciclo de vida de seus ativos: em busca da continuidade, eficiência e transparência**. Disponível em: <<http://www.idclatin.com>> Acesso em: 01 abril. 2014.

ROCKART, J. F. et al. Eight Imperatives for the new IT Organization. **Sloan Management Review**, Massachusetts, v.38, n.1, p.43-55, Fall .1996.

SCHWABER, C. **Soluções abertas para o gerenciamento do ciclo de vida da aplicação** (ALM) Disponível em: < <http://www.borland.com>>. Acesso em: 04 abril. 2014.

RDA: INTRODUÇÃO E COMENTÁRIOS SOBRE AS MUDANÇAS NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

José Fernando Modesto da Silva

Introdução

Na atualidade, a catalogação descritiva passa por mudanças significativas em seus processos de representação dos recursos, e na construção de catálogos bibliográficos. Uma mudança que decorre, entre outras, da adoção de nova norma descritiva – Recurso: Descrição e Acesso (*Resource Description and Access*), identificada pela sigla RDA. Ela substitui o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição – AACR2.

Neste texto, apresenta-se uma síntese sobre a RDA, centrada em aspectos que permitam uma compreensão geral sobre a sua origem, características e terminologia, bem como da sua estrutura e aspectos de aplicação. Objetiva-se servir de introdução inicial aos estudantes de biblioteconomia e bibliotecários brasileiros na função de catalogadores.

Importância do Código de Catalogação

No passado, as bibliotecas criavam os seus próprios catálogos impressos em fichas. Esse processo otimizou-se no início do século XX, em especial nos anos 1900, quando a Biblioteca do Congresso norte-americano começa a comercializar conjuntos de fichas bibliográficas (autor, título e assunto) para outras bibliotecas. Cada conjunto de fichas comprada, por uma biblioteca, significava um retrabalho a menos na catalogação criada localmente. Este procedimento significou o nascimento da catalogação compartilhada (COYLE; HILLMAN, 2007; MILLER, 2011).

Na década de 1960, o desenvolvimento do formato MARC possibilita aos catalogadores criarem registros bibliográficos em formato eletrônico. O MARC torna o compartilhamento de registros mais fácil porque a informação nos registros pode ser trocada entre os computadores (MILLER, 2011).

Quando o catalogador cria um registro bibliográfico, em formato eletrônico, a partir do zero e o compartilha em uma utilidade bibliográfica como a OCLC (*Online Computer Library Center*), o catalogador de qualquer outra biblioteca, membro da OCLC, pode copiar esse registro em vez de criar novamente o seu próprio registro. É o reuso de registro bibliográfico. Um fator fundamental e que permitiu às bibliotecas compartilharem registros entre si foi a ampla adoção do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição). A uniformidade preconizada pela adoção e uso de um código de catalogação sugere que cada catalogador pode criar registros da mesma maneira. Isso significa que o registro catalográfico criado por uma biblioteca do Brasil, pode ser usado por uma biblioteca de qualquer outro país (Miller, 2011).

Código de Catalogação: Breve Histórico

Para entender a importância da RDA, na catalogação atual, é necessário conhecer, ao menos, alguma coisa sobre os códigos de catalogação que a precederam. As primeiras regras de catalogação anglo-americanas foram publicadas no século XIX. Entre as principais normativas catalográficas estão as 91 regras redigidas por Anthony Panizzi e sua equipe, para serem aplicadas aos catálogos do Museu Britânico.

Essas regras aprovadas em 1841, pelos diretores do Museu, influenciaram todos os outros códigos subsequentes, como os de Charles C. Jewett e, em especial, Charles Ammi Cutter que publicou em 1876, suas *Rules for a dictionary catalog*. Sobre esse código, é comum pensar que, devido ao título, seja uma obra com instruções apenas para elaboração de catálogos-dicionários impressos. Entretanto, apesar de propósito, é ainda assim considerada uma das mais importantes normas catalográficas, e que serviu de base para os catalogadores. A sua importância também está na inclusão de normas para

entrada de autor e título, bem como para a representação descritiva, cabeçalho de assunto, e ainda alfabetação de fichas bibliográficas (Barbosa, 1978).

Um código internacional também foi desenvolvido pela *American Library Association* (ALA) e a *Library Association* (Grã-Bretanha), em 1908. Muitas das regras anteriormente estabelecidas por Panizzi, Cutter, Jewett, bem como as regras da *Library of Congress* foram incluídas neste Código (conhecido como Código AA ou, também, Código ALA), algumas como regras-padrão e outras como regras suplementares. O fato de ter sido apoiado por grandes entidades de classe contribuiu para que esse Código fosse bem recebido não só nos Estados Unidos, mas também em vários outros países (Barbosa, 1978; Gorman, 2010).

Revisões desse Código foram publicados nos anos de 1941 e 1949. A revisão de 1949 foi considerado uma coleção de casos, muitos altamente específicos a determinados contextos. E, neste sentido, por eles não estarem baseados em uma teoria de normatização, eram inúteis quando os catalogadores precisaram lidar com novas situações documentais. Como resultado, essa compilação de casos foi amplamente ignorada fora do ambiente norte-americano da biblioteconomia (GORMAN, 2010).

Na década de 1950, Seymour Lubetzky, então bibliotecário da *Library of Congress*, analisou a revisão do código de 1949 e recomendou que as edições posteriores do mesmo fossem baseadas em princípios orientadores, em vez de se consistir em lista de vários casos.

Em 1961, a Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação foi realizada em Paris, onde a declaração de doze princípios acordados entre os países participantes, passou a ser conhecida como os Princípios de Paris.

Esses Princípios deveriam ser adotados pelos códigos e processos catalográficos. As primeiras de Regras de Catalogação Anglo-Americanas (*Anglo-American Cataloging Rules* – AACR) foram publicadas em 1967, em duas versões substancialmente diferentes, uma para Estados Unidos e outro para o Reino Unido, por divergências na redação conjunta do Código. Entretanto, o Código na versão Inglesa, publicado antes da versão norte-americana, foi considerado mais fiel aos ideais de Lubetzky e às declarações dos Princípios de Paris. Porém, as duas versões do AACR foram revistas sob o ponto de vista da padronização, e uma nova edição, denominada AACR2, foi publicada em 1978.

Essa edição era realmente um novo código, organizado de forma diferente do AACR de 1967. Foi chamado AACR2, no entanto, porque os responsáveis por sua edição pensaram que os catalogadores não aceitariam um código completamente novo, apenas onze anos após a publicação do AACR. Desta vez, os representantes, bibliotecários norte-americanos e ingleses, foram essencialmente os mesmos (Barbosa, 1978; Gorman, 2010; MILLER, 2011).

RDA: Desenvolvimento

Quando o AACR2 foi publicado, em 1978, a maioria dos catálogos bibliográficos estavam estruturados em móveis com gavetas repletas de fichas impressas, bem como a maioria das obras tratadas pelas bibliotecas eram textos impressos. Entretanto, a partir da década de 1990 a maioria das bibliotecas havia convertido suas fichas em registros bibliográficos eletrônicos e, deste então, também os recursos informacionais passam a ser disponíveis em outros formatos, incluindo suportes como: CD-ROM e DVDs (GORMAN, 2003; TAYLOR, 2004).

Mesmo os documentos monográficos e seriados mudaram suas formas de publicação para o formato eletrônico. Os catalogadores passaram a lidar com essas mudanças, buscando aplicar o código de catalogação vigente, e que diante dos novos formatos documentais, se tornou cada vez mais desatualizado e, portanto, incapaz de dar suporte à tomada de decisão na representação descritiva.

Assim, as mudanças provocadas pelas tecnologias da informação e comunicação, iniciadas nos anos de 1970, impactam o mundo de forma ampla. Os computadores pessoais tornaram-se poderosos e acessíveis, e a *World Wide Web* revolucionou a maneira das pessoas buscarem e encontrarem informações, além da maneira como se comunicarem.

Com a popularização da web, as expectativas dos usuários de biblioteca mudaram. Desta forma, os usuários se acostumaram a recuperar grandes conjuntos de resultados a partir de pesquisas com palavras-chave simples e o catálogo da biblioteca passou a ser visto como difícil de usar (COYLE, HILLMAN, 2007).

Tais fatos, entre outros, contribuíram para que especialistas em catalogação sentissem a necessidade de desenvolver um novo código catalográfico, diante da infinidade de tipos de recursos que surgiram após a adoção do AACR2, e visto agora como inadequado.

Apesar de ser continuamente revisado, para acomodar a descrição de outras mídias de informação, o AACR2 continuou um padrão orientado ao impresso, com as suas regras descritivas contendo princípios para materiais impressos (OLIVER, 2011).

O código anglo-americano possui capítulos sobre diferentes categorias de materiais informacionais (por exemplo: gravações de som, materiais cartográficos, filmes cinematográficos e gravações de vídeo). Como as novas tecnologias produziram diferentes formatos, alguns deles foram inseridos em mais do que uma das categorias listadas pelo Código, expondo uma discrepância lógica na categorização de materiais.

Algumas das categorias estão baseadas em conteúdo (materiais cartográficos, materiais gráficos, artefatos tridimensionais e realia), enquanto outras são baseadas no suporte, ou seja, no meio físico em que os conteúdos são armazenados (gravações de som, filmes cinematográficos, gravações de vídeos, recursos eletrônicos e microformas) (OLIVER, 2011).

Exemplo desta discrepância é o do recurso que se inclui em mais de uma categoria do AACR2, caso do mapa publicado eletronicamente. Situação na qual questiona ao catalogador se deve seguir o capítulo para materiais cartográficos ou o capítulo sobre recursos eletrônicos.

Outra deficiência do AACR2 refere-se ao seu forte viés anglo-americano. À medida que mais e mais bibliotecas, em todo o mundo, compartilham registros entre si, torna-se importante haver um código catalográfico aceito, para além do Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália (OLIVER, 2011).

No esforço em tornar os códigos de catalogação baseados em princípios e aceitos internacionalmente, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 1997), a partir dos anos de 1990, instalou um comitê para estudar a função dos registros bibliográficos em relação às necessidades dos usuários. Após de vários esboços, o Comitê produziu o documento: Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), em 1997.

O FRBR é descrito como um novo modelo conceitual do universo bibliográfico. A maioria dos conceitos expressos no FRBR esteve implícita no processo catalográfico e de controle de autoridade. No entanto, no FRBR esses conceitos são explicitamente definidos e colocado em um quadro teórico baseado em princípios. Ademais, o FRBR define quatro tarefas do usuário: encontrar recursos que atendam a critérios de pesquisa declarados; identificar que um recurso é o que se procura; distinguir entre diferentes recursos com características semelhantes; selecionar o recurso que atenda às necessidades; e obter acesso ao recurso (RIVA, 2007).

Além de baseado nas tarefas do usuário, o FRBR se fundamenta no modelo de entidade-relacionamento, um conceito da área de bancos de dados. Este modelo é composto de diferentes entidades e das relações entre eles. O modelo é mais complexo do que o esquema de banco de dados relacional atualmente usado em catálogos de bibliotecas.

No modelo da entidade-relacionamento, uma entidade pode ser pensada como uma “coisa”. Existem diferentes tipos de entidades. Cada entidade é definida e possui seus atributos também definidos.

Da mesma forma, cada tipo de relacionamento entre as entidades é definido e tem seus atributos também definidos. Este nível de detalhe permite que os registros bibliográficos sejam analisados em pequenos elementos. O fato de cada atributo ser definido com precisão significa que os usuários podem identificar e selecionar recursos com mais precisão.

Tome-se, por exemplo, o livro *Harry Potter and the Philosopher's Stone* (Harry Potter e a Pedra Filosofal), publicado na Inglaterra pela Bloomsbury, em 1997.

O livro também foi publicado, nos Estados Unidos, pela Scholastic como *Harry Potter and the Sorcerer's Stone* (Harry Potter e a Pedra do Feiticeiro). A obra foi traduzida para vários idiomas e publicada em diferentes edições. Neste exemplo, o FRBR relacionaria todas as diferentes versões criando uma entidade chamada Obra.

A obra *Harry Potter and the Philosopher's Stone* serve de guarda-chuva para as numerosas traduções, edições, adaptações e versões sofridas. Isso é útil para os usuários que desejam saber quais as versões inglesas e quais as norte-americanas são as mesmas obras, e que procuram diferenciar entre edições para discernir entre outros livros de Harry Potter (MILLER, 2011).

Sob o modelo do FRBR, os registros no catálogo bibliográfico tornam-se pesquisáveis de forma mais sofisticada do que a forma pela qual foram inseridos nos catálogos automatizados sob conceito tradicional, e tornados disponíveis online. No entanto, os registros catalográficos ainda não são compatíveis com a forma da informação disponível na Web, e com o qual a maioria dos usuários estão familiarizados.

O problema com os registros bibliográficos é que não são robustos como outros dados bibliográficos com os quais os usuários se acostumaram. Exemplo, nesse sentido, são as informações que alimentam o *Google Maps*, um serviço que permite ao usuário visualizar e até ampliar qualquer local geográfico da terra. É possível encontrar fotos de um determinado local, mudar para uma visualização que simula a experiência de andar por uma rua, e muito mais. Por trás do *Google Maps*, há registros ligados que podem ser manipulados pelos computadores, por detrás da interface apresentada (COYLE, 2010).

No caso das bibliotecas, a maioria dos registros catalográficos consistem de um conjunto de texto, não manipuláveis por computadores semelhante ao *Google Maps*. Além disso, embora útil para as bibliotecas, o formato MARC é diferente de qualquer outro formato de dados usado por outras comunidades de informação. Como resultado, os registros de biblioteca não funcionam bem com outros tipos de registros. Ficam em desvantagem quando descobertos na web (COYLE, 2010).

Tim Berners-Lee prognosticou uma visão do futuro da Web, denominada de Web Semântica, e que consistiria na existência de dados estruturados e vinculados de modo que uma máquina entendesse o significado dos dados, manipulasse e sintetizasse esses dados de maneira complexa e enriquecedora do que seria possível na atualidade. A web semântica depende do desenvolvimento de um dado vinculado estruturado que defina “coisas” e as relações entre elas. É um conceito em franco desenvolvimento (BERNERS-LEE, HENDLER, LASSILA, 2001).

O *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* - JSC deu início, em 2004, na redação de uma revisão para o AACR2, e que foi designada, inicialmente, como Regras de Catalogação Anglo-Americana, terceira edição (AACR3). Com base em manifestações durante o processo de revisão, o JSC

decidiu que era necessária uma abordagem diferente. O trabalho em desenvolvimento foi renomeado para *Resource Description and Access* (RDA).

O JSC também renomeou sua nomenclatura para *Joint Steering Committee for Development of RDA*. Esse Comitê incorporou os princípios do FRBR, na RDA. Optou-se para que os pressupostos da norma adotassem o conceito de entidade-relacionamento usado pelo FRBR. Esse conceito aplicado aos bancos de dados requer que a informação seja analisada e definida em detalhe, e antecipou que a RDA funcionaria bem com a Web Semântica (MILLER, 2011).

Os capítulos iniciais da RDA foram publicados entre os anos de 2005 e 2007 e, em 2008, foi lançado um primeiro documento completo. O texto foi posteriormente revisado, com base em manifestações e sugestões públicas. O documento final da RDA foi encaminhado para edição em junho de 2009, e publicada em junho de 2010 (OLIVER, 2011).

RDA versus AACR2: uma breve comparação

Apesar de se dizer que a RDA é uma substituição do AACR2, e que foi desenvolvida de maneira a permitir compatibilidade com os registros anteriormente produzidos, até onde for possível, há diferenças entre os códigos.

Anhalt e Stewart (2012), destacam duas grandes diferenças que são evidentes por estarem nos objetivos da organização de ambas as normas. Primeiro, o AACR2 foi publicado em 1978, ainda sob o paradigma dos catálogos em fichas. Isso no que refere à descrição do recurso e ao padrão de exibição da representação, prescrevendo detalhes traços ou recuo entre campos descritivos e a ordem dos elementos bibliográficos na descrição. Segundo, a pontuação da ISBD usada para designar esses elementos bibliográficos e dar uma visualização da representação elaborada.

Por outro lado, a RDA surge no contexto do ambiente digital, relativamente com pouca padronização no formato de exibição dos registros, e preconizado como um padrão de conteúdo.

O Apêndice D, na RDA, fornece orientações sobre as especificações da ISBD, visando dar às bibliotecas a opção de continuar a usar as sinalizações e ordenamentos dessa norma, mas isso é opcional. A organização estrutural

e conceitual das normas RDA e AACR2 diferem. Talvez, o primeiro contato do bibliotecário com a RDA pode parecer confuso e mesmo intimidar.

A divisão do AACR2 em duas partes e os apêndices é uma característica própria. A sua parte I é dedicada à descrição, e se subdivide em capítulos por tipologia de materiais. As regras gerais estão no capítulo I e fornecem apoio à descrição aos capítulos específicos ou categorias documentais, cujas regras paralelas às regras gerais, foi um passo significativo a frentes dos processos catalográficos e, em especial, dos códigos anteriores. A segunda parte está orientada à escolha e forma do cabeçalho para pessoas, entidades coletivas e títulos.

Todos os recursos de informação, foram tratados com paridade no AACR2, código descritivo baseado em princípios, porém com limitações. Notadamente, quando um novo recurso ou nova variante de um recurso existente entrasse em cena um novo capítulo deveria ser adicionado à Parte I ou um capítulo preexistente deveria ser revisto para a nova inclusão.

Segundo Oliver (2007), dentre outros aspectos da RDA, que fazem a diferença do AACR2, está o seu foco no usuário, e não nas regras em si. Apesar de aproveitar o que se considera como positivo no AACR2.

A RDA, nesse sentido, é concebida como um meio de descrição e de acesso aos recursos, independentemente dessa forma. A sua estrutura deriva das entidades e atributos preconizados pelo FRBR (conforme já comentado) e pelo FRAD (Requisitos Funcionais para dados de Autoridades) que identificam os principais componentes dos dados bibliográficos e de autoridade, bem como avaliam a utilidade de cada componente na execução das tarefas de usuário. Os modelos proporcionam uma mudança de perspectivas porque os dados são analisados segundo sua utilidade para quem os utilizar; também assumem a promoção da navegação em catálogos e bases de dados (OLIVER, 2011).

RDA: Estrutura e Organização

A RDA não é apenas um novo rearranjo de regras catalográficas, mas uma reconceitualização dos processos descritivos e de construção de catálogos sob a luz do universo bibliográfico, na ambiência digital.

O seu conjunto de instruções e orientações instruem os procedimentos da descrição, considerando as funções que o usuário necessita realizar no catálogo (encontrar, identificar, seleccionar e obter) para consultar um recurso.

No Quadro 1 apresenta-se a estrutura do AACR2, dividido em duas partes composta de 20 capítulos e mais 5 apêndices.

Quadro 1 – Estrutura do AACR2

Partes	Capítulos
I – Capítulos da Descrição por tipo de material	1. Regras Gerais de Descrição; 2. Livros, Folhetos e Folhas Impressas; 3. Materiais Cartográficos; 4. Manuscritos; 5. Música; 6. Gravações de sons; 7. Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeos; 8. Materiais Gráficos; 9. Recursos Eletrônicos; 10. Artefatos Tridimensionais e Realia; 11. Microformas; 12. Recursos Contínuos; 13. Análise.
II – Capítulos sobre Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas.	21. Escolha dos Pontos de Acesso; 22. Cabeçalhos para Pessoas; 23. Nomes Geográficos; 24. Cabeçalhos para Entidades; 25. Títulos Uniformes; 26. Remissivas.
Apêndices	A: Uso de Maiúscula; B: Abreviatura; C: Numerais; D: Glossário; E: Artigos iniciais.

A estrutura da RDA, visualizada no Quadro 2, é organizada em: 10 seções, 37 capítulos e 13 apêndices. Além de um capítulo inicial (o) de introdução. Observa-se que a representação descritiva, com a RDA tem início a partir das instruções e orientações da Seção 1, capítulos 1-4. O capítulo de introdução da RDA fornece os parâmetros de utilização e aplicação da norma.

Quadro 2 – Organização da Estrutura da RDA

Seções e Apêndices	Capítulos e Apêndices
Seção 0	Introdução
Seção 1: Registro dos Atributos de Manifestação e Item	Cap. 1: Diretrizes Gerais para Registro dos Atributos de Manifestação e Item; Cap. 2: Identificação de Manifestação e Item; Cap. 3: Descrição de Suportes; Cap. 4: Provimento de Informação sobre Aquisição e Acesso.
Seção 2: Registro dos Atributos de Obras e Expressão	Cap. 5: Diretrizes Gerais para Registro dos Atributos de Obras e Expressão Geral; Cap. 6: Identificação de Obras e Expressão; Cap. 7: Descrição de Conteúdo;
Seção 3: Registro dos Atributos de Agentes	Cap. 8: Diretrizes Gerais para Registro dos Atributos de Agentes; Cap. 9: Identificação de Pessoas; Cap. 10: Identificação de Famílias; Cap. 11: Identificação de Entidades Corporativas.
Seção 4: Registro de Atributos de Conceitos, Objeto, Evento e Lugar	Cap. 12: Diretrizes Gerais para Registro de Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares; Cap. 13: Identificação de Conceitos; Cap. 14: Identificação de Objeto; Cap. 15: Identificação de Eventos; Cap. 16: Identificação de Lugares.
Seção 5: Registro de Relações Primárias entre Obras, Expressão, Manifestação e Item	Cap. 17: Diretrizes Gerais para Registro de Relações Primárias;
Seção 6: Registro de Relações de Agentes	Cap. 18: Diretrizes Gerais para Registro das Relações de Agentes Associados com uma Obra, expressão, Manifestação e Item; Cap. 19: Agentes Associados a uma Obra; Cap. 20: Agentes Associados a uma Expressão; Cap. 21: Agentes Associados a uma Manifestação; Cap. 22: Agentes Associados a um Item.
Seção 7: Registros das Relações para Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Cap. 23: Diretrizes Gerais sobre o Registro de Relacionamentos entre Obra e Assuntos;

continua...

Quadro 2 – Organização da Estrutura da RDA

Seções e Apêndices	Capítulos e Apêndices
Seção 0	Introdução
Seção 8: Registro das Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens	Cap. 24: Diretrizes Gerais sobre Registros das Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens; Cap. 25: Obras Relacionadas; Cap. 26: Expressões Relacionadas; Cap. 27: Manifestações Relacionadas; Cap. 28: Itens Relacionados.
Seção 9: Registro das Relações entre Agentes	Cap. 29: Diretrizes Gerais sobre Registro das Relações entre Agentes; Cap. 30: Pessoas Relacionadas; Cap. 31: Famílias Relacionadas; Cap. 32: Entidades Corporativas Relacionadas.
Seção 10: Registro das Relações entre Conceito, Objetos, Eventos e Lugares	Cap. 33: Diretrizes Gerais sobre Registro das Relações entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares; Cap. 34: Conceitos Relacionados; Cap. 35: Objetos Relacionados; Cap. 36: Eventos Relacionados; Cap. 37: Lugares Relacionados.
Apêndices	A: Uso de Maiúscula; B: Abreviações e Símbolos; C: Artigos Iniciais; D: Sintaxes de Registros para Dados Descritivos; E: Sintaxes de Registros para Controle do Ponto de Acesso; F: Instruções Adicionais sobre Nomes de Pessoas; G: Títulos de Nobreza, Termos relativos a Hierarquia, etc.; H: Datas no Calendário Cristão; I: Designadores de Relacionamentos: Relações entre uma Obra, expressão, Manifestação ou Item e Agentes; J: Designadores de Relacionamentos: Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens; K: Designadores de Relacionamentos: Relações entre Agentes; L: Designadores de Relacionamentos: Relações entre Conceitos, Objetos, Eventos, e Lugares; M: Indicações de Relacionamentos: relacionamentos de Assuntos.

Sobre os apêndices, ressalte-se aqueles relacionados com a apresentação e visualização dos registros bibliográficos. Como a maioria dos capítulos da RDA estão orientadas para o conteúdo, fica liberada dos aspectos formais da apresentação dos registros, colocada sob a decisão da agência bibliográfica. Desta forma, os apêndices D e E proporcionam

um mapeamento dos dados bibliográficos, sendo que o apêndice D fornece a codificação dos dados segundo a ISBD e o formato MARC 21; e o apêndice E centra-se na apresentação e codificação dos pontos de acesso (GONZÁLEZ ALASTUEY, 2011).

RDA e a Terminologia

A maior parte da terminologia da RDA tem origem no FRBR, assim, termos tradicionalmente usuais na catalogação são substituídos. Nesse sentido, o *Joint Steering Committee for Development of RDA*, órgão responsável pelo desenvolvimento da norma, destaca que o termo “entrada principal”, usado no contexto dos catálogos bibliográficos impressos, não é aplicável no ambiente online, onde é recomendado o uso do termo “ponto de acesso preferido”.

O termo “cabeçalho autorizado” ou “cabeçalho controlado” torna-se “ponto de acesso autorizado”, bem como o termo “título uniforme” que também passa a ser designado como “ponto de acesso autorizado” (e que representa tanto uma obra ou uma expressão); as remissivas “ver” e “ver também” tornam-se “pontos de acesso variantes”.

Nessas mudanças de terminologias, a expressão que se originaram na catalogação impressa é substituída por termos que são tanto mais abstratos (menos evocativos dos catálogos em formatos físicos) e, em muitos casos, mais especificamente sugestivo dos relacionamentos entre as entidades FRBR.

Além disso, um dos objetivos da RDA é também substituir a terminologia bibliográfica especializada com termos compreensíveis para diversos ambientes de informação (ANHALT; STEWART, 2012).

RDA e a Descrição

A RDA propõe três mudanças na maneira como as informações são registradas na descrição bibliográfica:

- (1) a informação pode ser retirada de qualquer lugar do recurso descrito, sem indicação especial;
- (2) a informação é para ser transcrita como aparece no recurso; e
- (3) todos os nomes que aparecem na indicação de responsabilidade devem ser indicados.

Na norma antiga, a página de rosto e o verso da página de rosto eram as fontes principais para coleta e registro das informações bibliográficas. Entretanto, com o passar do tempo os editores começaram a exibir suas publicações de forma criativa, e os catalogadores foram orientados a indicar que a informação encontrada não estava nas fontes autorizadas, indicando tais informações entre colchetes.

Com a RDA, as informações podem estar em qualquer lugar do recurso, e o catalogador só utiliza colchetes para indicar as informações requisitadas a partir de fontes externas, como sites e etc.

Outro procedimento, instruído pela RDA, refere-se à transcrição da informação bibliográfica tal como aparece no recurso, com os erros ortográficos e tudo mais.

No AACR2, a correção era acompanhada da sinalização “ **[sic]** ” indicando que a palavra fora grafada incorretamente ou estava ausente.

Na RDA a informação é registrada exatamente como aparece e adicionada em notas e ponto de acesso, conforme for apropriado.

A exceção é mantida para o título principal de uma publicação seriada ou um recurso integrado. Em todos os casos explicar nas notas e fornecer ponto de acesso se for importante, conforme exemplo usando campos MARC:

245 13 \$a La tarea de goberrnar.

246 3# \$i Título correto: \$a La tarea de govarnar

260 ## \$a Lima : \$b Gruppo Andino, \$c 2010.

A RDA, baseada na Declaração dos Novos Princípios de Catalogação, preconiza ao catalogador o procedimento de “registrar o que vê”, e “aceitar o que recebe”. Como exemplo temos a orientação de não abreviar palavras

em campos de transcrição de atributos bibliográficos como no exemplo com campos MARC:

250: Terceira edição revisada (não mudar para: 3ed. rev.).

260: ABC Publishing Company (não mudar para: ABC Pub. Co.).

A razão deste procedimento é a de promover e facilitar o aproveitamento de metadados produzidos por editores, ou contidos nos recursos que se cataloga, evitando realizar mudanças ou ajustes nos dados de informação. Assim, o destaque ao princípio de representação de não abreviar ou substituir palavras que aparecem no recurso (TILLET, 2010).

Para ilustrar algumas das mudanças preconizadas pela RDA, na representação descritiva, adota-se para visualização as áreas da ISBD, com as quais os bibliotecários estão familiarizados.

Área do Título e Indicação de Responsabilidade

Sobre a indicação de responsabilidade, a regra dos três autores. O AACR2 (1.1F5) se uma indicação de nomes de responsabilidade contém mais de três pessoas ou entidades coletivas executando a mesma função ou com o mesmo grau de responsabilidade, citar o primeiro e omitir todos os demais. Indicar a omissão com a marca (...) e adicionar a abreviação latina: et al. (ou sua expressão et alli) entre colchetes.

Na RDA não existe tal limitação. A norma (2.4.1.5 RDA) instrui o registro da indicação de responsabilidade de mais de uma pessoa, etc, como uma única indicação, independentemente de as pessoas, famílias ou entidades corporativas mencionadas, desempenharem a mesma função ou funções diferentes.

Para a RDA, a regra de três não é aplicável. A omissão é opcional, e fica à critério do catalogador ou da biblioteca.

Exemplo do AACR2:

Second growth : community economic development in rural
British Columbia / Sean Markey ... [et al.].

Exemplo da RDA:

Second growth : community economic development in rural
British Columbia / Sean Markey, John T. Pierce, Kelly Vodden, and
Mark Roseland.

Exemplo da RDA – Omissão opcional:

Second growth : community economic development in rural
British Columbia / Sean Markey [e três outros].

Área da Edição

Na RDA, a indicação da edição são elementos transcritos sem abreviação a menos que apareçam desta forma no recurso. No Quadro 3, exemplifica-se a ocorrência entre AACR2 e RDA.

Quadro 3 – Instruções sobre citação da Edição

AACR2: 1.2B1; B.5A; C.2B1; C.3B1	RDA: 2.5.1.4; 1.8.1
2 ed. Fonte de informação: Segunda edição	Segunda edição. Fonte de informação: Segunda edição
Nouv. éd. Fonte de informação: Nouvelle édition	Nouvelle édition. Fonte de informação: Nouvelle édition
Version 4. Fonte de informação: Version IV	Version IV. Fonte de informação: Version IV
6. Aufl. Fonte de informação: 6. Aufl.	6. Aufl. Fonte de informação: 6. Aufl.

No que se refere as regras do AACR2 para a edição:

- 1.2B1 – transcrever a declaração edição como encontrado no item. Usar as abreviaturas conforme as instruções no Apêndice B e os numerais como instruído no apêndice C.
- B.5A1 – abreviar as palavras, ou substituir uma forma de abreviação na indicação de edição conforme (B.9-B.12, B.15-B.14).

- C.2B1, C3B2 – referem-se à substituição de algarismos arábicos para romanos em áreas e elementos da descrição bibliográfica.

No que se refere às instruções da RDA para a edição:

- 2.5.1.4 – transcreva uma indicação de edição como aparece na fonte de informação. Observando as orientações gerais de transcrição dada em 1.7.
- 1.8.1 – quando os números de gravação, expressa em números ou as palavras em um elemento transcrito, registrar na forma em que aparecem na fonte de informação. Observando as orientações gerais de transcrição dada em 1.7.

Área da Informação da Publicação

Nesse contexto, as abreviações da catalogação tradicional como “[sl]” e “[sn]” – respectivamente: *sine loco* e *sine nomine*, são exemplos de terminologia específica obscura até mesmo para muitos bibliotecários. A RDA substitui por frases mais claras, como: [local de publicação não identificado]; e [editor não identificado].

O AACR2 indica o uso de abreviações. A RDA não recomenda abreviações neste elemento bibliográfico a menos que eles sejam encontrados nas fontes de informação. Os exemplos abaixo ilustram a indicação de lugar e editor em ambas as normas comentadas:

Quadro 4 – Uso de expressões latinas na Publicação

AACR2: 1.4B4, 1.4C6, 1.4D6	RDA: 2.8.2.6, 2.8.4.7
[S.l.] : Poote Press, 1987.	[Lugar de publicação não identificada] : Poote Press, 1987.
Vancouver, B.C. : [s.n.], 1951.	Vancouver, British Columbia, Canada : [Editora não identificada], 1951.
[Seattle? : s.n., 1966]	[Seattle?] : [Editora não identificada], [1966]
[S.l. : s.n.], 1962.	[Lugar de publicação não identificado] : [Editora não identificada], 1962

As mudanças, na indicação da publicação e das datas de direitos autorais, preconizadas pela RDA, têm um efeito pouco drástico sobre a apresentação do registro bibliográfico. Fornecem maior precisão na identificação das entidades do FRBR.

O AACR2 reconhece a distinção conceitual entre dois tipos de datas (1.4F1 – 1.4F7), embora as insira no mesmo elemento bibliográfico (data de publicação, distribuição, etc.), e oferece a possibilidade de a data de direitos autorais ser registrada no lugar da data de publicação, se desconhecida (1.4F6).

A RDA preserva essa distinção de forma mais consistente no registro dos dados: data de publicação e data de direitos autorais são registradas como elementos bibliográficos distintos. Nos registros construídos em acordo com a RDA não se deve indicar uma data de direitos autorais sozinha, no lugar de onde não foi determinada a data de publicação; ao invés disso deve-se indicar uma data estimada sob pontuação entre parênteses, com ou sem ponto de interrogação, de acordo com o nível de confiança do catalogador na data indicada.

A data em que uma Obra foi protegida por direitos autorais estabelece as garantias de propriedade que são específicas à própria Obra como propriedade intelectual. A data de direito de cópia é um elemento essencial, quando nem a data de publicação nem a data de distribuição são fornecidas.

A RDA define a data de copyright como uma data associada a uma reivindicação de proteção sob direitos autorais ou um regime similar. As datas do fonograma são consideradas como datas de direitos autorais.

A data do copyright e as datas do fonograma são precedidas do símbolo de direitos autorais (©) e do símbolo de fonograma (^{FP}). Os catalogadores são obrigados a registrar apenas a última data de direitos autorais quando um recurso tem várias datas de direitos que se relacionam com vários aspectos do recurso (WEBER; AUSTIN, 2011).

No que se refere à estimativa da data, assim como o AACR2 apresenta regra específica, a RDA também preserva orientação semelhante conforme Quadro comparativo 5, contendo algumas situações na orientação das datas.

Quadro 5 – Comparação entre AACR e RDA na citação de Datas

AACR2: 1.4F7	RDA: 1.9.2 – registro de datas
[1971 ou 1972]	[1971 ou 1972]
[1969?]	[1969?]
[entre 1906 e 1912]	[entre 1906 e 1912]
[ca. 1960]	[cerca de 1960?]
[197-]	[entre 1970 e 1979]
[197-?]	[entre 1970 e 1979?]
[18--]	[entre 1800 e 1899]
[18--?]	[entre 1800 e 1899?]
[não depois de 21 Ago., 1492]	[não depois de 21 de Agosto de 1492] [não antes de 22 de Abril de 2010]

Área da Descrição Física

Como ocorre com a indicação de dados de distribuição da publicação, a descrição física sob a RDA apresenta especificações próprias, a começar pela designação, chamada de Descrição do Suporte. Entretanto há duas exceções.

As abreviações são substituídas por palavras ou frases completas. No Quadro 6 exemplifica-se a aplicação, no caso de manuscritos.

Quadro 6 – Citação na Descrição Física do Recurso

AACR	RDA
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas.

As duas exceções no uso de abreviações são mantidas para centímetros (cm) e polegadas (pol.), usado para medida de altura e largura de

materiais impressos manuscritos ou para diâmetro de discos. As medidas são convenções internacionais, e no caso de cm (não usa ponto).

Para a instrução RDA (7.15), por exemplo, se o recurso contém conteúdo ilustrativo, registra-se com a palavra ilustração ou ilustrações, conforme o caso. Desconsidera-se páginas de títulos ilustradas, etc., e ilustrações de menor importância. Exemplos de aplicação em:

Quadro 7 – Citação da Ilustração no Recursos

AACR2	xxiii, 554 p. : il. ; 24 cm.	xv, 453 p., [16] p. de lâminas : il. (algumas col.), mapas (alguns col.) ; 24 cm.
RDA	xxiii, 554 páginas : ilustração ; 24 cm	xv, 453 páginas, 16 páginas de lâminas não numeradas : ilustrações (algumas coloridas), mapas (alguns coloridos) ; 24 cm

Área da Série

O título principal e a numeração da série são os elementos essenciais para a RDA. A diferença substancial para a AACR2 é que a RDA não faz uso de abreviações.

AACR2 (1.6G) determina que se dê a numeração do item dentro da série nos termos indicados no item. Além de usar abreviaturas de acordo com as instruções do apêndice B e dos números conforme indicado no apêndice C.

Exemplos:

Dictionary of literary biography ; v. 68

A numeração na fonte de informação é: Volume Sixty-eight

B.C. geographical series ; \$v no. 51

Numeração na fonte de informação: NUMBER 51

Na RDA (2.12.9.3), registra-se a numeração do recurso dentro da série, tal como aparece na fonte de informação. É aplicada as diretrizes gerais sobre a transcrição indicada (1.7 RDA) e as diretrizes gerais sobre números expressados como números ou como palavras (1.8 RDA).

Não se capitaliza um termo que faça parte da numeração da série, a menos que as instruções, no apêndice A, apropriadas para o idioma envolvido indiquem uso de maiúscula (por exemplo, capitalização nominal em alemão). Capitalizar outras palavras e dispositivos alfabéticos usados como parte de um sistema de numeração de acordo com o uso no recurso.

Exemplos:

Dictionary of literary biography ; volume 68

B.C. geographical series ; number 51

Nos exemplos a seguir, a RDA instrui para transcrever a numeração da Série e da Subsérie, portanto, tal como aparece no recurso descrito:

Exemplos:

volume 32 – não mudar para “v. 32”

tomo 4 – não mudar para “t. 4”

Band LXXXVIII – não mudar para “Bd. 88”

Mesmo na indicação da numeração de Seriadados ou Recursos Contínuos, a RDA orienta a transcrição dos dados de sequência e meses como aparecem no recurso descrito.

Exemplos:

Volume X, número 1

– não trocar para “Vol. 10, no. 1”

Agosto 2010

– não trocar para “ago. 2010”

Área das Notas

Não há seção especial sobre as notas no RDA. Orientações sobre as mesmas estão espalhadas por todo o documento normativo. Os pontos de acesso

do RDA não precisam ser justificados no corpo do registro, por isso notas dos catalogadores compostas segundo AACR2 simplesmente para justificar uma entrada adicional não precisam ser feitas da mesma forma na RDA.

As instruções gerais sobre as notas (1.10 RDA) instrui que quando as instruções nos Capítulos 2 – 7 especificam a necessidade de se elaborar uma nota, aplicada às seguintes instruções gerais indicadas em:

- Maiúsculas (ver 1.10.2 RDA); Citação (ver 1.10.3 RDA); Referências (ver 1.10.4 RDA); Aplicabilidade da informação registrada em uma nota (ver 1.10.5 RDA).
- Capítulo 2 – Manifestação e Item, da RDA, a instrução 2.17 é dedicada às notas desta entidade. Destaca que as notas sobre as manifestações de um recurso são notas que proporcionam informações sobre os atributos da manifestação. Recomenda que se retire as informações para as notas sobre a manifestação descrita de qualquer fonte.
- Capítulo 3 – Descrição de Suportes, da RDA, a instrução 3.21 é dedicada às notas.
- Capítulo 4 – Proporciona informações de Aquisição e Acesso. Visa proporcionar orientações gerais e instruções sobre o registro dos atributos das manifestações e itens que são utilizados com frequência para suportar a aquisição e o acesso. Estes atributos se registram utilizando os elementos incluídos neste capítulo. Os elementos no capítulo 4 são os que se utilizam para obter ou acessar a um recurso (por exemplo, termos de disponibilidade, informação de contato, restrições de acesso, etc.).
- Capítulo 5 – Orientações gerais sobre o registro dos atributos das Obras e das Expressões. Contempla as notas do catalogador (5.9 RDA) que se refere as anotações que podem ser úteis para aqueles que usam ou revisam o ponto de acesso autorizado que representa uma obra ou expressão, ou que criam um ponto de acesso autorizado que representa uma obra relacionada ou uma expressão relacionada.
- Capítulo 7 – Descrição de conteúdo, fornece orientações e instruções gerais sobre o registro dos atributos das obras e expressões que estão associadas com o conteúdo intelectual ou

artístico de um recurso. Estes atributos são registrados utilizando os elementos incluídos neste capítulo. As notas relativas aos atributos do capítulo (7.29 RDA) refere-se as anotações que forneçam informação adicional sobre o conteúdo registrado como um atributo da expressão.

- Capítulo 6 – Identificação de Obras e Expressões, pelas características e instruções não apresentam orientações para notas.

RDA: Tipo de Conteúdo, Mídia e Suporte

Uma das significativas diferenças na representação descritiva entre AACR2 e RDA relaciona-se à substituição da Designação Geral do Material – DGM, por três novos elementos bibliográficos: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte. Para cada um dos elementos há um conjunto de termos ou vocabulário controlado. O tipo de conteúdo é um atributo do nível da Entidade Expressão (os outros dois tipos são do nível da Entidade Manifestação), e indica a forma de comunicação em que o conteúdo é expresso, e pelo sentido humano através do qual o elemento bibliográfico se destina a ser percebido. Exemplos incluem: performance musical; texto; e imagens em movimento bidimensionais.

O tipo de mídia refere-se ao tipo de dispositivo intermediário que seja necessário para visualizar, operar ou executar o conteúdo do recurso. Os exemplos incluem: áudio; computador; microforma; vídeo; e não mediada.

O tipo de suporte é considerado uma categoria mais específica do que o tipo de mídia. Refere-se ao formato do meio de armazenamento ou container do veículo de informação em combinação com o tipo de dispositivo de intermediação necessário para visualizar, operar e executar o conteúdo de um recurso. Os exemplos incluem: disco de áudio; recurso on-line; microficha; videocassete; e volume (para texto).

No exemplo a seguir contempla-se o uso dos três tipos de elementos bibliográficos como ilustração, em uma monografia impressa, codificados no MARC 21 - Bibliográfico. O tipo de conteúdo indicado na etiqueta MARC 21 (336) é texto, isto é, a forma de comunicação percebida por meio da visão.

O tipo de mídia, da mesma forma indicada na etiqueta MARC 21 (337) é não mediada por não haver necessidade de nenhum dispositivo, além do próprio livro para acessar o conteúdo.

E o tipo de suporte (etiqueta MARC – 338) é volume por abrigar e armazenar o conteúdo.

Exemplos:

265 páginas, 15 páginas não numeradas : ilustrações coloridas, mapas ; 28 cm

336 \$a Texto **\$2 rdacontent**

337 \$a não mediado **\$2 rdamedia**

338 \$a volume **\$2 rdacarrier**

Todos esses termos são controlados, ao se indicar no subcampo MARC - \$2, onde cada uma das etiquetas citadas possuem uma lista dos termos determinados e contidos nas instruções (3.1; 3.2; 6.9) da própria RDA.

RDA: outras mudanças

Apesar de seguir uma lógica descritiva semelhante ao AACR2, no que se refere aos elementos bibliográficos, a RDA recomenda um conjunto de elementos essenciais que podem ser usados para descrever recursos. Esses elementos essenciais também são similares aos preconizados pelo *Program for Cooperative Cataloging's* (PCC) ao nível de padronização pelos registros bibliográficos.

Essa padronização essencial do PCC permite que as bibliotecas criem e troquem registros que atendam a um conjunto mínimo de elementos padronizados. Os elementos essenciais da RDA (instrução 0.6.2) para a descrição dos atributos da manifestação ou obra são os seguintes:

- Título principal
- Indicação de responsabilidade relacionados ao título principal (se há mais de uma indicação, somente o primeiro registrado é necessário)

- Indicação de edição
- Indicação do nome do revisor da edição
- Data de produção (para um recurso em formato não publicado)
- Local de publicação (se há mais de um, somente o primeiro registrado é necessário)
- Nome do editor (se há mais de um, somente o primeiro registrado é necessário)
- Data de publicação
- Local de distribuição
- Nome do distribuidor (para um recurso publicado, se o editor não é identificado; se houver mais de um, apenas o primeiro registrado é necessário)
- Data da distribuição (se a data de publicação não é identificada)
- Local de fabricação
- Nome do fabricante (se nem o editor e nem o Distribuidor é identificado; se houver mais de um, apenas o primeiro registrado é necessário)
- Data de fabricação (se a data de publicação, a data da distribuição, e a data de copyright não é identificada)
- Data de Copyright (se a data de publicação, e nem data de distribuição é identificada)
- Título principal da série
- Numeração dentro da série
- Título principal da subsérie
- Numeração dentro da subsérie
- Identificador para a manifestação (se há mais de um, prefira um identificador internacionalmente reconhecido, se aplicável)
- Tipo de suporte
- Extensão (somente se o recurso está completo ou se é conhecida a extensão total)

As instruções para os catalogadores em RDA incluem elementos adicionais quando for necessário na distinção de um determinado recurso de

outro, e para acrescentar algum elemento adicional considerado necessário pela agência catalogadora ou a juízo do próprio catalogador.

RDA: controvérsias

Embora quase todas as comunicações oficiais da ALA e da *Library of Congress* tenham sido positivas sobre a RDA, muitos na comunidade de catalogação têm expressado dúvidas sobre vários aspectos da RDA.

Uma preocupação séria é a validade do foco declarado pela RDA no usuário. Os desenvolvedores dos princípios FRBR, sobre os quais a RDA é parcialmente baseada, descreve quatro tarefas básicas do usuário. Contudo, nenhum estudo de usuários estava envolvido na definição dessas tarefas (HOFFMAN, 2009).

Outra preocupação é o custo de implementação da RDA. O RDA Toolkit é oferecido como uma assinatura anual com base em preço para dois ou mais usuários com valores oscilando entre \$181 à \$163 dólares. Uma assinatura para um único usuário é oferecida a partir de \$191 dólares por ano (RDA Toolkit, 2017).

Outro custo envolvido na implementação refere-se ao treinamento de catalogadores para utilizar o novo padrão. Ter pessoal deslocando-se para realizar treinamento em locais externos ao ambiente de trabalho tem alto custo, mesmo o treinamento on-line não é barato quando vários catalogadores, da mesma organização, têm que se inscrever (HOFFMAN, 2009).

Uma preocupação significativa é o fato da RDA ser projetada para operar em um ambiente de informação que ainda está em consolidação, pois a Web Semântica é conceito em desenvolvimento (MARSHAL & SHIPMAN, 2003).

Outra preocupação está relacionada a inexistência de sistemas integrados de bibliotecas que explorem toda a capacidade da RDA. O que contribui para a busca de uma alternativa à RDA, as chamadas *Cooperative Cataloging Rules*, surgiu em 2009. Baseia-se na comunidade de catalogação e destina-se a permitir que as atuais regras de catalogação (AACR2) sejam mantidas e atualizadas por catalogadores que optam por não adotar a RDA (Cooperative, 2017).

RDA: Vantagens

A RDA foi projetada com foco nos usuários. Como incorpora os princípios FRBR, a RDA coloca diferentes versões e edições da mesma obra. Os usuários tendem a observar melhor as diferenças entre recursos similares, e assim, navegarem facilmente por entre os recursos da biblioteca.

A RDA elimina práticas confusas, como listar apenas o primeiro autor das obras com mais de três autores e o uso de abreviações latinas. Outra vantagem é o seu potencial em permitir que a informação bibliográfica seja entendida pelos computadores, o que possibilita uma experiência de descoberta mais rica para os usuários (MILLER, 2011). Emerge o potencial de integração dos processos catalográficos com os recursos de inteligência artificial ou cognitiva.

A RDA é uma norma descritiva forte porque é baseado em princípios e tem vínculos conceituais com o passado, especialmente com o AACR2. Os princípios do AACR2 não foram abandonados, mas reconfigurados sob as bases de desenvolvimento da RDA. Assim a Norma está projetada para criar registros que coexistam com os registros AACR2, nos catálogos de bibliotecas (OLIVER, 2011).

A RDA abordou preocupações com o AACR2, como sua ênfase no tratamento de materiais impressos e processos baseados em um ambiente de fichas. É flexível ao ponto de acomodar outros grupos não-bibliográficos, como as comunidades das áreas da Museologia e da Arquivologia que criam metadados descritivos.

Finalmente, espera um futuro em que os dados da biblioteca escapem dos limites do catálogo bibliográfico e apareçam na web (OLIVER, 2011).

A Norma realça como mais significativos em seus propósitos, servir de padrão para a descrição e o acesso de recursos não só do ambiente analógico ou impresso, mas em especial do ambiente digital.

Orientar a construção de registros descritivos que propiciem ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter o recurso desejado. Desta forma, a RDA foi concebida para uso com todo tipo de esquema de metadados utilizados na descrição e apresentação de dados relativos a um recurso informacional (MARC 21, MODS, Dublin Core etc.), (WEBER & AUSTIN, 2011).

Considerações Finais

A RDA é adotada por várias e importantes bibliotecas. No entanto, muitas bibliotecas continuam a usar o AACR2. A sua adoção generalizada é gradual e deve levar algum tempo, até por haver movimento pela continuidade de uso e atualização do AACR2.

Agências bibliográficas que adotam a RDA, os registros do catálogo aparecem com a diferenças determinadas e visíveis ao público. A RDA desenvolve-se em resposta às mudanças no universo bibliográfico e no mundo em geral.

Antecipa um novo mundo de dados para a biblioteca, na qual a informação bibliográfica está vinculada e definida de maneira que as máquinas possam compreendê-la. Neste contexto, essa informação, a adoção de um novo código catalográfico é mais um passo a esse objetivo.

A Web Semântica, sistema integrados de gestão de bibliotecas, e talvez o BibFrame (*Bibliographic Framework Initiative*) – o futuro substituto do MARC, funcionem da maneira como os criadores da RDA imaginam ou como o universo de metadados preconizam.

Porém, ainda que a RDA não vingue como norma de adoção mundial, o seu estudo e compreensão tem um impacto sobre o trabalho presente do bibliotecário.

Referências

ANHALT, Joy; STEWART, Richard A. RDA Simplified. **Cataloging & Classification Quarterly**, vol. 50, n.1, pp.33-42, 2012. DOI: 10.1080/01639374.2011.615378

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG; Brasilart, 1978.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. The Semantic Web: A New Form of Web Content That Is Meaningful to Computers Will Unleash

a Revolution of New Possibilities. **Scientific American**, vol. 284, no. 5, p. 34–43, May 2001.

COOPERATIVE Cataloging Rules Blog. Official Announcement. Disponível em: <<http://coopcatwiki.blogspot.com/2009/10/official-announcement.html>>. Acesso em 10 dez. 2017.

Coyle, K. **Understanding the Semantic Web: Bibliographic Data and Metadata**. Chicago: ALA, 2010.

Coyle, Karen; Hillman, Diane. Resource Description and Access (RDA): Cataloging Rules for the 20th Century. **D-Lib Magazine**, vol. 13, n.1/2, Jan./Feb, 2007. Disponível em: <www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html>. Acesso em:18 set. 2017.

GONZÁLEZ ALASTUEY, E. RDA: um acercamento a las nuevas normas de catalogacion. **Infoconoxión: Revista Chilena de Bibliotecologia**, n. 2, p.1-11, 2011.

GORMAN, Michael. Technical Services: Past, Present, Future. In: Association of Library and Information Science Education annual conference, 2010. Boston. **Program**, Boston, Mass. [USA], 12-15 Jan. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Vke45k>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GORMAN, Michael. **The Enduring Library**. Chicago: ALA, 2003.

HOFFMAN, G. L. Meeting Users Needs in Cataloging: What is the Right Thing to Do? **Cataloging & Classification Quarterly**, n. 47, p. 631–41, 2009.

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions. **Functional Requirements for Bibliographic Records: final report of the IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records**. The Hague, Netherlands: IFLA, 1997.

MARSHALL, C. C.; SHIPMAN, F. M. Which Semantic Web?. In: **14th Conference on Hypertext and Hypermedia**, Nottingham, England: Association for Computing Machinery, 2003.

MILLER, Liz. Resource description and access (RDA): na introduction for reference librarians. **Reference & User Service Quarterly**, vol. 50, n. 3, p. 216-222, 2011.

OLIVER, Chris. Changing to RDA. **Feliciter**, n.5, p.250-253, 2007.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

RDA Toolkit: Resource Description and Access. RDA Toolkit Pricing. Disponível em: <<http://www.rdatoolkit.org/subscribe#pricing>>. Acesso em 16 out. 2017.

Riva, P. Introducing Functional Requirements for Bibliographic Records and Related IFLA Developments. **ASIS&T Bulletin**, Aug./ Sept. 2007. Disponível em: <www.asis.org/Bulletin/Aug-07/riva.html>. Acesso em: 05 out. 2017.

Taylor, Arlene G. **Wynar's Introduction to Cataloging and Classification**. 9ª ed. rev. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2004.

Tillett, B. B. **RDA: Recursos: Descripción y Acceso: Cambios en las pautas de catalogación y desafíos para la implementación**. Washington : Library of Congress, 2010.

WEBER, M. B.; AUSTIN, F. A. **Describing electronic, digital and other media using AACR2 and RDA: A how-to-do-it Manual and CD-Rom for librarians**. London: Facet Publishing, 2011.

HUMANIDADES EM AMBIENTES DIGITAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS

Marcos Luiz Mucheroni

Introdução

Há uma emergência de temas digitais nas Ciências Humanas o que criou um campo de investigação novo, as “Digital Humanities”, com tradução literal como Humanidades Digitais, o que pode gerar alguns equívocos, uma vez que o próprio Manifesto das Humanidades Digitais (DACOS, 2011) feito em português, já apresenta outras denominações tais como as “humanas digitais” no sentido de Ciências Humanas e que poderia ser também Ciências Humanas e Digitais, além da pura tradução literal já comum tanto em Portugal como no Brasil, de Humanidades Digitais.

Os aspectos práticos também são um pouco difusos, desde “experimentações no domínio do digital em Ciências humanas e sociais nos últimos cinquenta anos” (DACOS, 2011) até

instrumentos ou objetos transversais (codificação de fontes textuais; sistemas de informação geográfica; lexicometria; digitalização do patrimônio cultural, científico e técnico; cartografia da web; garimpagem de dados; 3D; arquivos orais; artes e literaturas digitais e hipermediáticas; etc.) (Dacos, 2011)

Que é, a nosso ver, genérica demais e por isto pode, no aspecto prático, gerar um reducionismo onde contenha o todo, ou seja, as Ciências Sociais e Humanas, em suas diversas áreas, incluindo a digital.

A ideia de instrumentos transversais é bastante promissora, e pode estar de acordo com a ideia já avançada em transversalidade na educação

como um estudo com aplicação de metodologias que instrumentalizam os alunos a uma ação pedagógica que ligue conteúdos tradicionais no cotidiano das pessoas, em temas como: ética, meio ambiente, sentimentos e diversidade não implicam sempre em dispositivos digitais, que podem e devem também ser aplicados a eles.

Uma forma sistemática para discutir estes temas é olhar aspectos históricos da construção desta nova subárea. Uma vez esclarecido que está dentro de Ciências Humanas e Sociais, o trabalho de Hockey (2004) apresenta um aporte neste aspecto.

Entretanto, no início, o trabalho põe mais lenha na fogueira, ao apontar em inglês, que as aplicações de computação para pesquisa e ensino em Ciências Sociais estão vagamente definidas como *humanities*, ou no inglês britânico “e as artes” (HOCKEY, 2004), portanto mesmo no original inglês, no caso britânico, o problema conceitual da nomenclatura também existe.

Embora muitos autores vejam nisto um novo desafio epistemológico (GONÇALVES; BANZA, 2013; GUEREIRO; BORBINHA, 2014), vemos nisto desafios práticos, novas aplicações impensadas devido a inexistências dos instrumentos com a potência do mundo digital, e mais ainda, novos desafios metodológicos, que implicam em novas metodologias.

Após passar por diversos temas de aplicação, fora deste âmbito, e tocando aspectos essenciais de Ciências da Informação, o trabalho de Hockey (2004) chega ao tema na Parte IV, da “Produção, Disseminação, Arquivo” no universo digital em Bibliotecas.

Também se aponta nestes aspectos trabalhos que buscam conexões entre a Ciência da Informação e as Humanidades em Ambientes Digitais, como denominação mais clara.

Aspectos Conceituais de Humanidades em Ambientes Digitais

Embora o tema pareça novo, a ideia de ligação entre as ciências humanas e as aplicações das assim chamadas ciências exatas já é tema de natureza

metodológica e epistemológica há algum tempo, um trabalho profundo e essencial neste tema é o de Hans-Georg Gadamer em “A questão da consciência histórica” (GADAMER, 2006), aquilo que ele chamou de problema epistemológico do *Geisteswissenschaft*, intraduzível do alemão, mas com permissão do próprio autor, que afirma “traduzamos por ‘Ciências Humanas’, ainda que para nós tal tradução constitua a expressão de uma mera convenção.” (GADAMER, 2006, p. 18).

O conceito que se tratado como interpretação, conforme afirma Gadamer usando um conceito de Nietzsche, “todos enunciados provenientes da razão são suscetíveis de interpretação, posto que o seu sentido verdadeiro ou real nos chega sempre mascarado ou deformado por ideologias.” (GADAMER, 2012, p. 19).

O fato que as Ciências Humanas estão marcadas por um vínculo com as ciências da natureza impôs a elas “a construção como legítimas ciências empíricas, livres de toda intrusão metafísica, e recusam toda construção filosófica da história universal.” (GADAMER, 2012, p. 21).

A ideia de método único, que pode ser positiva e remonta a Aristóteles, o que “devemos questionar o sentido de buscar”, por analogia das ciências matematizadas da natureza, um método autônomo próprio às ciências humanas que permaneça o mesmo em todos os domínios de sua aplicação (GADAMER, 2012, p. 21) enquanto o método no sentido aristotélico, ainda que sendo uma perigosa abstração, é aquele em que o próprio objeto determina o método para investigá-lo, ou seja, a fenomenologia.

Para relacionar uma ciência que vem das formulações matemáticas, assim do neopositivismo e do logicismo, devem ao colocá-la em “humanidades” questionar se os mesmos métodos são válidos, como este encaixe pode ser feito, e ver então “em que consiste a adoção do ideal das ciências da natureza no plano dos fenômenos sociais.” (GADAMER, 2012, p. 23).

Ao compreender métodos do universo digital vindos das matemáticas, e que podem e devem ser aplicadas a problemas sociais, deve-se fazer a ressalva, pois não basta saber como os Estados, povos e culturas se desenvolvem em geral mas, ao contrário, “como este homem, este povo, este Estado veio a ser o que é; como todas essas coisas puderam acontecer e encontrar-se aí.” (GADAMER, 2012, p. 24).

O método que pode ser aplicado ao estudo das humanidades em ambientes digitais (a partir daqui também se usa-se HD – Humanidades Digitais), é aquele que veio da hermenêutica convencional, porém o círculo hermenêutico no qual a interpretação pode ser aplicada é aquele onde “a intenção do interprete é se faz de mediador entre o texto e a totalidade nele subentendida.” (GADAMER, 2012, p. 59).

O que pode ser logicamente descrito na matemática, não o será nas Humanas, sob o pretexto de fazer uma grave redução de aspectos subjetivos presentes no humano. Os métodos que se podem aplicar nas ciências da natureza não podem ser os mesmo ao se considerar que as Ciências Sociais, mas devem ser aqueles que incluem o homem e suas relações sociais em toda a sua complexidade, mas o uso dos dispositivos e sua construção podem e estão fundamentados em lógicas próprias.

Conceitos das Ciências Sociais em relação às ciências da natureza

O que propõe o método hermenêutico é “em contraposição à Aufklärung [iluminismo], essa perspectiva” criou um novo modelo de interpretação, no qual “na medida em que não se trata mais de conciliar a autoridade da tradição com a razão natural, mas de relacionar duas tradições diferentes” (GADAMER, 2012, p. 60), colocando o diálogo e o dualismo existente na separação entre o sujeito e objeto, com um propósito novo que vai além do proposto pelo romantismo hermenêutico de Scheilemacher e Dilthey, precursores deste método na modernidade.

Gadamer citando Heidegger, explica o método: “não podemos depreciar esse círculo qualificando-o de vicioso e nos resignarmos com este seu traço. O círculo encerra em si uma autêntica possibilidade do conhecer mais original que só apreendemos corretamente quando admitimos que toda explicação (ou interpretação) tem por tarefa primeira, permanente e última não deixar que seus conhecimentos e concepções prévios se imponham pelo que se antecipa nas intuições e noções populares, mas assegurar o seu tema científico por um desdobramento

de tais antecipações segundo as coisas mesmas.” (HEIDEGGER apud GADAMER, 2006, p. 60).

Ainda que seja uma abreviação, alerta Gadamer, para “compreender ‘a coisa’ que surge ali, diante de mim, não é outra coisa senão elaborar um primeiro projeto que se vai corrigindo, progressivamente, à medida que progride a decifração.” (GADAMER, 2006, p. 61).

O método ainda que seja pensado para a HD, pode tanto ser pensado em humanas como em metodologias digitais, onde aparentemente as metodologias que pressupõe um objeto empírico e uma prévia interpretação podem ser aplicadas, visto que o impacto de tecnologias em ambiente sociais pode ser pensando como estas “humanidades”.

A ideia básica que não há uma distância entre a interpretação abstrata e a aplicação concreta, percorre desde a teorização sociológica mais profunda até a aplicação mais básica como, por exemplo, construir um aplicativo (um APP) para localizar um livro o mais perto possível.

A teorização abstrata implica que “se trata de processo muito mais complicado: de início, sem uma revisão do primeiro projeto, nada há que se possam constituir as bases de um novo significado; além disso, ocorre concomitantemente que os projetos discordantes entre si ambicionam constituir a unidade de significação, até que a “primeira” interpretação tente substituir os conceitos nela pressupostos por outros conceitos mais adequados.” (GADAMER, 2006, p. 61).

Não há como nesta significação não pensar no problema da significação da Informação desde Claude Shannon até os projetos atuais da Web Semântica e de Agentes Inteligentes.

Não é a conclusão do amplo trabalho de Gadamer, porque a sua obra principal Verdade e Método ainda é fonte de diálogo e interpretações distintas, o método aqui é ir da técnica ao ser.

O que deseja pontuar com esta breve discussão sobre as “Ciências Humanas” é que o uso de métodos das ciências exatas não deve ser limitador dos aspectos centrais das humanas.

Aspectos de humanidades em ambientes digitais e as Ciências Sociais

Os dois pontos centrais a separação entre as metodologias (elas cresceram em diversidade) e as aplicações sociais nas Humanidades, não pode deixar de levar em consideração os aspectos ontológicos levantados, ir do ser a técnica e não o contrário, e também o que é essência para compreender a essência da técnica e assim distingui-la do sentido mais amplo do ser.

Pode-se então fazer o percurso contrário do mundo digital ao social, feitas ressaltas, impedindo que se caia no tecnicismo e no reducionismo da técnica utilitária apenas.

Diferentemente de outros trabalhos, conforme afirma Hockey (2004), as HDs têm uma origem muito bem localizada que foi o trabalho do sacerdote jesuíta Roberto Busa, que em 1974, começou uma tarefa monumental de fazer um “índice *verborum*” de todas as palavras nas obras de Tomás de Aquino e autores relacionados, totalizando 11 milhões de palavras no Latim medieval.

A importante ligação com o universo do trabalho de Tomás de Aquino e um estudo específico de indexação, em geral muito ligado a Ciência da Informação, será publicado mais tarde com o nome de *The Annals of Humanities Computing* (BUSA, 1980), onde claramente o termo está indicado, mas também a ligação da onto-teologia de Tomás de Aquino é não apenas curiosa, mas indicativa de um conteúdo mais abrangente de pesquisas em ontologias.

O próprio Busa fez uma reflexão sobre as potencialidades na World Wide Web, ao receber um prêmio que leva seu nome, sobre a possibilidade de aplicação de tecnologia da informação à pesquisa humanística e em sua conferência de premiação em Debrecen, na Hungria, em 1998, onde indagou sobre a possibilidade de Web entregar material didático multimídia junto a ferramentas de análise sofisticadas (BUSA, 1999).

Nos anos 60 alguns trabalhos individuais já trabalhavam em estudos relacionados a vocabulários, entre eles destacam-se o trabalho das concordâncias de Stephen Parrish com os poemas de Matthew Arnold e W B. Yeats apresentaram as séries de concordâncias publicadas pela Cornell University Press (PARRISH, 1962) e o trabalho de Gorcy (1983) sobre o “*Trésor de la Langue*

Française”, que foi reaproveitado em Nancy para construir um material literário francês no Instituto de Lexicologia Holandesa (DE TOLLENAERE, 1973).

O simpósio de 1970 em Cambridge, Reino Unido, foi o início de uma série bienal destas conferências (HOCKEY, 2004), que se tornaram importantes para a área de computação nas humanidades, feitas depois em Edimburgo (1972), Cardiff (1974), Oxford (1976), Birmingham (1978).

No final dos anos 80, foram usados três programas de análise de texto baseados em DOS: Word-Cruncher, TACT e MicroOCP, também foi possível com uso de computadores pessoais trabalhar com estes em casa e, no caso do WordCruncher e do TACT, obtinham resultados instantâneos das buscas, por processos indexados.

Também emergiram projetos na edição colaborativa de fontes de manuscritos onde pessoas em diferentes locais poderiam adicionar camadas de anotação, por exemplo, para o Projeto Peirce (NEUMAN et al., 1992) e projetos de publicação ampliada com diversas mídias (MUCHERONI; PALETTA; MODESTO, 2017) entre muitos outros é claro, mas estas foram explorações livres sobre o tema pelos autores.

Aspectos conceituais das humanidades em digitais nas Ciências da Informação

Agora com a Web Semântica diversos projetos estão surgindo, tais como o projeto *Codex Leningradensis* (LENINGRAD CODEX MARKUP PROJECT, 2000), assim como projetos que ampliam a colaboração entre bibliotecas e pesquisador, citados por Erway e Schaffner (2014) e o Centro Científico Digital da Biblioteca da Universidade de Brown, cuja equipe é composta por bibliotecários que usam e aplicam HDs.

As perspectivas atuais, que incluem *Linked Open Data* e opções de documentação, como por exemplo, no Projeto VIAF, que farão uma inserção ainda maior na C.I.

Le Deuff (2015) define a HD, como uma disciplina transdisciplinar, afirma em seu trabalho: «a questão interdisciplinar encoraja a transferência de competências entre profissões, disciplinas e diferentes atores,

já o lado transdisciplinar torna necessário repensar a organização do conhecimento com as possibilidades do digital e, em particular, da Web” (tradução nossa).

Embora a relação com Organização do Conhecimento seja clara, as relações e aplicações em CI se tornarão mais evidentes ainda, em especial, nas Bibliotecas digitais e áreas afins.

Damian (2015) sugere que o termo Humanidades Digitais, apesar de um viés generalista, emergiu num campo interdisciplinar proposto a abrigar reflexões e práticas suscitadas pelas mudanças geradas com a introdução das tecnologias digitais no universo das Unidades de Informação, estabelecendo assim uma relação prática com a Ciência da Informação.

Este autor vê no surgimento das Humanidades Digitais uma mudança do processo de comunicação como um todo na CI, sendo necessário, entretanto, distinguir os vários territórios e enfoques, que variam dos mais pragmáticos aos mais teóricos.

É possível não se fixar no aspecto puramente epistemológico, evitando uma discussão essencialmente filosófica, se verificarmos que já aparecem como consequência uma nova subárea de pesquisa Humanidades em Ambientes Digitais, com aplicações em linguística, computação, história e literatura, todas tendo conexão clara com a tecnologia da informação.

Porém deseja-se aproximar estes aspectos pragmáticos da Ciência da Informação em Bibliotecas em ambiente digital, dentro do que se intitulou chamar de Bibliotecas Digitais.

O termo Biblioteca digital, envolve uma ampla gama de processos que pode quase se equiparar ao próprio desenvolvimento das Humanidades em Ambientes Digitais, dito de outra forma, qualquer um dos desenvolvimentos propostos por HD (passou-se a usar esta sigla após a discussão do tópico sobre as “humanas”, por economia e adequação a nomenclatura da subárea), pode estar alocado ou mesmo desenvolvido dentro de uma “Biblioteca Digital”.

Entretanto o que se convencionou usar com este nome reserva-se apenas aos serviços de acesso, produção e manutenção de arquivos, mesmo que já notem outros serviços, como por exemplo, o desenvolvimento de plataformas onde aspectos de Web Semântica aparecem.

As inúmeras aplicações que decorreram da adoção desta subárea justificam o seu amplo desenvolvimento, não sendo apenas um modismo ou adequação à técnica.

Aplicações de Humanidades em Ambientes Digitais

O próprio nome consagrado sugere uma confusão entre o Humano e o Digital, uma vez que pode-se falar de sociedade com uso de aplicações digitais, podendo ir desde os ambientes institucionais consagrados como bibliotecas, museus e arquivos; mas também ambientes de aplicações sociais e uso de ferramentas que possam auxiliar trabalhos e projetos sociais, dentro de políticas públicas e práticas sociais.

Entretanto as aplicações não devem se restringir a campos determinados, os filósofos se comprometeram com a computação desde os seus começos nos sonhos de Leibniz no século XVII e as primeiras implementações de computadores eletrônicos nas décadas de 1940, 1950 e 1960, trabalharam com conceitos de linguagens regulares de Chomsky são usados para definir autômatos finitos que nada mais são que linguagens elementares, exceto pelo fato que na hierarquia de Chomsky não é necessário haver memória física como é entendida a memória de computadores.

Foi por causa das conexões claras entre tecnologias de computação e uma série de práticas filosóficas clássicas (campos de lógica), epistemologia, ontologia, ética, filosofia política, etc., a computação tem um lugar cada vez mais central na literatura filosófica dos últimos cinquenta anos, mas os campos de Neurociência e até mesmo uma meta-matemática desenvolvida por Chain (2009), podem representar campos novos de HDs.

Hoje muitos filósofos falam de uma “mudança computacional” - referindo-se a formas pelas quais as tecnologias de computação deram aos filósofos novos tipos de laboratórios para testar e refinar debates e hipóteses clássicos.

É certo que não se pode hoje deixar de perceber a distância clara entre as ciências humanas e as aplicações com uso de ambientes digitais, porém o “ponto de singularidade” poderá chegar a um ponto definido

por um dos criadores dos computadores digitais como confundindo-os ao humano? O matemático húngaro John Von Neumann, que afirmou que seria o ponto além do qual “os assuntos humanos, da forma como os conhecemos, não poderiam continuar a existir” (ULAM, 1958), é caso das Humanidades Digitais?

Em posição contrária a existência de um ponto de singularidade entre o universo digital e as ciências humanas, assim formulou John Searle (2014):

“[Computadores] são, literalmente, ... sem inteligência, sem motivação, sem autonomia e sem agência. Nós os projetamos para se comportar como se tivessem algum tipo de psicologia, mas não há realidade psicológica para os processos ou comportamentos correspondentes. ... A máquina não possui crenças, desejos, [ou] motivações.”

Embora seja importante o estudo da linguagem, faz-se o recorte aqui de estudá-la a partir da Ciência da Informação e, portanto, com conceitos e aplicações bem definidas.

A opção por Searle é que conforme já se delineou em alguns pontos do trabalho, há nele um conceito essencial para a ontologia e para a fenomenologia, o conceito de intencionalidade do qual deriva o conceito de consciência como consciência de algo, isto é, dirigida a um objeto.

Aplicações de Ciência da Informação e humanidades em ambientes digitais

O primeiro periódico especializado em Humanidades Digitais foi o *Computers and Humanities* lançado em 1996, anos mais tarde foram fundadas a Associação de Literários e Linguísticos de Computação (em inglês, ALLC - Association for Literary and Linguistic Computer) e a Associação de Computadores e Humanidades (em inglês, ACH - Association for Computers and the Humanities), em 2005 estas associações vieram a fundirem-se como Alliance of Digital Humanities Organizations (ADHO), que

é um marco importantes para a Humanidades Digitais, isto é, a presença de recursos digitais nas Ciências Humanas.

Os argumentos do financiamento para as pesquisas aparecem em muitos argumentos de pesquisadores então, Adam Kirsch, entretanto chamou isto de falsa premissa da nova área, também houveram críticas bem fundamentadas que os estudiosos não podem compreender completamente o que acontece dentro de “caixas pretas” de software, onde existem erros (DOBSON, 2015).

Um ponto que auxilia a ideia da criação de Humanidades em Ambientes Digitais fortemente relacionada à Ciência da Informação é o trabalho de Todd Pressner, no qual define esta nova área como fornecendo “ambientes e ferramentas para produzir, curar e interagir com o conhecimento que é” nascido digital “e vive em vários contextos digitais” (PRESSNER, 2017).

Também a ligação com Ciências da Informação é mais clara: “Eu considero que ‘Digital Humanities’ é um termo abrangente para uma ampla gama de práticas para criar, aplicar, interpretar, interrogar e piratear tecnologias de informação novas e antigas” (PRESSNER, 2017), portanto tanto o conjunto de práticas novas como as antigas da informação podem estar incorporadas nas Humanidades Digitais.

As principais críticas feitas até agora sobre esta nova área vão à direção que elas ignoram questões tradicionais na história das humanidades, porém sem a crítica cultural fundamental que define esta área, como aquela que apontadi em Hans-Georg Gadamer.

Por outro lado, admitem como bem-vinda a relação com os métodos não-quantitativos e repetitivos historicamente populares nas ciências humanas e sociais, mas a crítica essencial ao positivismo e historicismo romântico presente nas humanas permanece ainda obscura.

Um campo que amadure, relacionado a produção científica, é que a revisão por pares não é a mais adequada forma de reconhecimento de trabalho acadêmico nesta área, onde os objetos geralmente envolvem componentes de sites, bancos de dados e outros objetos não impressos, e a avaliação de qualidade e impacto exige a combinação de métodos de avaliação novos e antigos, e com isto novas formas deverão emergem num espaço curto de tempo.

O e-book do MIT Digital Humanities (BURDICK et al, 2012) além de apresentar as novas possibilidades de publicações tais como: realidade aumentada, publicação expandida, reconstrução virtual, investigação multi-autoral e outras mudanças sugeridas pelo mundo digital, explora também o que será a revisão por pares a partir de agora, pois também deverá obter mudanças a verificação de plágio por exemplo, as possíveis releituras e ambiguidades em cada verbete e principalmente, a conexão entre textos e conceitos.

Como a literatura internacional é extensa e há olhares também mais próximos sobre as Humanidades Digitais, além de diversos grupos emergentes nesta área, um livro importante com muitas reflexões é *Futuros Possíveis: artes, museus e arquivos digitais* de Gisele Beiguelman e Ana Gonçalves Magalhães (BEIGUELMAN; MAGALHÃES, 2014) que traça aspectos práticos e críticos do tema.

Aplicações em Biblioteconomia e Documentação

A emergência de tecnologias digitais em Biblioteconomia e Documentação é visível a mais tempo do que se supõe, um exemplo o Projeto Gutenberg desenvolvido por Michael Hart é da década de 70, sistemas de indexação importante datam da década de 80 e com a emergência da Web nos anos 90 surgiram os sistemas integrados de Bibliotecas para automação e agilidade dos serviços das Bibliotecas.

O projeto VIAF (*Virtual International Authority File*), que a partir de sua criação, em 2012, evoluiu para se tornar um serviço OCLC de importante referência para identificação e localização de autores e dos processos de controle de autoridade desenvolvidos no fluxo de trabalho de catalogação realizado em bibliotecas. É um projeto que combina vários arquivos de nome de autoridade em um único serviço de nome de autoridade. Ao longo do tempo, o número de agências bibliográficas participantes tem crescido. Das 19 agências localizadas em 22 países, saltou para 34 agências de 29 países (a partir de julho de 2014). O número de bibliotecas nacionais cresceu para vinte e quatro (24), com um adicional de 11 bibliotecas nacionais

provedoras de dados para o VIAF. Esta contribuição se dá, portanto, através de agências bibliográficas, biblioteca nacionais, consórcios de bibliotecas, e/ou acordos institucionais (MURPHY, 2012).

Aspectos de descrição e ambientes de Plataformas de Serviços (a plataforma Folio, por exemplo), já incorporam inúmeros recursos digitais para as bibliotecas.

Um aspecto relevante é a descrição, onde o FRBR vem crescendo em adoção em ambientes digitais para bibliotecas, um exemplo é seu uso num ambiente onde a referência bibliográfica, onde se esperam que tenham propriedades como “título”, enquanto que no Schema.org usa-se o termo “nome”, mas outros metadados devem ser incluídos para uma boa prática descrita, e isto deve ser feito em ambiente computacional.

A decisão sobre os detalhes e granularidade podem estar definidas no uso de determinados recursos para descrição dos ambientes, no caso do uso de metadados XML conforme o Schema, em comparação com a riqueza dos outros vocabulários bibliográficos específicos, os detalhes computacionais são necessários. Esse domínio dos detalhes bibliográficos específicos pode complicar o carácter genérico adotado pelo Schema se aspectos específicos dos metadados utilizados em bibliotecas não sejam corretamente adotados. Mesmo se considerando que o Schema desenvolve um processo de descrição dos recursos bibliográficos em detalhe suficiente para ser compreendido pelos mecanismos de busca e da Web em geral, é boa prática adotar aspectos bibliográficos.

O Schema.org é um vocabulário que também pode ser representado em RDF (*Resource Description Framework*), por todas as sinalizações RDF, como RDF/XML (W3C, 2015), assim não há dificuldades.

O projeto do *Schema Bib Extend Community Group*, é um grupo de trabalho que tem a missão de discutir e preparar propostas que ampliem o esquema “schema.org” de maneira a melhor representar a marcação e o compartilhamento da informação bibliográfica. A OCLC desempenha papel ativo na criação e nas atividades do grupo cujo desenvolvimento de propostas envolve implementar vocabulário para *Linked Data* (OCLC, 2016).

O Schema é um vocabulário genérico projetado para descrever a maioria das “coisas” encontráveis na Web, para tanto, alguns procedimentos na

nomeação de tipos e propriedades têm de ser feitas, quando comparado com um vocabulário específico de um único domínio.

O uso do Schema.org na descrição de recursos bibliográficos é uma maneira de compartilhar dados estruturados sobre esses recursos na Web. Esse domínio dos detalhes bibliográficos específicos iria complicar o carácter genérico adotado pelo Schema. Apesar disto, o Schema desenvolve um processo de descrição dos recursos bibliográficos em detalhe suficiente para ser compreendido pelos mecanismos de busca e da Web em geral. O Schema.org é um vocabulário que também pode ser representado em RDF (*Resource Description Framework*), por todas as sinalizações RDF, como RDF/XML (W3C, 2015).

Considerações Finais

Embora a mereça considerações ainda mais profundas, procurou-se tratar aspectos metodológicos, conceituais e práticos numa área transdisciplinar abrangente e em fase de construção.

Modelagem de dados bibliográficos embora tenha surgido na forma impressa, uma forma que os mecanismos Web possam entender e colaborar é sua descrição num formato RDF da formulação FRBR, podendo colaborar para dar maior visibilidade a documentos já é uma área emergente em Ciência da Informação que merece tratamento transdisciplinar.

Os provedores de conteúdo ou de dados nos quais as pesquisas por informação estão agora registrados serão mais prováveis que sejam transformados em formatos FRBR e com armazenamento em nuvens esta forma poderá acelerar.

Também emergem contribuições, como o conceito da OCLC usando aplicação do conceito de *Linked Data* em nuvem, que produzem modelos e conjuntos de dados em RDF de variados recursos amplamente referenciados e publicados pela comunidade de bibliotecas, incluindo o WorldCat e o VIAF, e outros ambientes onde os dados codificados no formato Schema.org, com mecanismos de busca e a exibição estruturada de dados descritivos.

As experiências da OCLC dedicadas aos dados ligados em nuvem serão benéficas para bibliotecários, arquivistas, cientistas da informação

e de profissionais interessados em modelar descrições bibliográficas como ligações de dados na Web Semântica.

Organizar a informação na Web com links para o autor e o editor e outras informações sobre o livro que podem ser disponibilizadas através de ambientes amigáveis como interfaces gráficas, ontologias e bases de conhecimento organizadas em tesouros e taxonomias.

As bibliotecas através de repositórios já coletam e gerenciam tais informações, no entanto muitas novas possibilidades poderão tornar estes ambientes ainda mais úteis se essas informações na Web, forem estruturas em ambientes descritos, dando acesso aos usuários.

Referências

BEIGUELMAN, G.; MAGALHÃES, A. G. **Futuros possíveis: Arte, museus e arquivos digitais**. São Paulo: Peirópolis, 2014.

BURDICK, A. et al. **Digital Humanities**. Cambridge: MIT, 2012. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262018470_Open_Access_Edition.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BUSA, R. The annals of humanities computing: the index thomisticus. **Computers and the Humanities**, Flushing, vol. 14, n. 2, p. 83–90, Oct. 1980. Disponível em: <<http://www.alice.id.tue.nl/references/busa-1980.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

CHAITIN, G. **Metamat!:** em busca do ômega. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DACOS, M. **Manifesto das humanidades digitais**. Tradução de Hervé Théry. 2011. Disponível em: <<https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

Damian, I. P. M. et al. Convergências entre as Humanidades digitais e a Ciência da Informação: o uso das TICs em unidades de informação. **Ibersid**,

Zaragoza, vol. 9, p. 79-82, 2015. Disponível em: <<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/issue/view/260>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

DE TOLLENAERE, F. The problem of the context in computer-aided lexicography. In: AITKEN, A. J. (Ed.). **Computer and literary studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1973. p. 25-35.

DOBSON, J. E. Can an algorithm be disturbed?: machine learning, intrinsic criticism, and the digital humanities. **College Literature**: a journal of critical literary studies, West Chester, vol. 42, n. 4, fall 2015. Disponível em: <<https://mla.hcommons.org/deposits/download/mla:314/CONTENT/42.4.dobson.pdf/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

ERWAY, R.; SHAFFNER, J. **Shifting gears**: gearing up to get into the flow. Ohio: OCLC, 2007. Disponível em: <<http://www.oclc.org/content/dam/research/publications/library/2007/2007-02.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GADAMER, H. G. **O problema da consciência histórica**. Organizador: Pierre Fruchon. Tradução: Paulo César Duque Estrada. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. In limine. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (Coords.). **Património textual e Humanidades Digitais**: da antiga à nova Filologia. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 3-9. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10468/1/e-book.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GORCY, G. L'informatique et la mise en oeuvre du trésor de la langue française (TLF), dictionnaire de la langue du 19^e et du 20^e siècle (1789–1960). In: EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION WORKSHOP, 1981, Pisa. **Proceedings...** Pisa: Giardini, 1983. p. 119-144.

GUERREIRO, D.; BORBINHA, J. L. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 63-78, jan./jun., 2014. Disponível

em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

HOCKEY, S. The history of humanities computing. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (Eds.). **A Companion to digital humanities**. Oxford: Blackwell, 2004. Disponível em: <<http://digitalhumanities.org:3030/companion/view?docId=blackwell/9781405103213/9781405103213.xml>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KIRSCHENBAUM, M. What is digital humanities and what's it doing in English departments. In: GOLD, M. K. (Ed.). **Debates in the Digital Humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. Disponível em: <<http://dhdebates.gc.cuny.edu/debates/text/38>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

LE DEUF, O. **Compte rendu de l'atelier "pour une histoire longue des humanités digitales"**. 2015. Disponível em: <http://tcp.hypotheses.org/1019#footnote_1_1019>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LE DEUFF, O. Les humanités digitales précèdent-elle le numérique? Les humanités digitales précèdent-elle le numérique?: Jalons pour une histoire longue des humanités digitales. In: SALEH, I. (Coord.) et al. **H2PTM'15: Le numérique à l'ère de l'Internet des objets, de l'hypertexte à l'hyper-objet**. London: Iste Editions, 2015. p. 421-432.

LENINGRAD CODEX MARKUP PROJECT. **Project "EL": The XML Leningrad Codex**. 2000. Disponível em: <<http://www.leningradensis.org>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Mucheroni, M. L.; PALETTA, F. C.; MODESTO, F. Transdisciplinaridade entre humanidades em ambientes digitais e tecnologia. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS & TECHNOLOGY MANAGEMENT – CONTECSI, 14., 2017, São Paulo. **Proceedings...** São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <<http://www.contecsi.fea.usp.br/envio/index.php/contecsi/14CONTECSI/paper/view/4461/2836>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

MURPHY, B. **Virtual International Authority File service transitions to OCLC**; contributing institutions continue to shape direction through VIAF Council. 2012. Disponível em: <<http://www.oclc.org/news/releases/2012/201224.en.html>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

NEUMAN, M. et al. The pilot project of the Electronic Peirce Consortium (abstract). ALLC-ACH92, 1992, Oxford. **Conference abstracts and program...** Oxford, [s.n.], 1992. p. 25–27.

OCLC. Community, 2016. Disponível em: <<http://www.oclc.org/data/community.en.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PARRISH, S. M. Problems in the making of computer concordances. **Studies in Bibliography**, Charlottesville, v. 15, p. 1–14, 1962. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/40371322.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

PRESNER, T. **Digital humanities 2.0**: a report on knowledge. 2017. Disponível em: <<https://cnx.org/contents/J0K7N3xH@6/Digital-Humanities-20-A-Report>>. Acesso em: 8 nov., 2017.

SEARLE, J. R. What your computer can't know. **The New York Review of Books**, New York, p. 54, Oct. 9th, 2014,. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/2014/10/09/what-your-computer-cant-know/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

ULAM, S. John von Neumann 1903-1957. **Bulletin of the American Mathematical Society**, Lancaster, PA, vol. 64, p. 1-49, 1958. Disponível em: <<http://www.ams.org/journals/bull/1958-64-03/S0002-9904-1958-10189-5/S0002-9904-1958-10189-5.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

W3C. Achem Bibi Estenda Community Grupo, 2015. Disponível em: <<https://www.w3.org/community/schemabibex>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BIBLIOTECONOMIA E LÓGICA: APONTAMENTOS SOBRE ARGUMENTOS E CLASSIFICAÇÕES

Marivalde Moacir Francelin

Vânia Mara Alves Lima

Introdução

A expressão “lógica” significa algo evidente no cotidiano. De acordo com Chauí (2003, p. 104), é comum usarmos e ouvirmos frases como: “É lógico que eu vou!” e “É lógico que ela disse isso!”. Ou seja, “É evidente que eu vou!” e “É evidente que ela disse isso!” Nesses casos, “é evidente que” é a conclusão de um raciocínio implícito compartilhado. Quem participa do discurso sabe do que se trata. No universo do discurso diário e comum usamos conhecimentos prévios, informações acumuladas e compartilhadas com um coletivo social que sabe como essas informações e esses conhecimentos serão usados.

Estamos falando de um discurso comum, diário, onde a complexidade das ações coloca em evidência não apenas o caráter imediato da razão, mas uma série de recursos da memória difíceis de serem identificados com segurança. Por exemplo, quando dizemos que uma pessoa irá dizer algo por que sabemos como ela pensa, então, asseguramos que compreendemos sua mente porque conhecemos seu passado, suas ações presentes e conseguimos determinar o que fará no futuro sem que ela enuncie uma única palavra.

Além desse compromisso com a certeza do discurso do outro, a palavra “lógica” também pode representar uma situação de dúvida quando não existem elementos suficientes para comprovar determinada conclusão. Nesses casos, dizemos que há algo errado, que algo não tem lógica. Não descartamos o princípio de razoabilidade. Se algo é lógico, então esse algo é razoável. Segundo Copi (1978, p. 19), “Uma pessoa com espírito ‘lógico’ é uma pessoa ‘razoável’; um procedimento ‘irrazoável’ é aquele que se considera ‘ilógico’.”

Ser razoável também seria, então, uma maneira de colocar as coisas em ordem, de organizá-las dentro de um conjunto de classes e categorias compartilhadas socialmente. No cotidiano essa ordem já está estabelecida na maioria das sociedades e se manifesta na maneira como vemos o mundo. Esse modo de ver o mundo é, na realidade, a maneira como as coisas são racionalizadas e classificadas.

Mas, o ato de classificar não é neutro e as classificações não são unânimes e nem totalmente universais. Como seres racionais, somos levados não apenas a ordenar, mas, também, a questionar a ordem das coisas. No presente capítulo, portanto, falaremos dessa razão questionadora, resumiremos o que é um argumento do ponto de vista lógico e apresentaremos os principais tópicos da classificação.

Nosso objetivo é apresentar temas da lógica que são de interesse da Biblioteconomia, mas que nem sempre aparecem em conjunto na literatura da área. Os tópicos são introdutórios e a metodologia de revisão foi seletiva no sentido de apresentação do tema. O público alvo do texto são alunos de graduação e aqueles que procuram uma introdução às noções de lógica, argumento e classificação na Biblioteconomia.

Lógica e razão

Historicamente, a lógica tem sua origem no pensamento grego (CHAUÍ, 2003). No embate dos pré-socráticos sobre a essência das coisas no mundo nasce uma longa tradição de concepções da razão e uma alternativa instrumental da análise dos discursos que pretendia superar a dialética platônica: a lógica aristotélica.

Resumindo esse período, podemos dizer que os primeiros filósofos se preocuparam, de acordo com Chauí (2003, p. 105), com os seres, com as coisas e com o *devir*. Como sinônimo de mudança (ABBAGNANO, 2007, p. 313) essencial ou aparente, o *devir* ou *vir-a-ser* pode ser encontrado já entre alguns pré-socráticos como Heráclito e Parmênides.

Heráclito dizia que tudo é transformado em seu contrário (quente-frio, dia-noite) e, portanto, o *lógos* é mudança e fluxo perpétuos e a

permanência é apenas ilusória. Real é a mudança, a luta dos contrários é a verdadeira razão das coisas. Parmênides irá dizer, segundo Chauí (2003, p. 105), que o Ser é o *lógos* imutável, permanente, e que o fluxo dos contrários é ilusório. Os contrários aniquilam-se do ponto de vista do pensamento porque seriam impensáveis e indizíveis. De acordo com a autora, a lei da razão heraclitiana é a contradição e fluxo perpétuo das coisas; a lei parmediniana é a permanência. De um lado, fluxo perpétuo e contradição como lei racional; de outro, mudança aparente e identidade imutável como lei racional.

Representadas por uma visão mobilista de um lado e monista de outro, as doutrinas de Heráclito e Parmênides, conforme nos diz Marcondes (2001, p. 35), serão um “divisor de águas” na filosofia posterior. Para o autor, a ideia de mudança aparente e permanência do real influenciará o pensamento de Platão.

Platão, de acordo com Chauí (2003, p. 106), irá dizer que ambos (Heráclito e Parmênides) estavam certos. Existe o mundo sensível ou das aparências (o mundo dos prisioneiros da alegoria da caverna) e existe o mundo verdadeiro, das essências imutáveis e permanentes (o mundo real e verdadeiro fora da caverna). O mundo aparente seria uma cópia da realidade e da verdade. O mundo verdadeiro seria aquele das essências imutáveis.

Para passar de um a outro, ou seja, fugir da caverna e do mundo aparente e chegar à realidade, ao mundo inteligível e verdadeiro, é preciso usar um método de pensamento e de linguagem. Platão propõe o uso do método dialético, que seria o diálogo de opositores com o objetivo de eliminar contradições e opiniões para chegar aos conceitos idênticos e à unidade das ideias (CHAUÍ, 2003, p. 106; MARCONDES, 2001, p. 52).

Rejeitando o dualismo platônico, Aristóteles não separa, de acordo com Chauí (2003, p. 107) e Marcondes (2001, p. 70), o mundo das aparências e o mundo das essências. No mesmo mundo existem aparências e essências. Aristóteles, segundo Chauí, também discorda da dialética como método seguro para a demonstração de raciocínios.

Na filosofia e na ciência o que interessa, segundo Aristóteles, é a demonstração e a prova da verdade. Aristóteles desenvolveu procedimentos para o estudo dos raciocínios. Esses estudos ficaram conhecidos pelo

nome de “lógica” e foram compilados na obra *Órganon*. A lógica é um instrumento de raciocínio para o conhecimento. Aqui podemos dizer que a Biblioteconomia se interessa pela lógica no que tange, predominantemente, aos seus aspectos operacionais ou instrumentais.

A palavra “organon” tem origem grega (*ὄργανον*) e significa instrumento ou ferramenta. Por isso, não é errado dizer que, em Biblioteconomia, a lógica tem caráter instrumental. Como instrumento da razão, a lógica não visa diretamente o pensamento, enquanto atividade cognitiva e mental, mas a exposição do pensamento através do argumento. O exemplo a seguir é um argumento em sua forma lógica:

Todo homem é mortal. (premissa)
Sócrates é homem. (premissa)
→Sócrates é mortal. (conclusão)

O exemplo demonstra como um argumento é formado. O argumento, em sua forma lógica, é composto por premissas e uma conclusão. Isoladamente, as premissas são chamadas de enunciados ou proposições.

Quando dizemos “Sócrates é homem”, é um enunciado. Se, na sequência, afirmarmos que “Todos os homens são mortais”, também estaremos enunciando algo. Mas, se dos dois enunciados inferirmos um terceiro, concluindo que “Sócrates é mortal”, os dois enunciados anteriores tornam-se premissas, pois, são provas e dão sustentação para a premissa conclusiva do argumento. No argumento, a demonstração das provas acontece nas premissas que, por sua vez, devem sustentar a conclusão.

Nesse sentido, não podemos ver a lógica apenas como uma metodologia usada na análise e síntese dos conteúdos de registros de informação, como os documentos impressos. É um campo muito mais amplo, com usos variados na Biblioteconomia. Os usos mais destacados, sem dúvida, são aqueles voltados para a análise de documentos e para a organização do conhecimento em classes e conceitos.

Como já dissemos, desde o período clássico do pensamento ocidental o homem tenta ordenar as coisas no mundo, buscando um elemento geral que fosse a origem de tudo o que existe no mundo. As perguntas sobre as coisas

no mundo continuam, mas ganha força a figura humana como sujeito do conhecimento, contemplado em seus valores e virtudes, juízos e raciocínios.

De acordo com a literatura especializada (COPI, 1978; SALMON, 2002), a lógica não pode, portanto, ser definida como uma ação do pensamento, nem mesmo como uma espécie de percepção. A percepção seria um tema tratado no campo da psicologia que dificilmente aparece nos estudos da lógica¹.

Tem razão² a pessoa que usa de forma lógica os argumentos. Por outro lado, não é possível afirmar que os raciocínios e os argumentos são corretos somente se forem lógicos. Mas, é possível afirmar, de acordo com Copi (1978), que uma pessoa que conhece a lógica tem mais probabilidades de construir raciocínios e argumentos corretos.

Como ciência³, a Lógica vem da tradição clássica e é definida como instrumento da razão. Por esse motivo, Copi diz que a definição da lógica como uma “ciência das leis do pensamento” é inexata, pois, o pensamento é estudado pela psicologia e se refere a “qualquer” processo mental. Também é importante lembrar, diz o autor, que “Todo raciocínio é pensamento, mas nem todo pensamento é raciocínio.” (COPI, 1978, p. 20).

Muito do que pensamos são divagações onde usamos nossa imaginação. Esse processo não pode ser reduzido à uma lógica de pensamento por

1. Não apenas na lógica, mas na história da filosofia, na hermenêutica e na fenomenologia, é possível encontrar diversas advertências sobre o viés psicológico do conhecimento. Tal viés seria subjetivo e relacionado ao comportamento do sujeito, não direcionado à razão enunciada. Hoje, a subjetividade ganhou status epistemológico e metodológico porque passou a representar um significativo campo de estudo e pesquisa (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).
2. Existem várias formas de *razão*. Ter razão e não ter razão pode significar estar certo ou estar errado diante de uma determinada situação. Nessa forma de uso da razão não se está discutindo se existe alguém que é racional e alguém que está privado da racionalidade. Em nível elementar, portanto, razão pode ser aferida a alguém que possui mais informações sobre uma situação, que consegue argumentar de maneira mais eficaz (com ou sem uma quantidade expressiva de informações), ou que simplesmente é dotada de alguma autoridade que lhe confere competência inquestionável.
3. Para Quine, a lógica não é uma ciência universal no sentido de ser uma categoria onde todas as outras ciências estão inseridas. Quine (1996, p.21-22) esclarece que a lógica está “*incluída*” nas ciências e não o contrário. Para Quine, a lógica é uma ciência “*geral*” no sentido em que as verdades lógicas se referem a objetos, sejam eles quais forem. A lógica faz afirmações que podem ser feitas sobre objetos de qualquer ciência.

causa da complexidade que o envolve. Estamos falando de situações mentais que vão de insights, passam pelos sonhos e chegam ao inconsciente. Somente para ficarmos em exemplos da psicologia.

Se tentássemos mapear todas as possibilidades de pensamento, provavelmente não conseguiríamos chegar a metade do que a literatura sugere, mesmo assim não haveria a menor possibilidade de consenso entre elas. Por isso, precisamos fazer uma restrição nessa parte e concordar com os autores do campo da lógica quando dizem que o que está em foco é raciocínio e não o pensamento.

Mesmo assim, precisamos ter atenção, pois, relacionar a lógica somente ao raciocínio também seria incorreto. Seria inadequado definir a lógica como uma “ciência do raciocínio”, pois raciocínio ainda é pensamento e, portanto, faz parte da psicologia. O lógico, diz Copi (1978, p. 21), “[...] não está interessado, em absoluto, nos obscuros caminhos pelos quais a mente chega às suas conclusões durante os processos de raciocínio.” É importante que o processo esteja correto e que a conclusão esteja fundamentada nas premissas.

Portanto, o raciocínio lógico deve ser entendido de um ponto de vista “especial”, onde o que é analisado é a validade e a correção do argumento. As questões de conteúdo são aquelas que dizem respeito à semântica e à interpretação. Esse é um ponto que pode gerar algum tipo de confusão se não tivermos em mente que estamos nos referido ao argumento.

O que está em análise, de diante desse ponto de vista especial da lógica, é somente o argumento. As entrelinhas, aquilo que não está no argumento, que é fruto da interpretação ou que faz parte do contexto de construção do raciocínio não faz parte do processo de análise.

De acordo com Copi (1978) e Salmon (2002), um argumento é formado por uma conclusão e pela evidência de suas provas. Não é um simples enunciado. Até que as provas não estejam evidentes não pode haver exame do argumento.

Quase sempre aceitamos afirmações sem a necessidade de provas. Nesses casos, não existe a necessidade de aplicação da lógica. Mas, quando não aceitamos qualquer afirmação com facilidade, a lógica pode ser aplicada.

Argumento

Aplicando a lógica, exigimos que as afirmações que nos fazem sejam demonstradas. Isto é, que as premissas que sustentam a conclusão enunciada sejam explicitadas no argumento.

Por exemplo, se afirmarmos que “Todo bibliotecário é racional” e se essa afirmação for aceita sem questionamentos, não teremos motivo para aplicar a lógica. Mas, se alguém nos questionar e indagar pelas razões que nos levaram a tal afirmação será necessário demonstrar as provas que sustentam a conclusão de que “Todo bibliotecário é racional”.

As provas são demonstradas por meio de premissas que levam, inevitavelmente, à conclusão. Por exemplo:

Todo homem é racional.
Todo bibliotecário é homem.
→ Todo bibliotecário é racional.

No exemplo todas as provas necessárias para demonstrar a afirmação de que “Todo bibliotecário é racional” estão no próprio argumento. Nesse caso, costuma-se dizer que não importa o conteúdo dos enunciados se as premissas sustentam a conclusão no argumento.

O que está em análise, desse ponto de vista específico da lógica, é se, no argumento, as provas que levaram à conclusão de que “Todo bibliotecário é racional” estão demonstradas. Nada além do que está no argumento deve ser analisado. Tudo o que é necessário para a análise está no próprio argumento.

Portanto, um argumento é “[...] qualquer grupo de proposições tal que se afirme ser uma delas derivada das outras, as quais são consideradas provas evidentes da verdade da primeira.” (COPI, 1978, p. 23). Já, para Salmon (2002, p. 2), “[...] o argumento é uma coleção de enunciados que se relaciona mutuamente.” Um argumento é formado por um enunciado conclusivo e um ou mais enunciados que são as provas ou evidências. Essas provas ou evidências são chamadas de premissas. Não existe um limite de premissas em um argumento.

“Premissas” e “conclusões” são termos especiais empregados no campo da lógica. O lógico está interessado nas relações entre as proposições e a conclusão. Somente as proposições podem ser afirmadas ou negadas.

A lógica também não está preocupada com a verdade ou não das premissas, mas se elas sustentam a conclusão do argumento. De acordo com Salmon (1978, p. 2, grifo do autor), “[...] Quando afirmamos que as premissas de um argumento sustentam a conclusão, *não* estamos dizendo que as premissas são verdadeiras; dizemos apenas que haverá boas provas em abono da conclusão *se* as premissas forem verdadeiras.”

Argumentos logicamente incorretos são chamados de “falaciosos”. Os argumentos são falaciosos independentemente da verdade das premissas. O que está em análise não é o conteúdo de verdade das premissas, mas a correção lógica entre as premissas.

De acordo com Salmon (2002, p. 3, grifo do autor), “Uma vez que a correção ou incorreção de um argumento só depende da relação que se estabelece entre premissas e conclusão, *a correção ou incorreção lógica independe inteiramente da verdade das premissas.*”

Exemplo de argumento falacioso:

Todos os bibliotecários são cientistas da informação.

Todos os arquivistas são cientistas da informação.

→ Todos os arquivistas são bibliotecários.

Independente da verdade ou não das premissas, fica evidente que elas não sustentam a conclusão. Portanto, trata-se de um argumento logicamente incorreto ou falacioso. Notem que não está em discussão se os bibliotecários são ou não cientistas da informação e, muito menos, se os arquivistas são ou não bibliotecários.

Muitos leitores podem discordar da afirmação de que “Todos os bibliotecários são cientistas da informação” e podem colocar em discussão o significado do termo bibliotecário ou a própria história da biblioteconomia ou ainda a inserção social das bibliotecas. Porém, nada disso está em análise no argumento. Ele não se torna falacioso porque alguém discorda da afirmação de que “Todos os bibliotecários são cientistas da informação”.

O que torna um argumento falacioso é a falta ou insuficiência de demonstração das provas que sustentam a conclusão.

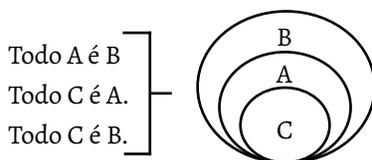
No caso do argumento usado como exemplo de argumento falacioso, as premissas foram enunciadas e existe uma conclusão que, aparentemente, sustenta a conclusão. Dissemos que está evidente que as premissas não sustentam a conclusão, mas parece que isso precisa de outra forma de demonstração. Vamos fazer um argumento válido e um argumento não válido e usar outra forma de demonstração.

Válido:

Todos os bibliotecários são cientistas da informação.

Todos os arquivistas são bibliotecários.

→ Todos os arquivistas são cientistas da informação.

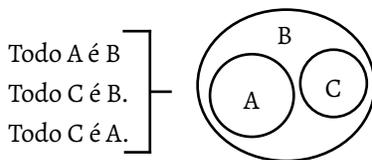


Não-válido:

Todos os bibliotecários são cientistas da informação.

Todos os arquivistas são cientistas da informação.

→ Todos os arquivistas são bibliotecários.



Mas, lembram Salmon (2002) e Copi (1978), geralmente, os argumentos estão em linguagem comum, sem padronização lógica. É necessário reconhecê-los, mesmo que premissas e conclusão não estejam identificadas. Também acontecem, em linguagem comum, mudanças na ordem das

premissas e da conclusão. Nos exemplos a seguir a conclusão aparece no final, no início e no meio do argumento.

Exemplo 1.

Todos os profissionais que se credenciaram no conselho regional de biblioteconomia eram bibliotecários e Luis era um profissional que se credenciou no conselho regional de biblioteconomia; *portanto*, Luis era um bibliotecário.

Exemplo 2.

Luis era um bibliotecário *porque* se credenciou no conselho regional de biblioteconomia, e todos os profissionais que se credenciaram no conselho regional de biblioteconomia eram bibliotecários.

Exemplo 3.

Uma vez que todos os profissionais que se credenciaram no conselho regional de biblioteconomia eram bibliotecários, Luis *devia ser* um bibliotecário, *pois* se credenciou no conselho regional de biblioteconomia.

Em linguagem comum, os argumentos também têm premissas e conclusão. Copi (1978) e Salmon (2002) propõem identificar os seguintes termos:

Na conclusão: *portanto; daí; logo; assim; consequentemente; segue-se que; podemos inferir; podemos concluir.*

Nas premissas: *porque; desde que; pois que; como; dado que; tanto mais que; pela razão de que.*

Antes da análise dos argumentos expressos em linguagem comum, é importante identificar o argumento, seus enunciados (que são suas premissas) e a conclusão. Nesse caso, temos que lembrar que nenhum enunciado

isolado é uma premissa. A existência das premissas pressupõe um argumento ou *raciocínio*. Apenas existe conclusão quando há enunciados (que se tornam premissas) no argumento.

Exemplo de argumento onde a conclusão é enunciada no início:

“Em uma democracia, o pobre tem mais poder do que o rico, *porque* há mais dos primeiros, e a vontade da maioria é suprema.” (ARISTÓTELES apud COPI, 1978, p. 24, grifo nosso)

Exemplo de argumento onde a conclusão está intercalada:

“Como a moral... tem influência nas ações e afeições, *segue-se que ela não pode ser derivada da razão*; e isto porque a razão, por si só, como já provamos, jamais pode ter uma tal influência.” (HUME apud COPI, 1978, p. 24, grifo nosso)

Porém, os trechos de argumentos não são obrigados a terem termos lógicos “especiais”:

“É necessário um raciocínio obtuso para injetar qualquer questão do ‘livre exercício’ de religião no presente caso. Ninguém é obrigado a assistir às aulas de religião e nenhum exercício ou instrução de caráter religioso é levado para as aulas das escolas públicas. Um estudante não precisa receber instrução religiosa. Está entregue aos seus próprios desejos, quanto à maneira ou tempo que reputa apropriado às suas devoções religiosas, se as tiver.” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS apud COPI, 1978, p. 25, grifo nosso)

Outro exemplo onde não existe um termo especial indicando a conclusão:

“Se o código penal proíbe o suicídio, isso não constitui um argumento válido na Igreja; e, além disso, *a proibição é ridícula*; pois

que penalidade poderá assustar um homem que não teme a própria morte?” (SCHOPENHAUER apud COPI, 1978, p. 25, grifo nosso)

Também é comum acontecer de encontrarmos dois ou mais argumentos:

“Não é necessário – nem de muita conveniência – que o legislativo esteja sempre em atividade; mas *é absolutamente necessário que o poder executivo esteja*, pois não há uma necessidade permanente de elaboração de novas leis, mas *é sempre imprescindível a execução das leis promulgadas*” (LOCKE apud COPI, 1978, p. 25, grifo nosso)

Precisamos ressaltar que existem dois tipos especiais de argumentos tratados na lógica: argumentos dedutivos e argumentos indutivos. De acordo com Salmon (2002), as características fundamentais dos argumentos dedutivos corretos e dos argumentos indutivos corretos são:

DEDUTIVOS

- I. Se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira.
- II. Toda informação ou conteúdo fatural na conclusão já estava contida nas premissas, pelo menos implicitamente.
- Reordena os conhecimentos existentes;

INDUTIVOS

- I. Se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão é provavelmente verdadeira mas não necessariamente verdadeira.
- II. A conclusão contém informação não presente, mesmo implicitamente, nas premissas.
- Amplia os conhecimentos.

Também podemos exemplificar os argumentos dedutivos e indutivos da seguinte maneira:

I. Argumento na linguagem comum:

- a) Os cientistas fizeram muitas pesquisas sobre os mamíferos. Os mamíferos que verificaram até o momento são animais. Portanto, todos os mamíferos são animais.

Argumentos e enunciados em sua forma lógica

II. Argumento dedutivo: silogismo categórico.

b] Todos os mamíferos são animais.

Todos os cães são mamíferos.

→ Todos os cães são animais.

Todo a é b . Todo c é a . → Todo c é b .
--

III. Enunciados categóricos (proposições categóricas)

c] A: Todos os cães são mamíferos.

E: Nenhum cão é mamífero.

I: Alguns cães são mamíferos.

O: Alguns cães não são mamíferos.

Todo S é P . Nenhum S é P . Algum S é P . Algum S não é P .
--

IV. Argumento dedutivo: condicional.

d] Se ele é bibliotecário, então ele cuida de livros.

Ele é bibliotecário.

→ Ele cuida de livros.

Se p , então q . p . → q .
--

V. Enunciados condicionais (ou hipotéticos).

e] Se ele é bibliotecário, então ele cuida de livros.

Se p , então q .

VI. Argumento indutivo.

f] Todos os homens até hoje observados usavam chapéus.

→ Todos os homens usam chapéus.

A diferença fundamental que nos interessa diretamente no campo da classificação dos saberes diz respeito a questão da ordenação e da ampliação do conhecimento.

Exemplo “a” (argumento dedutivo):

Todo mamífero tem um coração.

Todos os cavalos são mamíferos.

→ Todos os cavalos têm um coração.

Exemplo “b” (argumento indutivo):

Todos os cavalos até hoje observados tinham coração.

→ Todos os cavalos têm um coração.

Há uma nítida diferença entre o primeiro argumento (dedutivo), que usa as informações contidas no próprio argumento, e o segundo argumento (indutivo), que usa informações não contidas no argumento.

No primeiro caso, o argumento coloca em ordem classes e categorias já estabelecidas, tornando desnecessária qualquer avaliação externa. Todas as provas necessárias para verificar a validade ou não do argumento estão demonstradas nas premissas. Portanto, afirma-se ou nega-se que uma classe está incluída em outra, total ou parcialmente.

O segundo caso apresenta o argumento indutivo como aquele que conclui algo além das premissas. Geralmente, esse tipo de argumento não organiza classes gerais e específicas, mas parte de casos particulares e específicos para o geral. Por isso, a conclusão de um argumento indutivo tende a apresentar informações que não estavam nas premissas. Nesse caso, eles são corretos e incorretos, possuindo graus de força no que diz respeito às generalizações realizadas a partir de suas premissas.

De forma geral, os argumentos indutivos ampliam os conhecimentos e os argumentos dedutivos ordenam os saberes existentes. Essa distinção, apesar de todas as polêmicas apresentadas em uma vasta literatura nas últimas décadas, nos ajudará a introduzir o próximo tópico deste capítulo.

Vimos que existem muitos elementos complexos e fundamentais para o pensamento, mas ele apenas será analisado a partir de sua materialização na linguagem através dos enunciados. Não basta materializar o pensamento na linguagem, é necessário que o mesmo seja enunciado. Também não basta apenas enunciar, é preciso que o enunciado justifique, através de demonstração, o que foi descoberto.

A linguagem é mensurável. Enquanto sistema de signos, a língua permite que o pensamento restrito à consciência ganhe projeção externa ao indivíduo e seja representado em novas linguagens. Como algo empírico, a linguagem é real na medida em que é considerada como fundamento

do conhecimento. Para um ponto de vista especial da lógica, a linguagem é considerada como meio, mas não como objeto da análise. Na lógica são analisados os argumentos enunciados por uma linguagem.

As Classificações

Na lógica são analisados os argumentos enunciados por uma linguagem, mas a lógica não se restringe à análise de argumentos e existem diversas maneiras de se estudar a lógica na Biblioteconomia. A lógica da razão, como exposto, é uma delas. Outra, muito tradicional e, talvez, ainda mais relevante para a ordenação dos saberes, é a lógica das classificações. Ela também está vinculada à ordem da linguagem. Como nos diz Crippa (2012, p. 14), “A questão da língua sempre esteve fortemente atrelada à das classificações.”

Quando se fala em classificação, de acordo com (DIEMER, 1974 apud POMBO, 2002), podemos identificar quatro grandes orientações: uma orientação ontológica (classificação dos seres), uma orientação gnosiológica (classificação das ciências), uma orientação biblioteconômica (classificação dos livros) e uma orientação informacional (classificação das informações), sendo essas últimas as que nos interessam nesse momento.

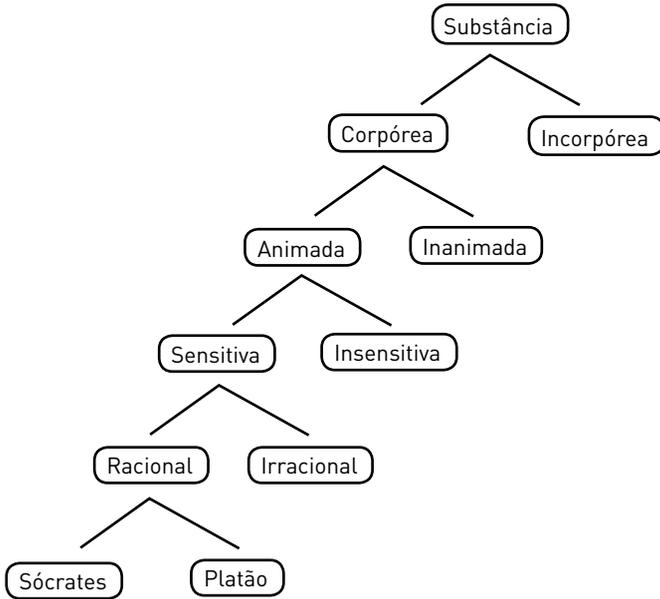
Segundo Pombo (2002), a classificação dos livros e a classificação das informações correspondem à constituição de uma ciência da classificação que tem por tarefa o estudo de todos os possíveis sistemas de classificação e, por objetivo, a constituição de uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios da sua realização.

Para a autora, a classificação, entendida enquanto operação de repartição de um conjunto de objetos quaisquer em classes coordenadas e subordinadas entre si, com base em critérios explícitos e previamente escolhidos, é uma atividade filosófica eminentemente lógica e tangencialmente matemática, desenrolando-se no âmbito de uma teoria das classes e de uma teoria das relações (POMBO, 2001, p. 4)

O primeiro esquema de classificação que segue essa divisão dicotômica, baseada na presença ou ausência de uma determinada propriedade, é a Árvore de Porfírio. Apresentada por Porfírio de Tiro, na obra *Eisagogé*,

um comentário às categorias de Aristóteles, constitui-se como um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies como esquematizado na Figura 1.

Figura 1 – Árvore de Porfírio.



O princípio hierárquico de classificação onde os conceitos são organizados dos mais gerais até chegar aos particulares ocupará lugar relevante no que diz respeito à classificação das ciências não só na Idade Média, mas também no século XVI.

No século XVII, segundo Burke (2003, p.83), a “árvore” dá lugar a vários esquemas gráficos denominados “sistemas” os quais podiam ser aplicados tanto a disciplinas específicas quanto ao conhecimento como um todo. Vários esquemas são apresentados por filósofos famosos como Bacon, Descartes, Locke e Leibniz, para reformular a classificação dos conhecimentos.

O sistema de classificação originalmente desenvolvido por Bacon em seu *“Advancement of learning”* (1605) derivava de uma visão de mundo na qual o homem era o centro do universo e tentava organizar a estrutura do conhecimento, a “ordem das coisas”, ao redor do seu entendimento.

Bacon dizia que do homem emanavam três distintas fontes: Memória, Imaginação e Razão. E sua divisão do conhecimento era baseada nos tipos de conhecimentos emanados de cada uma destas três fontes (Quadro 1): a História, a Poesia e a Filosofia. Este esquema era construído sobre asserções epistemológicas, racionais e subjetivas.

Quadro 1 – Esquema de Classificação de Bacon (1605)

Fontes	Emanações
I. Memória	História <ul style="list-style-type: none"> 1. Natural <ul style="list-style-type: none"> a) Gerações b) Antigas gerações 2. Civil <ul style="list-style-type: none"> a) Eclesiástica b) Literário c) Civil propriamente dita
II. Inauguração	Poesia <ul style="list-style-type: none"> 1. Narrativa 2. Dramática 3. Alegórica
III. Razão	Filosofia <ul style="list-style-type: none"> 1. Ciência de Deus 2. Ciência da Natureza <ul style="list-style-type: none"> a) Especulativa b) Prática <ul style="list-style-type: none"> 1. Mecânica 2. Mágica a) Matemática <ul style="list-style-type: none"> 1. Pura 2. Aplicada 3. Ciência do Homem <ul style="list-style-type: none"> a) Humana <ul style="list-style-type: none"> 1. Corpo <ul style="list-style-type: none"> Medicina Cosmética Atlética Voluptuária 2. Alma <ul style="list-style-type: none"> Psicologia Moral b) Civil <ul style="list-style-type: none"> Arte de conversação Arte de negociação
	Política

(SETTIS, 2000, p. 118-19).

Leibniz, também no século XVII, produziu um “*Plano para organizar uma biblioteca*”. Esse plano dividia o conhecimento em nove partes: Teologia, Direito e Medicina, acrescidas de Filosofia, Matemática, Física, Filologia, História e assuntos diversos. Leibniz editava uma revista onde resenhava livros novos, os quais eram indexados sob sete categorias: Teologia, incluindo a História eclesiástica; Direito; Medicina, incluindo a Física; Matemática; História, incluindo a Geografia; Filosofia, incluindo a Filologia; e, assuntos diversos (BURKE, 2003, p. 98).

Os teóricos da classificação sempre acreditaram na ordem das coisas e que essa ordem, relacionada ao mundo abstrato das ideias, pode ser materializada na forma convencional simbólica dos sistemas de classificação para a organização dos livros. No dizer de Rafferty (2001, p. 181), todo sistema de classificação de livros reflete, de modo mais ou menos declarado, um sistema, seja ele qual for, de ordenamento do conhecimento.

Portanto, um sistema de classificação de livros seja ele baseado em fundamentos filosóficos, teológicos ou simplesmente práticos, continua, até os nossos dias, com o objetivo primordial de organizar o conhecimento de modo que ele seja passível de recuperação e uso por parte dos leitores.

Para atingir esse objetivo, W. T. Harris, no século XIX, teve a ideia de classificar não os livros, mas sim o conhecimento contido neles, pois com o crescimento das bibliotecas, o antigo sistema de classificação, que atribuía a cada volume um lugar fixo na estante, se tornava obsoleto, pois toda vez que um livro chegava era necessário revisar todo o catálogo.

Foi o esquema de classificação de Harris que levou ao esquema de classificação relativa em uso até hoje, no qual os volumes eram estocados segundo as relações que mantivessem entre si (BATTLES, 2003, p. 141). Harris baseou suas classes principais naquelas desenvolvidas por Francis Bacon, mas inverteu o esquema baconiano, conforme o Quadro 2. Baseada nos esquemas de Settis (2000, p. 118-19) podemos observar a equivalências entre as duas classificações.

A Classificação Decimal de Dewey (CDD) foi elaborada por Melvin Dewey, em 1876, a partir da classificação de Harris. Ela tem, como referencial básico, a divisão postulada por Bacon para a delimitação do conhecimento em dez classes, refletindo o estado do conhecimento no século XIX,

combinada com o sistema numérico da Biblioteca Britânica, onde as estantes recebiam “nomes” numéricos, mas eram divididas de maneira mais ou menos arbitrária, de modo a permitir a localização de livros específicos.

Quadro 2 – Classificação de Bacon(1605), Bacon (inversão) e Harris

Bacon (1605)	Bacon (inversão)	Harris
História	Filosofia	I. Ciências Filosofia Religião Ciências Sociais e políticas Ciências naturais e técnicas
Poesia	Poesia	II. Arte Belas-Artes Poesia. Obras narrativas Literatura. Diversos
Filosofia	História	III. História Geografia, Viagens História civil Biografia

baseado em SETTIS (2000, p. 118-19).

No sistema de Dewey os números não se limitavam a rotular estantes; eles também repartiam as estantes entre os diversos campos do conhecimento. A simplicidade do sistema de numeração decimal uniu-se, assim, a um esquema capaz de acomodar em compartimentos epistemológicos bastante intuitivos tanto os livros já escritos como os que ainda viriam a ser escritos (BATTLES, 2003, p. 141).

No Quadro 3, também baseado nos esquemas apresentados por Settis (2000, p. 119-120), verifica-se a equivalência entre a classificação de Harris e as categorias gerais da classificação de Dewey:

Classificações como as de Dewey foram úteis nas ciências onde o agrupamento de objetos, que exibiam diversos graus de similaridade, permitia que fossem estudados muito mais sistematicamente. Todavia, esse tipo de classificação não pode ir além de relacionar os nomes das coisas. Apesar de todas as revisões já realizadas, a CDD, como os outros sistemas

tradicionais de classificação, não consegue representar adequadamente a interdisciplinaridade das Ciências.

Quadro 3 – Classificação de Harris e Categorias gerais de Dewey

HARRIS	DEWEY
1. Ciências Filosofia Religião Ciências Sociais e políticas Ciências naturais e técnicas	100. Filosofia 200. Religião 300. Ciências Sociais 400. Filologia 500. Ciência Pura 600. Técnicas, ciência aplicada
II. Arte Belas-Artes Poesia. Obras narrativas Literatura. Diversos	700. Belas-Artes 800. Literatura, Belas-Letras
III. História Geografia, Viagens História civil Biografia	900. História. Biografia

(SETTIS, 2000, p.119-120)

Há mais de quarenta anos Foskett (1969, p. 53) já alertava para o fato de que “[...] os assuntos são mais do que meras descrições de objetos, e há muito se sente a necessidade de um sistema que proporcione um grau maior de expressividade, e principalmente, possa não só arranjar assuntos específicos, como também assuntos em relações recíprocas”. Atualmente, a CDD ainda divide o conhecimento em dez classes principais, subdivididas novamente em outras dez, e assim por diante, como no exemplo apresentado no Quadro 4.

A classificação de Dewey, assim como as demais classificações, ainda que pragmática, se refere a uma visão filosófica do conhecimento, a qual reflete uma posição cultural e política. É ideológica no sentido em que é um dos muitos discursos através do qual a sociedade é fixada, ordenada e regulada. Mas, ao mesmo tempo em que é dominante, a CDD habilita o usuário a acessar os documentos sem mediação, impondo a este usuário a

necessidade de entendimento e busca de documentos através do seu ponto de vista particular (RAFFERTY, 2001, p. 185).

Quadro 4 – Classificação Decimal de Dewey (CDD).

000	Generalidades
100	Filosofia e Psicologia
200	<i>Religião</i>
300	Ciências Sociais
400	Linguagem
500	Ciências Naturais e Matemáticas
510	Matemática
520	<i>Astronomia</i>
530	Física
540	Química
541	Química física e teórica
542	Técnicas, Equipamentos e Materiais
543	Química análisa
544	Análisa qualitativa
545	Análise quantitativa
546	Química inorgânica
547	Química orgânica
548	Cristalografia
549	Mineralogia
550	Ciências da Terra
560	Paleontologia
570	Biologia
580	Botânica
590	Zoologia
600	Tecnologias (Ciências Aplicadas)
700	Artes
800	Literatura e Retórica
900	Geografia e História

É Henry E. Bliss, segundo Rafferty (2001, p. 185), já no século XX, quem vai criticar o racionalismo baconiano de Dewey, descrevendo a inversão da classificação de Bacon como não filosófica e não prática, pois essa inversão separaria as ciências principais.

Bliss acreditava que o conhecimento deveria ser organizado a partir de um consenso científico e educacional, os quais são relativamente estáveis e

tendem a tornar o sistema mais consistente. Dessa forma, ele baseava seus esquemas na aceitação inquestionável das convenções acadêmicas ocidentais, na noção de ordem verdadeira e nos princípios de organização hierárquica. De acordo com Bliss, os princípios de um sistema de classificação são: a ordem das coisas pode ser estabelecida; a ordem das coisas é base para a classificação do conhecimento e a ordem é determinada pelo uso do conhecimento, pela sua utilidade para os pensadores e trabalhadores.

A primeira versão da Classificação Bibliográfica de Bliss, conhecida como BC1, opera com o princípio de que cada assunto específico é subordinado ao seu genérico apropriado. Sua segunda edição, conhecida como BC2, incorpora as técnicas de análise de facetas de Ranganathan. As classes principais e as sub-classes são facetadas e o vocabulário é organizado rigorosamente em categorias claramente definidas. Sua notação consiste nas letras maiúsculas de A-Z e nos números de 1-9 divididos em blocos de três. A primeira letra indica a disciplina e a próxima letra categoriza o assunto na disciplina a qual pode ser subdividido novamente como no Quadro 5.

Quadro 5 – Classificação Bibliográfica de Bliss (BC)

2/9	Generalidades, Fenômenos, Conhecimento, Ciência da informação e tecnologia
A/AL	Filosofia e Lógica
AM/AX	Matemática, Probabilidade Estatística
AY-B	Ciência geral, Física
C	Química, Engenharia química
D	Espaço e Ciência da terra Astronomia Geologia Geografia
E/GQ	Ciências biológicas
E	Biologia Bioquímica Genética Virologia
F	Botânica
G	Zoologia
GR	Agricultura

continua...

GU	Ciência veterinária
GY	Egologia aplicada, Ambiente Humano
H	Antrologia física, Biologia Humana, Ciência da Saúde
I	Psicologia e Psiquiatria
J	Educação
K	Sociedade (Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia Social)
L/O	História (Arqueologia, Biografia e Viagens)
P	Religião, Ocultismo, Moral e Ética
	PF Sistema religioso
	PFR Trabalho missionário
Q	Criminologia
R	Políticas e Administração Pública
S	Direito
T	Economia e gerenciamento de empreendimentos econômicos
U/V	Tecnologia, Engenharia
W	Recreação, Artes, Música
X/Y	Linguagem, Literatura

A LC é um sistema de classificação desenvolvido especificamente para a Biblioteca do Congresso Americano e foi influenciada pela *Expansive classification*, sistema elaborado em 1891 por Charles Cutter, que também era derivado do esquema de Bacon. A estrutura da LC é ditada pela organização da biblioteca, sendo suas tabelas adaptadas às necessidades do acervo. As classes principais são designadas por uma letra maiúscula sendo que na maioria dos casos se utiliza também uma segunda maiúscula para indicar as seções principais. A seguir utilizam-se números arábicos para designar as divisões, os quais são utilizados integralmente de 1 a 999. No Quadro 6 apresentamos a estrutura principal da LC.

Quadro 6 – Classificação da Biblioteca do Congresso (LC)

A	Generalidades
B	Filosofia, Psicologia e Religião
C	Ciências Auxiliares da História
D	História Geral e História da Europa
E	História da América
F	História da América
G	Geografia, Antropologia e Recreação
H	Ciências Sociais
J	Ciência Política
K	Direito
L	Educação

continua...

M Música
N Artes
P Língua e Literatura
Q Ciência
QA Matemática
QA Astronomia
QC Física
QD Química
QD 1-65 Generalidades incluindo Alquimia
QD 71-142 Química analítica
QD 146-197 Química inorgânica
QD 241-441 Química orgânica
QD 450-801 Química física e teórica
QD 901-999 Cristalografia
QE Geologia
QH História natural e Biologia
QK Botânica
QL Zoologia
QM Anatomia Humana
QP Fisiologia
QR Microbiologia
R Medicina
S Agricultura
T Tecnologia
U Ciência Militar
V Ciência Naval
Z Bibliografia, Biblioteconomia e Recursos de Informação

A Classificação Decimal Universal (CDU), desenvolvida por Paul Otlet e Henry La Fontaine, é considerada uma expansão da CDD, detalhando as subdivisões dos assuntos e alterando a notação que passou a incorporar sinais gráficos para descrever assuntos compostos ou complexos (PIEDEDE, 1977, p. 71). A CDU tinha como objetivo traduzir a linguagem natural para uma notação simbólica, pois Otlet e La Fontaine acreditavam que a notação simbólica facilitaria o entendimento internacional; pré-requisito para o progresso, civilização e paz mundial. Ao inserir na lógica da CDD uma série de relacionamentos a notação da CDU é capaz de detalhar mais de um assunto (RAFFERTY, 2001, p. 186).

Segundo Rafferty (2001, p. 188), Otlet acreditava que no interior dos documentos estava a verdade na forma de fatos e que esses fatos é que deveriam ser identificados e representados. Portanto, seu sistema de

classificação, como um quadro sinóptico do conhecimento, ou seja, como um imenso mapa dos domínios do conhecimento, era concebido para representar o esqueleto dos sentidos em forma de fatos encontrados nos documentos originais. O pensamento de Otlet não se direcionava para a organização dos livros nas estantes, mas para organização da informação, seu acesso e, principalmente ao estabelecimento de relações entre os dados informacionais visando ao uso da informação, tornando-se um índice representativo.

Assim, a função da CDU era fornecer um código complexo para representar o conteúdo dos documentos. Esses códigos eram elaborados usando números para representar classes e divisões e deveriam indicar os vínculos entre ideias e objetos, suas relações de dependência e subordinação, de similaridade e diferença até sua genealogia. Para isso, a CDU detalha as subdivisões dos assuntos e altera a notação, que passa a incorporar sinais gráficos para descrever assuntos compostos ou complexos. Otlet e La Fontaine acreditavam que os números da CDU constituíam uma verdadeira linguagem nova.

Essas características fazem da CDU um dos precursores e talvez o mais grandioso dos sistemas modernos de classificação facetada. A primeira edição completa da classificação foi publicada como um enorme volume de mais de duas mil páginas entre 1904 e 1907 (RAYWARD, 1997).

A CDU era na verdade um sistema de gerenciamento de banco de dados bastante complexo. Em razão dos diferentes tipos de arquivos que organizava pode até ser descrita, no contexto de um sistema de armazenamento e recuperação de informação de hipertexto, como “mecanismo de recuperação para acesso e gerenciamento efetivo de banco de dados” (CARLSON, 1989 apud RAYWARD, 1997).

Da mesma maneira que a CDD, a CDU também divide o conhecimento em dez classes e cada uma das classes será subdividida em outras dez, de acordo com o Quadro 7.

A CDU procurou reunir as diferentes partes de assuntos complexos a partir de diferentes partes do sistema, mas foi Ranganathan, com a sua Colon Classification ou Classificação de Dois Pontos, publicada pela primeira vez em 1933, quem explorou de modo mais completo as bases teóricas do método sintético.

Quadro 7 – Classificação Decimal Universal (CDU)

0 Generalidades. Informação. Organização.

1 Filosofia. Psicologia.

3 Ciências sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação.

4 Classe vaga.

5 Matemática e Ciências Naturais.

50 Princípios gerais

51 Matemática

510 Princípios gerais

511 Aritmética. Teoria dos números

512 Álgebra

513 Geometria

514 Trigonometria. Poligonometria

515 Geometria Descritiva. Projeções. Perspectiva

516 Geometria analítica. Coordenadas

517 Análise Matemática

518 Processos Gráficos de Cálculo. Jogos matemáticos

519 Análise Combinatória. Cálculo das Probabilidades

52 Astronomia. Geodesia

53 Física

54 Química. Cristalografia. Mineralogia

55 Geologia e Ciências afins. Meteorologia

56 Paleontologia

57 Ciências Biológicas

58 Botânica

59 Zoologia

6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.

7 Arte. Belas-artes. Recreação. Diversões. Desportos.

8 Linguagem. Linguística. Literatura.

9 Geografia. Biografia. História.

Ranganathan acreditava no conhecimento intuitivo, em classificadores intuitivos e na noção de que a ideia estava separada da palavra na linguagem natural e que algumas vezes não poderia ser expressa na linguagem natural, mas podia ser experienciada no sentido individual. Ranganathan se interessava pela tradução das linguagens individuais em uma linguagem mais coletiva, pura, sintética e simbólica.

Essa linguagem notacional teria, teoricamente, a função de um sistema de signos materiais que significassem aspectos da experiência individual

não traduzível em uma linguagem natural. Ele acreditava que sua linguagem classificatória era capaz de articular ideias as quais não podiam ser denotadas em linguagem natural. Seu sistema de classificação baseado em facetas era uma nova maneira de organizar o conhecimento (RAFFERTY, 2001, p. 189)

Segundo Barbosa (1972, p. 74) esta foi a grande contribuição de Ranganathan para os estudos teóricos de classificação, isto é, a sua ideia de dividir os assuntos em categorias ou facetas, portanto, em grupos reunidos por um mesmo princípio de divisão.

Para Ranganathan, o conhecimento humano está dividido em 42 classes principais e algumas destas classes são subdivididas em classes convencionais, como por exemplo podemos visualizar no Quadro 8:

Quadro 8 – Classificação de Dois Pontos.

B Matemática
B1 Aritmética
B2 Álgebra
B3 Analítica
B4 Outros métodos
B5 Trigonometria
B6 Geometria
B7 Mecânica
B8 Físico-Matemática
B9 Astronomia

Inicialmente esta Classificação parece igual aos antigos Sistemas de Classificação que seguem os predicáveis de Porfírio, partindo do geral para o específico, mas investigações mais profundas desenvolvidas por Ranganathan e pelo Classification Research Group mostraram que as subdivisões podem originar-se de diferentes tipos de relacionamentos, tais como gênero/espécie, todo/parte, ação/paciente, etc (PIEIDADE, 1977, p. 71). Surge então um novo tipo de classificação, conhecida como classificação facetada, onde os assuntos são divididos em categorias ou facetas, isto é, em grupos de classes reunidas por um mesmo princípio de divisão, ou seja, por assuntos com as mesmas características e que têm o mesmo tipo de relacionamento entre si e com a classe principal (PIEIDADE, 1977, p. 160; BARBOSA, 1972, p. 74).

Segundo Barbosa (1972, p. 74), uma classificação facetada é um sistema que agrupa termos estruturados, na base da análise de um assunto, para identificação de suas facetas, isto é, dos diferentes aspectos nele contidos. Quando se aplica ao universo dos conhecimentos um princípio de divisão, ou seja, uma diferença ou característica, ele se decompõe em partes, onde cada diferença usada dá origem a uma faceta diferente.

A análise de facetas coordena conceitos, significando que um assunto, por mais complexo que seja pode ser representado pela síntese de mais de uma faceta, cada uma indicando conceitos diferentes.

Quadro 9 – Facetas

Casa	Material	Casa de madeira	Casa de alvenaria
			Casa de taipa
		Localização	Casa de campo
			Casa de praia
			Casa de subúrbio
		Sócio econômica	Casa de aluguel
			Casa própria
			Casa popular
			Casa econômica

(LIMA, 1998)

Esta visão das classes principais e da ordem do conhecimento, completamente diferente dos sistemas de classificação tradicionais, permitia uma maior flexibilidade ao sistema, por não os prender a uma hierarquia. Todas as facetas são consideradas como manifestações de uma das cinco categorias fundamentais que são: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo (PMSET) como no Quadro 10.

Quadro 10 – Categorias fundamentais de Ranganathan

Personalidade (o que é o objeto): Mobiliário
Matéria (o objeto material): Madeira
Energia (processos ou atividades que tem relação com o objeto): Design
Espaço (onde o objeto acontece ou existe): Brasil
Tempo (quando o objeto ocorre): Século XX

(LIMA, 1998).

Considerações Finais

De acordo com Gomes (2004), o objetivo de Ranganathan era estabelecer um sistema de notação para as ideias ou *perceptos*. Produziu, assim, um método dedutivo que fornece uma visão holística do conhecimento.

Por meio do método de faceta conseguimos perceber qualquer área de assunto como um todo, organizando dedutivamente, as hierarquias. Com isso, podemos criar esquemas de classificação e tesouros documentários, nome mais apropriado para esse instrumento, pois fica evidente que ele é uma classificação de ideias.

O nome tesouro para um conjunto de palavras organizadas de acordo com seu significado em categorias que espelham a organização do conhecimento em determinado domínio, foi adotado devido a sua estrutura ser semelhante a estrutura definida em 1852 por Peter Mark Roget para a obra "*Thesaurus of English Words and Phrases*".

Na obra de Roget, as palavras eram organizadas, de acordo com o seu significado, em seis categorias conceituais: relações abstratas, espaço, matéria, intelecto, volição e afeições; as quais foram subdivididas em classes, que, por sua vez foram divididas em seções, subseções e conceitos isolados. Ainda hoje o tesouro só pode ser estruturado a partir do uso de princípios lógicos e semânticos os quais permitem a constituição e delimitação de categorias e através dos quais Lara (2002, p.134) é possível constituir um todo significativo.

Assim, observa-se que a lógica e a classificação andam lado a lado na Biblioteconomia, pois é a primeira que possibilita a estrutura da segunda.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução de novos textos: Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA, A. P. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, v.1, n. 2, p.73-81, 1972.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COPI, I. M. **Introdução à lógica**. Tradução Álvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

CRIPPA, G. Os sentidos da ordem: narrativas literárias, visuais e cinematográficas sobre linguagens, catálogos e apropriação da informação. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina, PR: EDUEL, 2012. p. 11-35.

FOSKETT, D. J. **Serviço de informação em bibliotecas**. São Paulo: Polígono, 1969.

GOMES, H. E. **Classificação, tesouro e terminologia**: fundamentos comuns. Palestra preparada para as Tertúlias do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO, apresentada em julho de 1996. Disponível em: <<http://www.coneario.com/bit/tertulia.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MATÍNEZ, A. **Subjetividade**: teoria, epistemologia e método. Campinas, SP: Alínea, 2017.

LARA, M. L. G. de. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez. 2002.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PIEADADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

POMBO, O. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2002. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2018.

POMBO, O. Leibniz and the encyclopaedic project. In: **Actas del Congreso Internacional Ciência, Tecnologia y bien comum: la actualidad de Leibniz** (Valencia, 21-23, marzo 2001) Disponível em:< <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-valencia.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

QUINE, W. van O. **O sentido da nova lógica**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

RAFFERTY, P. The representation of knowledge in library classification schemes. **Knowledge Organization**, vol. 28, n. 4, p. 180-191, 2001.

RAYWARD, W. B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 239-300,1997.

SALMON, W. C. **Lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

SETTIS, S. Warburg continuatus. Descrição de uma biblioteca In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p.108-154

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

Giovana Deliberali Maimone

Introdução

A disciplina intitulada “Introdução à Análise Documentária” é ministrada no curso de Informação e Cultura (CBD) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e contempla de modo específico dois campos do conhecimento distintos, porém complementares, que são: Estudos da Linguagem e Processos de Representação Documentária. Ambos interconectam-se integrando conteúdos fundamentais para o contato inicial do aluno com uma das linhas de pesquisa da Ciência da Informação (ou Biblioteconomia/Documentação) denominada “Organização do Conhecimento”.

Sobre os Estudos da Linguagem abordam-se textos de autores reconhecidamente relevantes no cenário nacional que fundamentam e discutem teoricamente questões sobre modalidades textuais, tipologias discursivas, técnicas de persuasão e processos de leitura. A leitura documentária é apresentada após os processos de leitura para promover análises e discussões sobre esta atividade que está inserida na rotina do profissional da informação.

Na linha de Representação Documentária indicam-se textos e normas referentes à elaboração da informação documentária, principalmente no que diz respeito a elaboração dos resumos documentários. Apresentam-se os processos de análise, síntese e representação que permeiam integralmente atividades referentes à construção de resumos e índices.

Ferramentas que intentam representar o conteúdo temático dos documentos como são os vocabulários controlados, tesouros, listas de classificação, entre outros, também tangenciam momentos específicos

da disciplina, mas são temas explorados com menos profundidade, já que estudados detalhadamente em disciplinas como Linguagens Documentárias I e II. Recomenda-se a leitura complementar de materiais que introduzem a ideia de linguagens construídas artificialmente, que portam o objetivo de controlar, representar e recuperar tematicamente os objetos de informação do acervo; nesta perspectiva, trabalha-se com um texto referente à área de terminologia e matérias de especialidade a fim de que o aluno compreenda a necessidade de efetuar pontes linguísticas entre o usuário e o material a ser tratado.

Estudos da Linguagem

As obras – mesmo as maiores, ou, sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca, distorce. (CHARTIER, 1999, p. 9)¹

Segundo Elisa Guimarães (1990) os textos podem ser de diversas tipologias (descritivo, narrativo, dissertativo, expositivo, instrutivo, etc.) não excludentes, complementares, combinando-se de muitas formas. O tema é o núcleo informativo fundamental ou elemento em torno do qual se estrutura a mensagem, que geralmente envolve ideias centrais e periféricas, ambas de essencial importância para o trabalho do profissional da informação, já que identificam níveis informacionais distintos.

1. Com esta citação tem início as aulas sobre Estudos da Linguagem, enfatizando que, apesar de elucidativa e em muitos casos objetiva, a linguagem está sempre submetida à interpretação de seu leitor, já que o processo de leitura é, por si, interpretativo.

De modo geral os textos podem ser ficcionais e não ficcionais, sendo que o foco da disciplina recai sobre estes últimos os quais Guimarães (1990) subdivide em: texto científico - cujo objetivo é fundamentar um princípio ou ciência, texto didático - vinculado ao processo de ensinar, texto jornalístico - relativo à notícia, texto jurídico - em que a missão é esclarecer leis, texto filosófico - tecido pelas ideias em torno da essência das “coisas” do mundo (próprio processo de pensamento), texto político - muito atrelado ao poder de persuasão, texto crítico - no qual se encontram juízos de valor, e texto literário - em que se tem a valorização da palavra pela palavra (GUIMARÃES, 1990).

Cada um deles serve a uma função específica e são escritos para públicos determinados, embora possam sobrepor-se em alguns momentos.

Para um texto ter significado são necessários dois tipos de relações: lógicas (raciocínio / dedução / sequência), que condicionam o processo de expansão do texto, e de redundância (repetição / largada e retomada / fixação), que garantem a fixação do tema, através de repetições ao longo do mesmo. É importante ressaltar que os mecanismos de repetição favorecem o desenvolvimento temático, permitem um jogo regrado de retomadas a partir do qual se fixa um fio textual condutor.

Encadeamento, concatenação, práticas intertextuais (que inscrevem o texto novo num campo intelectual já conhecido do leitor), coordenação e hierarquia são alguns dos elementos temáticos apresentados por Guimarães (1990) que são estudados por esta disciplina através da proposição de exercícios e da reflexão coletiva com a participação dos alunos.

Os elementos estruturais de um texto são aqueles que determinam, mais especificamente, seu modo de organização, ou seja, cada tipo de texto deve ter um modo especial de organizar-se em termos de categorias de informação. A título de exemplo, o texto narrativo possui a seguinte organização: exposição (equilíbrio), complicação (desequilíbrio) e resolução (equilíbrio). Já o dissertativo deve conter: exórdio (introdução), narração (relato de fatos), confirmação (exposição dos argumentos) e peroração (conclusão) (GUIMARÃES, 1990).

As questões de significação e estrutura que envolvem o texto são tão importantes quanto entender como os discursos trabalham em prol de um

objetivo específico. Dentre outros, o professor Adilson Citelli (2005) apresenta os seguintes tipos de discursos²: lúdico, polêmico e autoritário. O lúdico pode ser considerado como a forma mais democrática de discurso, já que há menos necessidade/desejo de convencer. Exemplos seriam boa parte da produção artística, como a música e a literatura. O discurso polêmico possui um aumento do grau de persuasão em relação ao lúdico pois possui certo grau de instigação, visto apresentar argumentos que podem ser contestados. Como exemplos teríamos: discussão entre amigos, defesa de tese, aulas, etc. Já o discurso autoritário é, por excelência, persuasivo, onde há total dominação pela palavra. É um discurso exclusivista, que não permite mediações ou ponderações.

Todos os discursos acima enunciados devem apresentar, de modo geral, segundo Citelli (2005, p. 41), a seguinte estrutura:

1. Distância: o falante é exclusivo. A voz do enunciador é mais forte do que os próprios elementos enunciados.
2. Modalização: uso imperativo e caráter parafrástico (argumentos).
3. Tensão: o emissor domina a fala do receptor.
4. Transparência: o enunciado deve ser mais facilmente compreensível pelo receptor. Grau de polissemia diminuído.

Neste sentido, em maior ou menor grau de persuasão, os discursos devem ser observados de acordo com os objetivos do autor, do acervo e do usuário podem variar. Exemplos em textos publicitários, religiosos, de livros didáticos entre outros são abordados com fins de ilustração.

Adentrando-se mais especificamente aos processos de leitura e leitura documentária apresentam-se textos que refinam conhecimentos em relação aos conceitos de leitura, contextos, intencionalidades e leitura em análise documentária.

O processo comunicativo, no qual se insere a leitura pode ocorrer a partir de “Sujeitos Culturais” que são considerados como aqueles que, de

2. O autor trabalha tais discursos explorando a área organizacional, aos quais intitula de “modos organizacionais” do discurso.

acordo com sua experiência de mundo, e sua consequente configuração como sujeito social, é capaz de interpretar o texto (CORTINA, 2000). Ainda segundo o mesmo autor o contexto de um texto, ou seja, o sentido que as palavras adquirem modificam-se conforme: sua superfície verbal - “o que está escrito” (Contexto Interior) e, o que não está explícito no texto mas que pode estar subentendido ou necessita de buscas de informações em outros textos (Contexto Exterior).

Eco (1992) citado por Cortina (2000, p. 35-52) observa que é possível entender o processo de leitura como uma procura da intenção do autor, da intenção da obra ou da intenção do leitor.

- Intenção do autor - ler torna-se um exercício de investigação empírica por meio do qual o leitor se submete à autoridade máxima do autor.
- Intenção da obra = ler um texto significa buscar a intenção da obra, pouco importando se o autor quis dizer isso ou aquilo em seu texto.
- Intenção do leitor = textos que preveem várias possibilidades de leitura, isto é, já são produzidos em forma que propiciam “n” formas de combinação (CORTINA, 2000).

Durante o processo de leitura deve-se levar em conta o lugar em que o leitor se coloca, suas condições físicas e psicológicas. Dessa maneira, diferentes formas de interpretação podem coexistir em relação a um mesmo texto. E provavelmente, a leitura de um mesmo material em tempos distintos promoverá diferentes interpretações devido às transformações próprias da vida humana.

Pode-se afirmar neste ponto que existe um modo de “dinamizar” o conhecimento humano através do estabelecimento da relação entre a “enciclopédia particular do leitor”³ e o contexto do texto (CORTINA, 2000).

3. A enciclopédia registra os hábitos e costumes dos sujeitos de determinado grupo social por meio de “roteiros” (CORTINA, 2000). Seguindo o mesmo modelo, os homens também poderiam registrar seus conhecimentos.

No caso do profissional da informação quando das atividades de representação e referenciação do acervo, este deve alcançar seu quadro de referência (sua enciclopédia particular) armazenado em sua memória, para realização das tarefas (CINTRA, 1987).

Aproveitando a discussão apresentada sobre tais aspectos da leitura, indica-se um texto referente a um debate entre Roger Chartier e Pierre Bourdier “*A Leitura: uma prática cultural*” sobre o qual lançam-se questionamentos quanto aos conceitos de leitura e consumo cultural, situações de leitura (coletiva, individual – processo histórico), aprendizagem de leitura *versus* capacidade de leitura hábil, objetivos dos textos, e adjetivação da leitura como: leitura boa ou má. Esses tópicos são debatidos tendo em vista a reflexão na área da Ciência da Informação a fim de que os alunos realizem reflexões sobre esses tópicos e saibam como proceder frente ao acervo e aos questionamentos dos usuários, sempre frequentes.

Para representação do material textual em unidades de informação propõe-se que seja realizada o que se nomeia de Leitura Técnica:

Estudo metódico do conteúdo de um documento que realiza o classificador para determinar os assuntos tratados e, mediante uma operação analítico-sintética, estabelecer os símbolos que representarão esse item no acervo. A leitura técnica compreende a análise do corpo central da obra, complementada por outras fontes de informação que integram a obra sob estudo, como o título e seu grau de representatividade, o sumário e o índice de assuntos, as orelhas e as contracapas, o prefácio, a catalogação e a classificação na fonte (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 222).

Para a leitura e análise de documentos, Cintra (1987) considera indispensável o entendimento de entidades linguísticas estocadas que englobam: o nível das **palavras**, ou seja, os blocos significativos e, os **esquemas formais de organização textual** que agregam entre outros o assunto central, os periféricos, os objetivos do documento, sua metodologia, técnicas, etc. Alguns autores chamam tal organização de superestrutura textual.

Finalizando a parte de estudos da linguagem com leitura documentária toma-se “por empréstimo” dois dos textos da professora Mariângela Fujita, que trabalha questões de leitura em indexação e análise documentária. Retomando a epígrafe que inicia este bloco teórico volta-se à individualidade do leitor e sua capacidade de interpretação já que conforme afirma Fujita (2004) o leitor é o centro do processo de compreensão. Pensando o bibliotecário como leitor para indexação destaca-se que esta leitura é objetiva, direcionada aos objetivos da instituição, dos usuários, do sistema, entre outros, e, por este motivo diferente da comum. Em análise documentária a leitura perpassa todo o processo de representação da informação de modo que é fundamental para atribuição de termos de indexação e elaboração de resumos documentários, sendo que é parte do processo cognitivo que ocorre simultaneamente às atividades. Neste sentido, Fujita (2004, p. 2) expõe o objetivo da capacitação do profissional da informação em leitura, no caso, documentária:

A leitura em análise documentária, entendida como uma atividade de cunho profissional, caracteriza o indexador como leitor profissional que realiza a leitura documentária. Dessa forma, o objetivo principal da formação do indexador, do resumidor e do classificador seria formá-lo ou capacitá-lo para uma leitura com objetivos profissionais.

Neste sentido, é essencial que o profissional possua conhecimentos sobre a estrutura textual, estratégias de leitura, contexto do acervo, dos usuários e da instituição para elaborar representações fidedignas e funcionais ao público.

Segundo Molina (1991, p. 20) as estratégias de leitura subdividem-se em cognitivas e metacognitivas, sendo que na primeira o resumidor “busca as informações principais, procedendo a uma espécie de descarte do que é secundário”, e na segunda há um “comportamento desautomatizado e uma aproximação consciente do texto”. É necessário portanto, que ambas as estratégias sejam realizadas de modo equilibrado.

Processos de Representação Documentária

O documento é um verdadeiro edifício intelectual, uma síntese de ideias, e não unicamente uma coleção ordenada de informação (OTLET, 1934)⁴

Este segundo bloco teórico é iniciado apresentando em primeiro momento a Equação Fundamental da Ciência da Informação, visionada por Brookes (1980/1981) que expõe de modo claro como funcionaria a recepção de uma nova informação pelo indivíduo e como tal efeito modificaria o estado de consciência do mesmo, que antes possuía o que o autor chama de “Estado Anômalo do Conhecimento”. Vejamos:

$$\begin{array}{c} \mathbf{K(S) + \Delta K = K(S+\Delta S)} \\ \uparrow \\ \mathbf{\Delta I} \end{array}$$

Onde:

K(S) = estado atual do conhecimento (Estado Anômalo do Conhecimento);

ΔI = nova informação

ΔK = novo conhecimento

K(S+ΔS) = novo estado de consciência (conhecimento)

A partir deste processo é possível concluir que tal equação seria responsável por todo conhecimento gerado no mundo, por meio da internalização e posterior externalização (publicação) de conceitos e práticas, propiciando o desenvolvimento científico e tecnológico através da comunicação e acesso à informação.

4. OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934. Com esta citação de Paul Otlet iniciam-se os estudos sobre a elaboração de representações documentárias frisando que o conhecimento registrado é fruto de trabalho intelectual e não de enumeração de frases (este conceito também deve ser empregado para o trabalho do bibliotecário resumidor e indexador).

O gestor da informação (bibliotecário/documentalista) trabalha de forma direta com os produtos intelectuais resultantes desse processo que seriam os documentos registrados, objetivando que o cliente final (usuário) possa selecionar, na massa de informações veiculadas, elementos de conhecimento, possibilitar a comunicação entre pessoas e documentos, fornecer informações úteis no momento que são solicitadas, e assegurar acesso aos documentos ao maior número de pessoas.

De forma específica labora-se com o processo de “transformação”⁵ do texto original para uma representação, tratando o documento a partir do que se considera mais relevante, respeitando os objetivos de cada instituição. Tem-se, deste modo, o que chamamos de informação documentária que pode ser conceituada, de modo amplo, como: unidades de representação, construídas sob uma forma (física) e um conteúdo (temático)⁶, originando fichas catalográficas e referências no primeiro caso e resumos e índices no segundo. De acordo com Kobashi (1996, p. 9) “A Análise Documentária, em sua dimensão operatória, manipula e transforma textos em dois tipos básicos de representações: o resumo e o índice”. Portanto, o objetivo das operações documentárias é condensar os registros do conhecimento para promover sua circulação (KOBASHI, 1996; LARA, 2002).

Para analisar documentos recorre-se muito frequentemente à linguística e à terminologia, duas áreas que mostram intersecções inquestionáveis em relação aos produtos da documentação já que tanto o resumo quanto o índice necessitam de serem elaborados levando-se em consideração tanto questões sintáticas e semânticas da língua quanto a composição dos termos/conceitos verificados na linguagem. A terminologia é útil

5. Tal transformação pode ser caracterizada como uma atividade de criação ou elaboração de informação, já que produz uma nova representação (pistas para acesso ao documento).

6. Para esta disciplina trabalha-se “apenas” com a parte da representação temática.

também para imprimir rigor (normas terminológicas) às práticas empíricas de construção de vocabulários controlados⁷.

A fim de elucidar algumas das contribuições que a área da Terminologia pode oferecer a Ciência da Informação introduz-se um texto breve porém bastante relevante que tangencia teórica e praticamente a organização da informação. Trata-se de um prólogo a um dos livros de Maria Teresa Cabré intitulado “*La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*”, escrito por Juan Carlos Sager. Segundo o autor a terminologia constitui para os especialistas vocabulário essencial para a comunicação eficaz pois os conceitos são elaborados através da linguagem natural para definir termos do discurso especializado (SAGER, 1993).

Através da língua materna ou primeira língua (no caso, Português) aprende-se uma linguagem especializada ou segunda língua, como são os casos dos idiomas e também de campos específicos de estudo como Biologia, Química, Medicina, Biblioteconomia, ou seja, os termos que são utilizados por essas disciplinas e que tem um significado determinado. Para o profissional da informação, a apreensão destas linguagens de especialidade é fundamental já que trabalha com contextos específicos do conhecimento e necessita “traduzi-las” para uma linguagem construída (dita documentária). Neste sentido, evidencia-se que documentalistas assim como tradutores de línguas, intérpretes e terminólogos efetuam pontes entre a linguagem e as matérias de especialidade, entre o conteúdo e o instrumento. Sob esta ótica, de acordo com Sager

Conocer una materia equivale a tener un dominio de parte de los lenguajes de esa materia; dominar los lenguajes de una materia equivale a tener cierta comprensión de la materia (SAGER, 1993, p. 15).

7. Para melhor entendimento sobre a temática “Terminologia” indica-se a leitura de: TÁLAMO, M. de F. G. M.; LARA, M. L. G. de. Linguística documentária e terminologia: experiência didática na interface das disciplinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília, SP. *Anais...* Marília, SP: ENANCIB, 2006. p. 306 – 317.

Quando se trabalha com linguagens documentárias para indexação, a terminologia se mostra uma área importante a se explorar visto que a elaboração dos conceitos / termos devem seguir uma estruturação e normas rígidas, fundamental para atribuição de termos aos documentos.

Alguns autores da organização do conhecimento seccionam a análise documentária em fases. Neste caso, análise, síntese e representação são as mais conhecidas, porém existem outras operações, algumas intelectuais e outras práticas, que estão presentes nessas etapas simultaneamente. Durante as aulas opta-se por descrever como o processo ocorre para que o aluno, sabendo da existência das divisões, possa montar seu esquema próprio de estudo e atuação profissional próxima.

Para indexar um documento é necessário, em primeiro momento, sua identificação total: o que é este material (livro, artigo, jornal, poesia)? como está escrito (tipologia textual - argumentativo, dissertativo, narrativo, imperativo etc.)? a quem se dirige (adolescentes, crianças, adultos, todos)? qual o objetivo do texto (persuadir, informar, promover diversão)?

A partir destas questões e provavelmente de outras que se fizerem necessárias e cabíveis, parte-se para a análise do texto iniciando pela leitura atenta de suas partes mais importantes (leitura técnica); neste momento o bibliotecário ativa seus conhecimentos acumulados sobre o assunto, trabalhando com a perspectiva de identificar o tema central e periférico, além de, simultaneamente, analisar sua superestrutura textual. Organizandoo e anotando as ideias principais em um rascunho segue-se para a organização dos conceitos, de preferência em ordem hierárquica de relevância. Ainda em relação ao texto de partida é essencial verificar sua organização em estruturas, aspectos de coesão e coerência e o grau de novidade que apresenta.

Reunindo todas as informações importantes é possível encaminhar-se para a elaboração do resumo documentário, lembrando porém, que toda condensação de conteúdos requer, inevitavelmente, generalização e perda de informação semântica; fato potencializado na atividade de indexação. Molina (1991, p. 24) citando Van Dijk (1980)⁸ encara esta perda como uma forma de redução da informação dos documentos que podem ser sistematizadas em

8. DIJK, T. Van. *Texto y contexto*. Madrid: Cátedra, 1980.

duas categorias de macrorregras de análise sendo que da *Anulação* participam omissão e seleção, e da *Substituição* generalização e integração.

Na omissão toda informação de pouca importância e não essencial pode ser omitida, já na seleção excluem-se as proposições que são condições, proposições ou consequências da proposição não omitida. Para a generalização várias proposições são substituídas por uma só proposição que represente todas elas, sendo que a integração substitui uma série proposicional por uma nova proposição que pressupõe todas da série (MOLINA, 1991). Neste momento exercícios de elaboração de resumos documentários são propostos a fim de exercitar tais técnicas de “redução” da informação.

A representação do documento como fase final engloba a atribuição de palavras-chave que irão se transformar em descritores no processo de indexação e que deverão expressar os conceitos em termos da linguagem documentária (tesauros, vocabulários controlados, etc.) utilizada na instituição.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 227) linguagem documentária é:

1. Conjunto de termos, símbolos e regras preestabelecidos para indicação/registro de assuntos constantes de documentos.
2. Conjunto organizado de termos normalizados, empregados para representar o conteúdo dos documentos com a finalidade de memorizá-los para pesquisas posteriores.
3. Sistema de signos que permite a representação do conteúdo de documentos, com a finalidade de revocar os documentos pertinentes, em resposta a questões relativas a seu conteúdo.

Como linguagem construída artificialmente por meio do estabelecimento de termos preferidos, a linguagem documentária⁹ pode auxiliar na indexação padronizada dos documentos evitando polissemias,

9. Para complementar os estudos em relação à melhor conceituação sobre o termo linguagens documentárias recomenda-se os seguintes textos: CINTRA, A. M. M. *et al.* Linguagens documentárias e terminologia. *Cadernos de terminologia*, São Paulo, n. 1, p. 17-22, 1996. CINTRA, A. M. M. *et al.* *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 91 p. LARA, M. L. G. de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004.

ambiguidades e outras características que são próprias da linguagem natural. Para efeito didático pode-se dividir as linguagens documentárias em dois tipos, as linguagens classificatórias (utilizadas para localização do material nas estantes) e as linguagens de indexação (que orientam tal atividade), estando esta última mais ligada aos interesses do bibliotecário indexador. A adequada indexação dos termos nos sistemas informacionais proporcionará resultados de busca mais acertados no momento da recuperação dos documentos pelos usuários.

As atividades de indexação e elaboração de resumos documentários podem se complementar visto que as linguagens documentárias podem auxiliar tanto na indexação como no uso de terminologia correta para redação do resumo; de outro modo, os resumos são fontes de informações essenciais para “extração” das palavras-chave.

Segundo Guinchat e Menou (1994) a leitura do resumo deve permitir conhecer o documento com precisão e determinar a leitura ou não do original. Diferenciam-se por: tamanho, nível de detalhe, presença ou ausência de elementos de crítica, linguagem e interesses dos usuários. Pela ótica destes autores os resumos podem ser dos seguintes tipos: indicativo (mais condensado), informativo (mais extenso), crítico (assinado), extrato (que englobam citações do texto), review (analisa um conjunto de documentos que tratam do mesmo assunto), resumo de autor e resumo de analista (especialista na área do documento).¹⁰

Com o intuito de complementar as tipologias de resumos acima apresentadas, indica-se o texto de Lancaster (2004) que trata de forma prática a elaboração dos resumos documentários e faz algumas considerações relevantes sobre a recuperação e avaliação da informação em bases de dados.

Segundo Lancaster (2004) os resumos devem facilitar a seleção de informação, poupar o tempo do leitor, facilitar a identificação de itens pertinentes e proporcionar acesso aos itens armazenados. Assim, além de conceituar os resumos (indicativo, informativo, orientados para uma disciplina, orientados para uma missão e críticos) o autor aponta o resumo estruturado e o mini resumo como outras formas de síntese; no resumo

10. Ao final deste texto incluem-se alguns exemplos a título de ilustração.

estruturado, categorias informacionais são previamente selecionadas e nomeadas para o preenchimento com informações, e no mini resumo os termos são retirados de um vocabulário controlado e reunidos numa sequência específica. Exemplo de mini resumo:

Texto: “Existe um decréscimo da quantidade de zinco no sangue de seres humanos com cirrose do fígado”.

Mini resumo: /DECR/ZINCO/SANGUE/HUMANOS/CIRROSE/FÍGADO

Tendo em vista os produtos documentários para a recuperação informacional Lancaster (2004) alerta que tanto a indexação como a redação de resumos não são atividades que devem ser consideradas como fins em si mesmas e que os resultados dessas atividades devem ser avaliados em bases de dados a partir de *feedbacks* dos usuários. Neste sentido, avaliar bases de dados significa levar em consideração quatro critérios básicos e fundamentais:

1. Cobertura. Quantos documentos sobre o assunto, publicados durante determinado período, se acham incluídos nas bases de dados?
2. Recuperabilidade. Quantos documentos sobre o assunto, incluídos na base de dados, são encontrados com o emprego da estratégia de busca?
3. Previsibilidade. Ao utilizar informações da base de dados, com que eficiência o usuário pode aferir (verificar/avaliar) quais os itens que serão e os que não serão úteis?
4. Atualidade. Os itens publicados recentemente são recuperáveis, ou atrasos na indexação/redação de resumos provocam uma situação em que os itens recuperados mostram resultados de pesquisas “antigos” ou invés de “novos”? (LANCASTER, 2004).

As respostas advindas da avaliação podem pautar trabalhos futuros em relação ao aperfeiçoamento dos serviços realizados em indexação e resumos (alimentados em bases de dados), tendo como meta a satisfação das necessidades dos usuários dos centros de informações. Benfeitorias podem ser realizadas desde a reelaboração dos campos informacionais das

bases de dados (que incluem resumos e termos de indexação) até a interface disponibilizada para o usuário.

Para a elaboração dos resumos é importante lembrar que, além das questões teóricas já abordadas neste texto, os mesmos devem seguir normas nacionais e internacionais (dependendo da orientação da instituição na qual se trabalha) exploradas na disciplina como: Norma Brasileira ABNT NBR 6028 – Informação e documentação – Resumo – Apresentação (Nov. 2003); Norma Espanhola UNE 50-103-90 – Documentación: preparación de resúmenes – Nov. 1990; Norma Norte-Americana ANSI/NISO Z39.14-1997 (Guidelines for Abstracts) – 1997 (diretrizes para resumos); e, Norma Cubana ISO 5963:2000 – Métodos para el analisis de documentos, determinación de su contenido y seleccion de los terminos de indizacion – Dezembro de 2000.

Embora as normas acima citadas tragam conteúdos distribuídos de formas diferentes, todas trazem preocupações semelhantes como: identificar os objetivos do resumo documentário, definir uma estruturação (geralmente em categorias informacionais) e estilo de redação do resumo, promover o conhecimento de tipologias de resumos, formas de apresentação e extensão.

De modo geral os resumos documentários objetivam determinar a pertinência do material para o usuário evitando a leitura completa do texto não útil; podem ser encontrados principalmente em periódicos científicos, teses, dissertações e patentes. Além do resumo indicativo e informativo revelados pela norma brasileira a norma norte-americana cita resumos estruturados, inclinados, críticos e sinopses (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 1997).

A norma espanhola (PNE 50-103 – ISO 214-1976 (E), 1990) prescreve que o resumo informativo, mais detalhado do que o indicativo, deve trazer em sua estrutura: objetivo, metodologia, resultados e conclusões, além de especificar que o mesmo deve ser autossuficiente, conter informação básica e conservar o estilo do texto, ser conciso e respeitar o conteúdo sem ser obscuro e não citar informações periféricas se não absolutamente necessárias.

Já a norma cubana (PNE 50-121 – ISO 5963-1985, 1991) chama atenção para as partes do texto mais importantes e que devem ser

examinadas com cuidado para adequada elaboração do resumo, são elas: título, resumo (se tiver), sumário ou tabela de conteúdo, introdução, parágrafos iniciais dos capítulos e conclusões, ilustrações, tabelas, diagramas e palavras em destaque.

Segundo a norma brasileira (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003) a apresentação dos resumos deve seguir algumas regras, como:

- A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. A seguir, deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (memória, estudo de caso, análise da situação, etc.).
- Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular.
- As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão *Palavras-chave:*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.
- Deve-se evitar em resumos: símbolos e contrações que não sejam de uso corrente e, fórmulas, equações, diagramas, etc. que não sejam absolutamente necessários.
 - Já quanto a extensão, os resumos devem ter:
 - De 150 a 500 palavras – trabalhos acadêmicos e relatórios técnico-científicos;
 - De 100 a 250 palavras – artigos de periódicos;
 - De 50 a 100 palavras – indicações breves.

Os resumos críticos, por suas características especiais, não estão sujeitos a limite de palavras.

À título de ilustração prossegue-se à apresentação de alguns tipos de resumos (mais trabalhados na disciplina) retirados da internet a partir dos quais algumas atividades são realizadas em sala de aula.

Figura 1 – Exemplo de resumo indicativo

Estudos Avançados
versão impressa ISSN 0103-4014
 versão On-line ISSN 1806-9592

Resumo

LACERDA, Antonio Corrêa de. Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas. *Estud. av.* [online]. 2017, vol.31, n.89, pp.37-49. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890005>.

O artigo discute as principais causas da crise brasileira no período 2015-2016. Aspectos como a crise internacional e as medidas adotadas pelo governo brasileiro em contraponto aos seus efeitos e como as políticas macroeconômicas, notadamente as monetária e cambial, afetaram o desempenho dos macrossetores e seus impactos na balança comercial, emprego e renda, dentre outros fatores. A partir dessa análise o artigo visa avaliar os impactos das escolhas de políticas macroeconômicas adotadas e sua contribuição para a situação atual e perspectivas.

Palavras-chave : Crise; Economia brasileira; Política econômica; Conjuntura econômica brasileira.

[resumo em Inglês](#) • [texto em Português](#) • [Português](#) ([pdf](#) [epdf](#))

Serviços Personalizados

Artigo ▾

- Português (pdf)
- Português (epdf)
- Artigo em XML
- Referências do artigo
- Como citar este artigo
- Tradução automática

Indicadores ▾

- Citado por SciELO
- Acessos
- Altmetric: 0

Links relacionados ▾

Compartilhar ▾

-
-

Fonte: site SciELO (2017).

Figura 2 – Exemplo de resumo informativo

Pesquisa Agropecuária Brasileira
versão impressa ISSN 0100-204X versão On-line ISSN 1678-3921

Resumo

SHARIFI, Baouf Sayed; NAMVAS, Ali e SHARIFI, Reza Sayed. Enchimento de grãos e composição de ácidos graxos em plantas de cártamo adubadas com fertilizante nitrogenado e biofertilizantes. *Pesq. agropec. bras.* [online]. 2017, vol.52, n.4, pp.236-243. ISSN 0100-204X. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-204x2017000400003>.

O objetivo deste trabalho foi avaliar os efeitos da aplicação integrada de fertilizante nitrogenado e biofertilizantes sobre o rendimento, o período de enchimento de grãos e a composição de ácidos graxos de cártamo (*Carthamus tinctorius*). Os experimentos foram conduzidos em parcelas subdivididas, durante as safras 2011 e 2012. Os tratamentos consistiram da inoculação de rizobactérias promotoras do crescimento de plantas (*Azotobacter chroococcum* estirpe S; *Azospirillum lipoferum* estirpe F e *Pseudomonas putida* estirpe 186) nas sementes, nas subparcelas, com um controle sem inoculação; e da aplicação de diferentes níveis de adubação nitrogenada (60, 120 e 180 kg ha⁻¹ de ureia) nas parcelas principais, com um controle sem aplicação de N. O maior rendimento de grãos, o maior período de enchimento de grãos e o período efetivo de enchimento de grãos foram obtidos com a aplicação de 180 kg ha⁻¹ de ureia e com a inoculação de *P. putida* nas sementes. A aplicação de altas doses de N e a inoculação com *P. putida* resultaram no aumento de 25,66% da taxa potencial de enchimento de grãos. A inoculação de biofertilizantes nas sementes reduziu o teor de ácidos graxos saturados (ácidos palmítico e esteárico) e incrementou os ácidos graxos insaturados (ácidos linoleico, linolênico e oleico). A aplicação da quantidade adequada de adubação nitrogenada (120 a 180 kg ha⁻¹ de ureia) pode melhorar o crescimento de plantas e a quantidade e a qualidade do óleo das sementes tratadas com *P. putida*, em plantas de cártamo.

Palavras-chave : *Carthamus tinctorius*; *Pseudomonas putida*; qualidade do óleo; PGPR; ácidos graxos; inoculação em sementes.

[resumo em Inglês](#) • [texto em Inglês](#) • [Inglês](#) ([pdf](#) [epdf](#))

Serviços Personalizados

Journal ▾

- SciELO Analytics
- Google Scholar H5M5 (2016)

Artigo ▾

- Inglês (pdf)
- Inglês (epdf)
- Artigo em XML
- Referências do artigo
- Como citar este artigo
- SciELO Analytics
- Tradução automática

Indicadores ▾

Links relacionados ▾

Compartilhar ▾

-
-

[Permalink](#)

Fonte: site SciELO (2017).

Figura 3 – Exemplo de resumo estruturado

Acta Ortopédica Brasileira
versão impressa ISSN 1413-7852
 versão On-line ISSN 1809-4406

Resumo

ALMEIDA, TIAGO FERREIRA DE et al. ESTUDO MORFOLÓGICO TOMOGRÁFICO DO CRÂNIO E SUA CORRELAÇÃO COM O EMPREGO DO HALO CRANIANO EM ADULTOS. *Acta ortop. bras.* [online]. 2017, vol.25, n.1, pp.11-14. ISSN 1413-7852. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-785220172501168033>.

Objetivo:
 Avaliar, através de estudo tomográfico, a espessura da tábua craniana nos pontos de inserção dos pinos do halo craniano em adultos.

Métodos:
 Trata-se de estudo retrospectivo de corte transversal de análise de exames de tomografia computadorizada de crânios de pacientes adultos. Foram incluídos adultos entre 20 e 50 anos sem anormalidades cranianas. Excluiu-se qualquer anormalidade craniana.

Resultados:
 Analisamos 50 tomografias de 27 homens e 23 mulheres nos pontos originais de inserção e em pontos alternativos, 1 e 2 cm acima, nos ossos frontal e parietal. Os valores médios encontrados foram de 7,4333 mm no osso frontal e 6,0290 mm no osso parietal.

Conclusão:
 Não constatamos diferença estatisticamente significativa entre os pontos clássicos e os alternativos, abrindo espaço para fixações alternativas e introdução mais segura dos pinos, em caso de necessidade. Nível de Evidência II, Estudo Retrospectivo.

Palavras-chave : Coluna vertebral; Tração; Crânio.

[• resumo em Inglês](#)
 [• texto em Inglês](#)
 [• Inglês \(pdf epdf \)](#)

Serviços Personalizados

Artigo ▾

- Inglês (pdf)
- Inglês (epdf)
- Artigo em XML
- Referências do artigo
- Como citar este artigo
- Tradução automática

Indicadores ▾

- Citado por SciELO
- Acessos
- Altmetric: 0

Links relacionados ▾

Compartilhar ▾

- Mais

Mais

Permalink

Fonte: *site* SciELO (2017).

Considerações Finais

Espera-se que após o estudo do conteúdo desta disciplina o aluno seja capaz de compreender os conceitos básicos que envolvem a análise documentária, principalmente no que tange a produção de informações documentárias, notadamente na elaboração do resumo documentário. A redação de resumos documentários deve ser exercitada levando-se em consideração questões teóricas e práticas (normas e recomendações) apresentadas durante as aulas a ponto do aluno saber reconhecer suas diversas tipologias e ainda ter a capacidade de elaborá-los.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6028 – Informação e documentação – Resumo - Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, nov. 2003.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 2. ed. p. 231 - 253.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v. 2, 1980/1981.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 159 p.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (coord.) **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1987.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2005.

CORTINA, A. **O príncipe de Maquiavel e seus leitores: Uma investigação sobre o processo de leitura**. São Paulo, Editora UNESP, 2000. [(p. 19-76 – Determinações sobre o processo de leitura)].

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, vol. 10, n. 3, p. 13 – 31, set./dez. 1998.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **Datagramazero**, vol.5, n.4, ago. 2004.

GUIMARÃES, E. **Articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1990. [(O texto e suas modalidades, p. 14 - 78)].

GUINCHAT, C.; MENOU, M. O resumo. In: GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994. p.189-195.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **INFORMARE–Cad.Prog.Pós-Grad.Ci.Inf.**, RiodeJaneiro, vol. 2, n.2, p.5–27, jul./dez. 1996.

KOBASHI, N.Y. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: algumas reflexões. In: GASPAR, N. R.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EduFscar, 2008. V.1, p. 47-66.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. [(Capítulo 7 – Resumos: tipos e funções, p.100-112; Capítulo 8 – A redação dos resumos: p.113-134 ; Capítulo 9 – Aspectos da avaliação: p.135-157)].

LARA, M. L. G. de. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, p. 127 – 139, jul./dez. 2002.

MOLINA, M. P. Hacia um modelo de representación documental: la técnica de resumir. **Investigacion Bibliotecológica**, n.10, p.17-28, 1991.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Guidelines for abstracts**. Bethesda, MD: NISO, 1997.

PNE 50-103 – ISO 214-1976 (E). Documentación. Preparación de resúmenes. **Revista Espanola de Documentacion Cientifica**, vol.13, n.3-4, p.901-912, 1990.

PNE 50-121 – ISO 5963-1985. Documentación. Metodos para ele analisis de documentos, determinacion de su contenido y seleccion de los terminos de indizacion. **Revista Espanola de Documentacion Cientifica**, vol.14, n.1, p.57-63, 1991. (Norma Cubana atualizada, 2000).

SAGER, J. C. La terminologia, puente entre vários mundos. In: CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Antártida; Empúria, 1993. P. 11 – 17. (Prólogo).

QUADRINHOS NA CONTEMPORANEIDADE

Ivan Siqueira

Introdução

A partir de meados da década de 1970 foi se consolidando uma abordagem que se caracterizou essencialmente por postular a inequívoca insuficiência dos fundamentos do logocentrismo e do formalismo ocidental. Um dos sintomas da crise paradigmática se verificava pela impossibilidade das especialidades científicas responderem eficazmente aos desafios centrais da contemporaneidade (geopolíticos, climáticos, antropogênicos), donde a crescente emergência da interdisciplinaridade nas ciências e nas artes.

Considerar as várias facetas culturais, sociais e históricas das coletividades humanas e as inúmeras dinâmicas de espaço e de tempo que tangenciam de maneiras distintas os modos de viver e compreender o mundo resultou na contestação da validade de um modelo teórico único. O mundo – sobretudo as nações ocidentais mais desenvolvidas – passou a ser visto sob a égide de profundas alterações sociais, econômicas e políticas que denunciavam mudanças profundas.

Em decorrência do esgotamento do projeto iluminista, das atrocidades perpetradas nas duas guerras mundiais no século XX e seus desdobramentos tecnológicos (telecomunicações, energia nuclear, biotecnologia), os principais eventos históricos subsequentes foram vistos como sinais de uma crise de paradigmas que vinha desde fins do século XIX transformando e afetando “as regras do jogo da Ciência, da Literatura e das Artes” (LYOTARD, 1988, p. 15).

De modo geral, o período passou a ser compreendido como um tempo de declínio da tradição ocidental, da perda de vigor das suas verdades religiosas e de uma crescente descrença nas potencialidades do ideal e do belo

clássicos (do que havia sobrevivido à modernidade). Do mesmo modo, as fraturas crescentes nas razões que justificavam a ação, os códigos morais, as crenças políticas e a universalidade das verdades éticas e estéticas. Em síntese, uma incredulidade indisfarçável em relação aos pressupostos basilares do racionalismo e do pensamento orgânico ainda presentes no século XIX e começo do XX, em especial na sua confiança de que fundamentalmente os dados mensuráveis da realidade eram reais e produtivos.

Com efeito, visões desse declínio são ainda mais remotas; em 1825, Goethe (1749-1832) já lamentava o modo radical e violento pelo qual riqueza e velocidade moldavam as vidas (CARPEAUX, 1978). É como se estivesse ocorrendo situação análoga à grande narrativa que prefigurara o berço ocidental, a *Odisseia* de Ulisses na Grécia de Homero, símbolo da transição do mundo mítico para o mundo lógico que idealmente marcaria o Ocidente. Nesse sentido, a “viagem de um dia” de Leopold Bloom – *Ulisses*, de James Joyce – seria o sepultamento definitivo do modelo de heroísmo do passado. Nem mesmo a ideia de um *continuum* histórico se sustentava, por isso a visada da História enquanto fragmentos e ruínas através dos quais se observava a insustentabilidade alegórica da concepção de totalidade supostamente dimensionada pelos arcos do saber e das artes.

Para Benjamin (2005), que diferenciava *Erkenntnis* (saber) de *Wahrheit* (verdade), era preciso ter em conta a parcialidade e o aspecto econômico inerente aos métodos de obtenção do saber, tendo em vista a sua natureza *a posteriori* de apreensão do objeto conforme enunciado emoldurável por um método que determinava limites à consciência. A “verdade” estaria relacionada ao conceito de *Ursprung* (origem), e enquanto tal seria um fenômeno estruturalmente fundado na História, um objeto que encerraria uma potencialidade. Já “o objeto apreendido pelo saber é (seria) uma espécie de síntese, de equacionamento dessas múltiplas facetas sob uma carapaça de imutabilidade, de pura identidade” (COLI, 2009, p.5).

Durante o século XX, acentuaram-se as mudanças e a percepção de que “os marcos regulatórios” da Civilização Ocidental estavam em profundo descompasso com a vida social. Traços dessa hipossuficiência inibiam qualquer tentativa de concepção de um fundamento unificador da ciência, da vida social e das artes. A profusão de discursos, a incorporação das

heterogeneidades, das contradições e da transitoriedade, a assimilação de sujeitos outrora excluídos (*gays*, lésbicas, negros), tudo isso marca progressivamente a história do ocidente a partir da segunda metade do século XX.

Junção de conhecimentos, dados do imaginário, sentimentos e vicissitudes oníricas, assim como o frequente questionamento às leis, essa “cultura de hibridizações” descortina aspectos importantes do panorama da contemporaneidade. Nesse contexto, as Histórias em Quadrinhos (HQ) oferecem vasto material para a reflexão crítica a respeito dos aspectos fulcrais da arte em nosso tempo.

A crise do racionalismo e a contemporaneidade

Na *Farmácia de Platão*, Jacques Derrida (2005) retoma o *Fedro* de Platão na conjectura sobre o mito egípcio de *Theuth* (o inventor da escrita) para situar a dicotomia oralidade e escrita como um dos alicerces da metafísica da linguagem ocidental, do logocentrismo e da ideia de verdade. A tensão entre aparência (*doxa*) e realidade (*aletheian*), que prefiguraria dados ligados à dicotomia escrita e oralidade, correlacionar-se-ia ao “jogo infinito das cadeias de significantes” da desconstrução derridiana e do seu conceito de “arquiescrita” (KUIAVA; ZEVALHOS, 2010). A desconstrução de Derrida se apoia num conceito de signo cujos fundamentos são o significante (material sensível) e o significado (inteligível), em oposição ao significante (imagem acústica) e significado (conceito) de Saussure, correlacionados à língua falada. Com efeito, o signo derridiano remonta ao signo estoico (sêmeion): sêmeion (significante) – sensível (aisthêton); sêmeionomenon (significado) – inteligível (nôeton), conforme sublinhara Roman Jakobson (1999).

A concepção mentalista do signo saussureano ressoava o idealismo perpetrado pela dicotomia fala/escrita apontada por Derrida. Por isso a sugestão de leitura plural e de uma concepção de signo assentada sobre o processo no qual a *différance* conduziria necessariamente a interpretações incompletas e, portanto, diversas das redes constitutivas de signos nos “textos” (NÖTH, 1996). É que também o estruturalismo já não dava conta da

diversidade de problemas, discursos e fenômenos sobre os quais a arte e a linguística se debruçavam.

Por outro lado, em seus últimos escritos, Wittgenstein (1979) abandona a concepção de linguagem como instrumento de representação da realidade para sugeri-la enquanto artefato de constituição da realidade, abarcando, simultaneamente, os dados contingenciais e as práticas sociais históricas – “os jogos de linguagem”. Era mais um indício de falência do modelo filosófico monista, segundo o qual, para as questões essencialmente verdadeiras só poderia haver uma resposta genuína e final (BERLIN, 2005).

Essas ponderações sobre a linguagem, a falibilidade da epistemologia ocidental e a necessidade de uma semióse (interpretação) focada numa semiótica ilimitada situam questões centrais da razão objetiva ocidental e corroboram importantes elementos da crítica contemporânea. Essa “des-territorialização” dos valores centrais do ocidente é caracterizada como o abandono de três de suas categorias fundamentais: o afastamento da ontologia transcendental, a noção de continuidade histórica e a suposição de elementos unificadores entre o mundo e as ideias que governam o mundo (VEIGA-NETO, 1998). Em consequência, o esmaecimento das fronteiras disciplinares (*Cultural Studies*, Biofísica, Ecossemiótica) e uma intensa cultura de hibridização nas artes.

Entretanto, ainda que a crítica contemporânea aponte frequentemente para a dissolução de valores e padrões sistemáticos de organização do mundo e das tarefas humanas, não se deve imaginá-la como uma crítica una. O que há são pós pós-modernismos e convivências alternadas ou simultâneas de práticas modernas e pós-modernas e contemporâneas. O dado comum é a aversão à unificação de modelos ou à redução a sistemas de signos fechados, o que faz pensar que a atitude contemporânea talvez se caracterize pelo temor ao aprisionamento da subjetividade em modelos discursivos (FOUCAULT, 1987).

Diferentemente do apreço ao “individual” moderno, que também operava uma estética “excludente”; os valores que plasmam a arte contemporânea parecem professar uma ideologia de “inclusão”. *A priori*, tudo

pode ser incorporado, sobretudo aqueles elementos anteriormente rejeitados pelas estéticas modernas em função do apego à universalidade. Por isso, contradições, heterogeneidades e multiplicidades fazem parte do ideário e da imagética atual, obstando estéticas que não sejam da ordem da pluralidade.

Em decorrência, a profusão de propósitos, de linguagens e de objetos artísticos dificultam a sistematização de concepções estéticas. Entretanto, talvez a principal dificuldade seja decorrente da fundamentação do processo em pressupostos ainda modernos. Determinadas convenções e valores modernos, a exemplo do hermetismo, do desejo do artista de chocar o público (certo resquício romântico de isolamento) e de pensar a obra independentemente do público se confrontam com a atitude contemporânea de uma arte que se quer não apenas popular, mas *pop*, voltada a grandes massas e incorporando indistintamente elementos culturais diversos.

É cada vez mais penoso tentar sustentar as antigas noções de alta e baixa cultura, sobretudo a partir dos exemplos paradigmáticos de Richard Hamilton, Roy Lichtenstein, Andy Warhol e Gerhard Richter, cuja *pop art* já questionava a ambiguidade das relações estabelecidas entre imagem e identidade, cultura de massa e arte culta, literatura e HQ (FOSTER, 2012). De lá para cá, esse movimento só se intensificou.

Diferentemente da modernidade, na contemporaneidade é fundamental o diálogo entre artista e público. Outro dado contrastante é que, após a queda do muro de Berlim, esvaíram-se as premissas anteriores de cobranças ideológicas na arte. Os dados macros se internalizaram, e o artista parece lutar com o seu objeto artístico de modo diferente ao da geração anterior. Paralelamente ao aumento da liberdade de questionamento, ao uso de técnicas de colagem, imbricações e palimpsesto, a contemporaneidade também se caracteriza por uma profunda mudança estrutural nos sentimentos e uma sensação de esvaziamento pós-utópico, o “mal estar da pós-modernidade” (BAUMAN, 1998). Nesse cenário, como pensar uma estética de arte que ofereça instrumentos para a compreensão da arte contemporânea? E qual poderia ser a contribuição dos quadrinhos?

A estética contemporânea dos quadinhos

As origens das concepções estéticas no Ocidente remontam ao pensamento de Platão (o ideal de transcendência) e Aristóteles (a simetria como elemento universal do belo). Essas ideias ecoaram por muito tempo enquanto fundamento do conceito de belo no ocidente. Nos albores da influência grega na tradição cristã, Santo Agostinho vislumbrava a beleza como um organismo constituído pela *congruentia partum* (proporção das partes), as quais teriam por finalidade *suavitas* (suavidade e clareza) de tons e contornos (*De Civitate Dei*, CXXII, xix).

Na baixa Idade Média, São Tomás de Aquino (*Summa Theologica*, questão 39, art. 8c) ainda compreendia a beleza conforme três características essenciais: *integritas*, *proportio*, *claritas* (ECO, 1988). As duas últimas haviam sido exploradas por Santo Agostinho, ao que ele acrescentou a noção de “integridade/precisão”, o que facultaria a perfeição e a completude da ideia de beleza. Para os filósofos tomistas, a natureza da transcendência da beleza se aliava a outras transcendências: bondade, verdade e unidade (GALLAGHER, 2006).

Na modernidade, Baumgarten concebe “Estética” no sentido de que os julgamentos sobre o valor do belo deveriam se dar a partir dos sentidos, não do intelecto. Kant, que diferenciava o belo do sublime, postulou outra normatividade nos julgamentos estéticos (o “juízo do gosto”), os quais deveriam se basear na “subjetividade” e na “universalidade”, uma vez que eles não se pautavam pelos juízos da razão (ZANGWILL, 2013). Nos seminários universitários que ofereceu entre 1820 e 1829 (*Vorlesungen über die Aesthetik*), Hegel sistematizou os princípios clássicos das noções de belo em termos de “realidade do belo”, “natureza do belo”, “verdadeiro belo” e “verdadeira arte”.

O caráter unívoco do ideal de beleza deveria favorecer a compreensão objetiva dos modos pelos quais as estruturas das obras possibilitariam a contemplação da indivisibilidade do sentido do belo. Para ele, o belo se objetivava por meio de uma “totalidade ordenada e articulada”. Entretanto, Hegel admitia que a arte do seu tempo já não “se apresentava repousando em si própria”, e sugeria um estágio intermediário entre a preocupação exclusiva com os constituintes próprios da matéria artística “estilo grave”

e a consideração sobre as necessidades contingenciais de diálogo com o público. Ele identificava essa transição a partir do “princípio de subjetividade” da arte religiosa e da arte romântica (HEGEL, 1997).

Em suas conferências, Hegel via com pessimismo as possibilidades da arte futura eventualmente consubstanciar a “individualidade espiritual” e a “exteriorização corporal” em objetos estéticos de singularidade e beleza. Em meados do século XX, após as duas grandes guerras, o ideal de completude e coerência enquanto essência estética passa a ser dividido por outros ângulos, dentre os quais a “destruição”, prenunciada por ele.

Na modernidade, uma diferença primordial é a perda do aspecto icônico, da devoção e da meditação que amiúde implicavam aspectos estruturais na arte até a Idade Média. A arte moderna constituiria para si uma estética fundada em objetos e imagens cujas relações internas e externas abarcariam profundas mudanças, não apenas no sentido de um “rebaixamento” da função da arte, mas também em função da visão do que essencialmente constituía o ser humano. Para alguns estudiosos, a modernidade começa no século XVI, na Reforma (BELTING, 1990).

A multiplicidade de expressões e formações artísticas da modernidade iria exacerbar as possibilidades de estéticas formalistas. A sugestão temporal de compreender a modernidade enquanto um período que se inicia no século XVI permitiria elencar de outro modo o esgotamento das concepções estéticas no Ocidente durante o século XX.

Aqui, importa considerar que na contemporaneidade os quadrinhos encarnam um objeto privilegiado para a compreensão das peculiaridades históricas e do espírito vigente em nosso tempo, não apenas face à acusação de “falta de profundidade”, “estereótipos” e “simplificação comportamental” (ECO, 1993), mas pela recusa à metafísica do sublime (desmascarada por Nietzsche como “vontade de potência”), pela inclusão dos excluídos e pelos novos significados e desapareço que empresta ao “sujeito racional”.

Afinal, criado em 1948, Pogo, HQ de Walt Kelly, já proclamava do alto do pântano de Okefenokee: *Don't take life so serious, son, it ain't nohow permanent* (não leve a vida tão a sério, nada é permanente); ou o título que atualmente os americanos poderiam ver como profético: *We Have Met the Enemy and He is Us* (1972), (nós encontramos o inimigo, ele somos nós).

Destituída das imposições de “harmonia”, “proporção” “unidade” e “transcendência”, a arte contemporânea dos quadrinhos parece efetivar a sugestão de que “verdade é subjetividade”, de recusa a moralidades universais e de contestação dos cânones, pois o que importa mesmo é a “busca de si” e dos seus conflitos (KIERKEGAARD, 1973).

Figura 1 – “Anna Karenina”, de Katya Metelitsa, Valery Kachayev e Igor Spazhkov.



Fonte: ALANIZ, José. *Comic Art in Russia*. University Press of Mississippi, 2010.

Essa adaptação do clássico de Tolstói desconstrói qualquer pretensão de alta cultura na obra. A paródia e a abordagem *pop* do discurso visual situam o registro linguístico num outro patamar. Daí os logotipos e outros

signos da contemporaneidade, como o cartão de crédito “Visa”. As fragilidades do discurso hegemônico podem aludir a um *ethos* pungente, caso de *Wave and Smile*, sobre a participação alemã no Afeganistão:

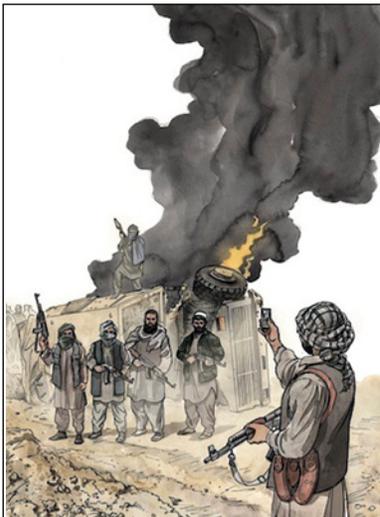
Figura 2 – “Wave and Smile”, de Arne Jysch.



Fonte: JYSCH, Arne. *Wave and Smile*. Hamburg: Carlsen Verlag, 2012.

As cores e a tipografia das letras remetem às fardas do exército. O quadro acima mostra um comboio militar atravessando o deserto. Abaixo, a violência singularizada pela foto do soldado afegão e a ironia ao título “smile”:

Figura 3 – “Wave and Smile” (Op. cit.) **Figura 4** – “Wave and Smile” (Op. cit.)



Concebido simultaneamente como novela gráfica e filme, *Wave and Smile* acaba por incorporar de modo ambíguo as idiossincrasias árabes dos afegãos e as perspectivas dos habitantes locais. De todo modo, grande parte da força da sua mensagem estética emerge não do tratamento da ambiguidade da moral, mas da “moral ambígua” dos resultados da pretensa ação humanitária dos soldados alemães. Eis um contraponto contemporâneo em relação à postura moderna de “livre arbítrio” e “atitudes libertárias” sugeridas por Simone de Beauvoir em seu *Por uma moral da ambiguidade* (1947). A dimensão dos valores estéticos que perpassam os exemplos citados contrasta com as conhecidas recomendações sobre a função das HQ:

Instrumento de educação, formação moral, propaganda dos bons sentimentos, a exaltação das virtudes sociais e individuais; é necessário o maior cuidado para evitar que as histórias em quadrinhos, descumprindo sua missão, influenciem perniciosamente a juventude ou deem motivo a exageros da imaginação da infância e da juventude; não é permitido o ataque ou a falta de respeito a qualquer religião ou raça; os princípios democráticos e as autoridades constituídas devem ser prestigiados (CIRNE, 1974, p. 11).

Que as HQ permitem captar um privilegiado panorama da sociabilidade e da arte contemporânea, prova-o, por exemplo, Alan Moore (*Swamp Thing, Watchmen, From Hell, Big Numbers*), cuja verve é internacionalmente reconhecida pela capacidade de diálogo com a Literatura, História e Cultura Popular. A multidão e a solidão urbana, o processo de interiorização da violência, a insignificância da vida e da morte, os vários graus pelos quais se pode modular a maldade, as máscaras sociais, a perversidade humana e as forças do mal constituem tópicos expressivos do seu universo. A sua obra pode ser vista como um diálogo profundo que se instrumentaliza a partir de uma estética complexa, que visa a interrogar valores, noções e discursos da sociedade ocidental (DI LIDDO, 2009).

A interpenetração entre temáticas polêmicas e elementos visuais plasam outros aspectos estéticos que expressam sutilezas e poderosas metáforas da alma humana e das relações sociais, em especial nos centros urbanos. No

mercado americano, são exemplos os recentes *Point of Impact*, de Jay Faerber; *Halloween Eve*, de Amy Reeder e Brandon Montclare; *The Crow: Curare*, de James O'Barr, cuja tonalidade de vermelho e preto e os traços das silhuetas sugerem a continuidade entre cenário e personagens, plasmando singular efeito poético:

Figura 5 – “The Crow: Curare”, de James O'Barr e Antoine Dodé.



Fonte: O'BARR & DODÉ. *The Crow: curare*. San Diego, CA: IDW Publishing, 2013.

Figura 6 – “Halloween Eve”, de Amy Reeder e Brandon Montclare



Fonte: REEDER & MONTCLARE. *Halloween Eve*. Irvine, CA: Image Comics, 2012.

Em *Halloween Eve*, Figura 6, a perfeita sobreposição do espelho à imagem da personagem tanto pode sinalizar a silhueta da garota branca como a projeção dos conflitos étnicos raciais da personagem negra, numa sociedade marcada obsessivamente por valores eurocêntricos e explicitação da segregação étnico-racial. Nessa hipótese, a sobreposição da imagem da garota branca na negra reverberaria a metáfora da inclusão por meio do aniquilamento do sujeito. Ainda na temática feminina, *Persepolis*, da iraniana Marjane Ebihamis, nos convida a refletir sobre os contrastes autobiográficos da infância no Irã e da adolescência na Europa. Em *Epiléptico*, de David B, codinome do francês Pierre François Beauchard, a própria epilepsia narra as venturas e desventuras de dentro do corpo da “personagem”.

No cenário brasileiro recente, a tematização da homoafetividade ilustra o panorama de enfrentamento de *tabus* e das múltiplas tendências das HQ entre nós. É o caso, por exemplo, de *Amores Plurais*, de Amaro Braga, que também é pesquisador de HQ. E de outras vertentes e abordagens: as mediações digitais do diário gráfico *Sopa de salsicha*, de Eduardo Medeiros; o humor sintético de André Dahmer; os elementos “cubistas” na verve de Bruno Maron; os artistas do Coletivo Beleléu (Daniel Lafayette, Eduardo Arruda, Tiago Elcerdo e Stêvz) e o diálogo entre música, imagem e texto em *Aparecida Blues*; a crítica comportamental de Chiquinha (Fabiane Langona); Danilo Beyruth e a retomada de um tema clássico nacional (cangaço) em *Bando de Dois*; e tantos outros. Sem almejar exaustão, esse pequeno elenco já relativiza o panorama de outrora: “Não existe no Brasil uma linha autenticamente nacional de desenvolvimento das histórias em quadrinhos” (ANSELMO, 1975, p. 64).

Considerações Finais

A partir da problematização de valores históricos importantes das proposições sobre estética, aqui se almejou uma primeira abordagem acerca das peculiaridades que ensejam a consideração de elementos estéticos na arte do século XXI. Considerando que pretensões formalistas não mais se sustentam na contemporaneidade, e que a definição das soluções artísticas é cada vez mais tributária dos processos digitais de produção,

armazenamento, transmissão e uso; considerando ainda que as contingências econômicas vigentes podem transformar qualquer objeto (material ou imaterial) em mercadoria – a discussão de elementos estéticos, se não mais se pauta por metanarrativas, nem “narrativas do espírito” (Hegel), pode encontrar a sua função social enquanto instrumento de comunicação e de compreensão das vicissitudes estéticas da obra do artista contemporâneo.

Articulando um arco que pode compreender elementos de literacia visual e informação pictórica (habilidades fundamentais do século XXI), a abordagem estética das HQ tem um campo de trabalho vasto e fecundo, dos escopos da linguagem (elementos visuais, textura, face, cenários, fundo, layout etc.) ao fenômeno de hibridização com outras mídias e artes. O pressuposto é que a legitimidade da crítica estética passa pelo reconhecimento da impossibilidade de reviver o *ethos* do passado, reconhecendo as convenções pragmáticas, signos e semiose existentes entre produtores e comunidades afins.

Paralelamente à técnica que conforma o objeto, há que se considerar os aspectos inevitavelmente políticos da arte, visto que a História não morreu. Nesse intento, os elementos materiais e as técnicas à disposição do artista configuram um organismo complexo que se reveste de discursos e sentidos que tornam possível a assimilação dos signos dispostos em modalidades e gêneros de comunicação. Por isso os dados da perspectiva, os contornos do desenho, o ritmo e os tempos da narrativa estariam irremediavelmente relacionados à subjetividade fundada num tempo histórico e em relações sociais com seus valores específicos. A apreensão do artista da parcela de vida e mundo que ele apresenta é mais valorizada à medida que os seus interlocutores compreendem a grandeza da sua mensagem e revivem a plasticidade simbólica do objeto estético eivado de sentidos de humanidade que ele ousou captar.

Se conseguir tocar as condições sociais, as formações históricas, as relações e as inter-relações codificadas na arte, a crítica estética não só dialogará com o artista como também com o público. Desse modo, a função social da estética atual, enquanto instrumento de comunicação, se reveste de peculiaridades próximas às recomendações dadas por Vico: iluminar na obra as relações com o passado (permanência e dissolução de valores e técnicas), os retrocessos, a especificidade do *modus operandi* do artista, o seu

diálogo ou ruptura com a tradição e os contemporâneos, em síntese, vislumbrar o passado e o futuro no presente.

Oxalá a crítica estética possa almejar que o fruto do seu trabalho seja usufruído no sentido mais pleno e necessário dos dias correntes, isto é, enquanto uma educação profunda, visto que fundada naquilo que o ser humano tem de mais precioso, a vida e os contornos essenciais de humanidade que a arte especialmente possibilita mirar.

Referências

AGOSTINHO, S. **De Civitate Dei**. [410-426]. Disponível em: <<http://bit.ly/13XoDzz>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

ANSELMO, Z. **Histórias em Quadrinhos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

AQUINO, São T. **Summa Theologica**. [1265-1274]. Disponível em: <<http://bit.ly/13XoDzz>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BAUMAN, Z. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELTING, H. Die Ikone in moderner Sicht und im Spiegel ihrer Geschichte. In: **Bild und Kult: Eine Geschichte des Bildes vor dem Zeitalter der Kunst**. München: Vera C.H. Beck, 1990.

BENJAMIN, W. Teses sobre o conceito de história. In: Michael LÖWY. **WB: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Tradução das teses de Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.

BERLIN, I. **A força das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARPEAUX, O. M. Ensaio reunidos (1942-78), v. 1. **A cinza do purgatório: livros de mesa**. São Paulo, Topbooks, 1978.

CIRNE, M. **A Explosão Criativa dos Quadrinhos**. Petrópolis, Vozes, 1974.

COLI, A. A Origem (*Ursprung*) como alvo e o método interpretativo de Walter Benjamin. **Cadernos Benjaminianos**, UFMG, v. 1, n. 1, p.1-11, jun. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/16lqge7>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DERRIDA, J. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DI LIDDO, A. **Alan Moore: comics as performance, fiction as Scalpel**. Mississippi: University Press of Mississippi, 2009.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ECO, U. **The Aesthetics of Thomas Aquinas**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

FOSTER, H. **The first pop age: painting and subjectivity in the art of Hamilton, Lichtenstein, Warhol, Richter, and Ruscha**. Princeton: University of Princeton Press, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALLAGHER, D. Integritas and the aesthetic appreciation of incomplete artworks. **Journal for the Psychological Study of the Arts**. Florida, March 19, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/1avW1h3>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

HEGEL, G. **Curso de estética: o sistema das artes (1820-1829)**. Trad. Álvaro Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1999.

KIERKEGAARD, S. **A Kierkegaard Anthology**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

KUIAVA, E.; ZEVALHOS, V. A escrita e o pharmakon: um estudo a partir da desconstrução derridiana. **Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, Maio de 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/12knCUw>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

LYOTARD, J.F. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

NÖTH, W. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.

VEIGA-NETO, A. Ciência e pós-modernidade. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 143-156, 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/1asggw9>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas (1953). In: **Os pensadores**. 2^a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ZANGWILL, N. Aesthetic Judgment. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, 2010. Edward Zalta (ed.). Disponível em: <<http://stanford.io/144yCQa>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

INFORMAÇÃO PARA A AÇÃO POLÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA POLÍTICA CULTURAL E DOS INDICADORES CULTURAIS

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Introdução

Como explicitado em artigo anterior, integrante do livro *Tópicos do Ensino de Biblioteconomia*, volume 1, a disciplina *Teoria da Ação Cultural* visa identificar e problematizar vetores que informam as dinâmicas culturais na contemporaneidade, tendo por premissa a inseparabilidade entre cultura, informação e comunicação. Objetiva-se, assim, a formação de profissionais aptos a atuar de maneira crítica em um amplo leque de ocupações, compreendendo sua ação inserida em contextos complexos, visando não apenas ao desenvolvimento humano, mas à consolidação democrática. Importante destacar que a disciplina é alimentada e alimenta pesquisas que desenvolvemos no campo da cultura e da informação, num processo permanente de retroalimentação.

No presente artigo, discute-se a o papel fundamental da informação para a ação política em contextos democráticos a partir da perspectiva da política cultural e dos indicadores culturais.

Informação organizada, transparente e compartilhada é instrumento fundamental de ação política em contextos democráticos sendo, portanto, importante elemento para a participação cidadã e para o desenvolvimento humano. Destaque-se que o desenvolvimento humano não pode ser visto apenas como o aumento da renda per capita, mas diz respeito a uma ampla dimensão humana estreitamente ligada à liberdade, o que passa pelo reconhecimento do papel ativo dos indivíduos. Em outras palavras, o desenvolvimento inscreve-se não apenas na esfera econômica

mas, da mesma forma, na esfera política, social e cultural. A garantia dos direitos políticos, dos direitos culturais, dos direitos à informação e à comunicação, dos direitos civis é determinante para a liberdade e, conseqüentemente, para o desenvolvimento. Participar das discussões públicas e intervir de maneira direta nas decisões políticas que afetam nossas vidas é parte integrante do desenvolvimento humano e, nesta vertente, a informação é fator fundamental de ação política para a liberdade, para nossa condição de agentes. Sem informação pública organizada e transparente para que se possa escolher de maneira ponderada não há pleno exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2011).

A interação dinâmica entre o Estado e a sociedade civil determina a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática que pressupõe a cidadania ativa, a ampliação dos espaços de cidadania. Uma gestão pública transparente, responsável, eficaz e eficiente é condição *sinequa non* para tal consolidação.

Para o alargamento e o adensamento das práticas democráticas torna-se fundamental a ampliação e a criação de novos circuitos de informação de forma a transformar os termos da participação da sociedade civil nas decisões públicas.

Na expressão de Paul Tolila, ex-diretor do DEPS¹, a necessidade de consolidação de uma ‘cultura coletiva da informação estruturada’, - o que implica a criação de estatísticas, indicadores e avaliações de políticas, ações e programas – é fundamental para uma gestão democrática, para o debate cidadão, que deve se apoiar em dados confiáveis e não em ‘impressões’. Em suas palavras,

Nenhum debate público e cidadão sério poderá ocorrer sem os dados estruturais que permitam fundamentá-lo de maneira confiável, autorizando simultaneamente a pluralidade das interpretações [TOLILA, 2007b, p.13].

1. DEPS – Département des Études, de la Prospective et des Statistiques do Ministério da Cultura da França criado nos anos 60, pouco depois da criação do próprio Ministério da Cultura francês tendo à frente André Malraux. Pioneiro na produção de estudos quantitativos e qualitativos sobre a cultura é, ainda hoje, referência obrigatória.

No Brasil, tal ‘cultura da informação estruturada’ ainda é bastante incipiente, apesar de termos vivenciado processos substanciais de transformação na gestão pública, sobretudo pelas novas articulações estabelecidas entre o governo e a sociedade civil a partir do processo de democratização pós-ditadura militar. Segundo o economista Ladislau Dowbor, *os sistemas existentes de informação não foram organizados para a participação cidadã* [DOWBOR, s/d, p.2]. Enquanto sociedade civil ainda não temos acesso de forma clara, transparente e direta às informações essenciais para a participação e o acompanhamento na e da vida pública, apesar da promulgação da Lei de Acesso à Informação - LAI, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, regulamentando o direito constitucional do cidadão ao acesso a informações produzidas ou detidas pelo governo, significando um grande avanço social. Portais, publicações e outros suportes fornecem informações, mas nem sempre as ferramentas necessárias para sua decifração e utilização. Dowbor destaca ainda,

As informações, como já dissemos, existem, e em quantidades diluvianas, produzidas por instituições especializadas como IBGE, SEADE e outras, bem como por ministérios, pelo Banco Central, por governos de Estado, por administrações municipais. De forma geral, estas informações são geradas segundo uma filosofia da oferta, daquilo que a instituição considera que deveria produzir, com pouca consideração da demanda, ou seja, daquilo que a sociedade precisa saber para uma participação política informada [DOWBOR, s/d, p.8].

Dessa forma, a organização de informações que viabilizem a participação da sociedade civil é um enorme desafio para os gestores públicos. O estabelecimento de canais de comunicação de mão dupla é elemento determinante para a efetiva consolidação e exercício da democracia. Às demandas advindas da sociedade civil o poder público deverá responder com máxima transparência. A informação estruturada em forma de dados, estatísticas e indicadores destaca-se como ferramenta indispensável para o exercício democrático. Sem informação pública organizada e transparente,

para que se possa acompanhar, avaliar e escolher de maneira ponderada, não há pleno exercício da cidadania.

À luz dessas considerações buscaremos refletir sobre indicadores culturais, compreendidos como ferramentas essenciais para uma gestão democrática. A reflexão sobre esse tema não pode ser apartada de uma reflexão mais alargada sobre o setor cultural, compreendido na atualidade como setor chave para o desenvolvimento de qualquer sociedade na medida em que, numa conceituação ampla, diz respeito à dimensão simbólica da existência social, e como elemento central de constituição das sociedades contemporâneas e eixo estruturante do processo de desenvolvimento. *Jamais foi tão necessário levar em consideração as bases culturais para a formulação de qualquer desenvolvimento consistente e sustentado*, defende o cientista político uruguaio Gerardo Caetano [Revista OIC, 2007, p.11]. A avaliação de políticas culturais e as informações mais precisas sobre o setor cultural tomam por base a maior participação da sociedade civil na elaboração e gestão de políticas públicas. Segundo Paul Tolila, informações confiáveis, compreensíveis e bem divulgadas, adaptadas aos desafios das políticas públicas e às exigências da sociedade participativa são imprescindíveis, permitindo uma discussão real sobre as estratégias, os investimentos, as orientações e a satisfação dos direitos e necessidades dos cidadãos no âmbito democrático [TOLILA, 2007a].

Em maio de 2004, no Fórum Universal das Culturas de Barcelona, cidades e governos locais do mundo aprovaram um documento orientador das políticas públicas de cultura e contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade: a Agenda 21 da Cultura. Como declaração de intenções e compromisso mútuo para o desenvolvimento cultural (e seu corolário, que é o desenvolvimento humano), a Agenda 21 da Cultura, afirma, como um dos 16 princípios que a regem:

O desenvolvimento cultural apoia-se na multiplicidade dos agentes sociais. Os princípios de um bom governo incluem a transparência informativa e a participação cidadã na concepção de políticas culturais, nos processos de tomada de decisões e na avaliação de programas e projetos [Agenda 21 da Cultura, Princípios, Item 5].

Tal princípio dá suporte à reflexão sobre os indicadores culturais. Deles trataremos a seguir.

Indicador Cultural

Indicador cultural é um instrumento referencial para a compreensão de fenômenos culturais, expresso em geral de maneira numérica, visando a avaliar e medir, mais do que descrever, constituindo um privilegiado instrumento de política cultural. Os indicadores funcionam como ferramentas de diálogo, administração e decisão, além de instrumento avaliatório de ações, programas e políticas. Ressalte-se que política cultural é compreendida aqui como o *‘programa de intervenções realizado pelo Estado, instituições civis, iniciativa privada ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população’* (poderíamos acrescentar à esfera da necessidade a do desejo) *‘e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas’* [COELHO NETTO, 1997, p.293].

Em tese em que propõe um marco conceitual e indicadores culturais para políticas culturais de proximidade, a socióloga Liliana Sousa e Silva defende a necessidade de desenvolvimento de mecanismos eficazes para a elaboração e o monitoramento de políticas culturais, de diagnósticos sobre o processo cultural, de identificação das áreas estratégicas para o desenvolvimento a partir do setor cultural, o que determina a elaboração de sistemas de informação sobre o setor cultural. Destaca ainda, que para promover o sistema de produção cultural – a criação, a produção, a distribuição e o consumo – os diversos agentes culturais precisam contar com informações e conhecimentos sistematizados [SOUSA E SILVA, 2007, p.12]. Tais informações devem abarcar tanto os aspectos relativos à economia da cultura – compreensão do setor cultural como gerador de recursos financeiros –, quanto o que deve ser destinado ao setor, quais os bens produzidos por uma determinada sociedade, por quais grupos, como são difundidos e apropriados, quais os obstáculos limitadores de uma vida cultural rica e diversificada, entre tantos outros. Além disso, destaca ainda a autora, o processo de globalização e de troca intensa entre diversos países determina a criação e a sistematização de

informações sobre esses intercâmbios e a necessidade de estabelecimento de critérios comuns para a comparação e a regulação entre os países. Sublinha,

É possível conhecer e diagnosticar aspectos da cultura de uma sociedade por meio da produção de informações e estatísticas culturais; e também pela elaboração e aplicação de *indicadores culturais*, instrumentos capazes de captar informações sobre o processo cultural, seja no âmbito local, regional ou nacional. Os indicadores são aproximações da realidade que servem de referência para ajudar na compreensão de processos que ocorrem nas mais variadas esferas, não podendo, entretanto, ser considerados como verdades absolutas. Um indicador não é uma estatística pura e sim uma estatística processada com o objetivo de fornecer uma informação específica. Mais do que um dado, é uma ferramenta desenhada a partir de dados que lhe dão sentido e facilitam a compreensão da informação. Pode ser caracterizado como uma informação sintética que orienta, por exemplo, sobre a situação em que se encontra uma determinada política. Também pode ser visto como ferramenta para estudo de aspectos do passado e/ou do presente, capaz de fornecer elementos para decisões posteriores. É, portanto, uma forma de conhecimento da realidade capaz de orientar políticas, investimentos de recursos, programas, entre outros. Pode também ser considerado como um sinalizador de processos e resultados relativos a uma determinada ação planejada, criado para orientar a observação, o registro e a avaliação de planos, programas e ações [SOUSA E SILVA, 2007, p.13].

Um indicador cultural é uma estatística processada e posta em relação com outros dados estatísticos a fim de fornecer uma informação específica, não sendo, portanto, nem um dado puro, nem um elemento neutro, nem uma fotografia da realidade, mas um *constructo* que depende do contexto em que foi criado, de sua finalidade e de sua orientação. Na medida em que é uma variável que agrega informações, dando-lhes sentido, será tanto melhor quanto mais claras forem as perguntas às quais dará respostas. Uma

dificuldade para a criação de indicadores culturais é a heterogeneidade de sentidos atribuídos ao termo ‘cultura’, o que se reflete de maneira imediata na delimitação do campo cultural. Por ser dinâmica, cambiante e flutuante, a realidade cultural é de mais difícil apreensão do que a de outros setores, além de não permitir uma delimitação consensual sobre seu campo.

A definição da cultura com seu corolário que é a delimitação do campo cultural determina quais os dados, estatísticas e indicadores relacionados diretamente a ele. Uma delimitação mais restrita de cultura, por exemplo, relacionando-a às linguagens artísticas, determinará um campo cultural também restrito. Se a cultura for vista em sentido ampliado como modo de vida, em sua vertente antropológica, a delimitação do campo cultural será evidentemente ampla, incluindo uma larga gama de atividades que se procurará avaliar e medir.

A delimitação do campo cultural como base para a pesquisa e a explicitação dos critérios utilizados para isso é questão crucial para dar-lhe credibilidade e legitimidade, sobretudo na vertente de uma gestão efetivamente democrática. A pertinência das escolhas, a clareza de seus objetivos e de sua produção possibilitam a ampla utilização das informações obtidas, dando respaldo efetivo aos gestores, decisores e à sociedade civil de maneira ampla na formulação e acompanhamento de ações, programas e políticas, identificando necessidades, desejos e potencialidades existentes em diferentes contextos.

Independentemente dessas questões, Mariana Pfenniger ressalta que um indicador cultural deve ter, ao menos, as seguintes características: ser confiável; ser periodicamente atualizado; ser claro; ser comparável no tempo e no espaço; ser acessível e relevante para a política cultural. Destaca ainda que a origem de um indicador é uma estatística, o que determina que se defina que dados são necessários, a revisão da metodologia de sua coleta e a realização de esforços para gerar séries históricas a fim de que possam ser comparáveis no tempo [PFENNIGER, 2004, p.5].

Para o economista espanhol Salvador Carrasco Arroyo, os indicadores culturais são ferramentas de diálogo político e, como consequência, instrumentos necessários para o desenho de políticas culturais. Para serem úteis, os dados analisados devem converter-se em indicadores que, por sua vez,

devem converter-se em informação de forma a fornecer as bases da futura ação pública em termos culturais, produzindo-se um *feedback* informativo no sistema de estatísticas culturais. Um problema recorrente na criação de indicadores culturais é que existem poucos dados e estatísticas primários confiáveis; conseqüentemente, a construção de indicadores consistentes e robustos resulta difícil [ARROYO, 2006, p.3].

No caso brasileiro, a criação de indicadores culturais por parte da gestão pública é bastante recente. No âmbito federal, a parceria estabelecida entre o Ministério da Cultura (MinC) e o IBGE resultou na criação de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais que veio a público em 2006. A partir de um breve histórico das políticas culturais brasileiras trataremos das informações e indicadores culturais divulgados pelo MinC/IBGE.

Das Políticas Culturais no Brasil

A cultura e a arte sempre ocuparam um lugar secundário no Brasil, desde os tempos da colônia. A singularidade do caso brasileiro – diferente de outras colônias da América que desde cedo assistiram à implantação da imprensa, de universidades e o apoio à circulação de livros – resume-se a um rígido controle sobre a cultura. Mesmo a vinda da família real e sua corte, em 1808, fugindo das tropas de Napoleão, não determinou mudanças substanciais na configuração de uma política cultural, compreendida como intervenções conjuntas e sistemáticas. O traslado de acervos reais que deram origem a instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu de Belas Artes, mantiveram o quadro quase inalterado, e que assim se manteve com a independência e a proclamação da República.

A Revolução de 1930, que coloca Getúlio Vargas no poder, e o posterior endurecimento do regime, com o Estado Novo (1937-1945), são os marcos das políticas culturais no Brasil. Pela primeira vez o Estado brasileiro realizava um conjunto de intervenções sistemáticas na área da cultura, o que se refletia em práticas, legislações, organizações e instituições criadas para esse fim.

No interregno entre o Estado Novo e a Ditadura Militar (1945-1964), época em que experimentamos um período democrático, a cultura e a arte

desenvolveram-se de maneira vertiginosa nos mais diferentes campos e linguagens. No entanto, não houve por parte do Estado, nos diferentes governos, ações sistemáticas que configurassem políticas culturais, muito provavelmente como reação ao período autoritário e dirigista em todas as áreas, inclusive a cultural.

Com a ditadura militar instaurada após o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, a política cultural será percebida como instrumento fundamental da ação governamental para a construção e manutenção de uma nação homogênea, integrada, dentro do binômio segurança e desenvolvimento que guiava o projeto de nação gestado pelos militares. Governos autoritários têm a percepção do papel fundamental desempenhado pela cultura para a consolidação de seus projetos.

Nos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), a cultura volta a ocupar posição secundária, com dotação orçamentária pífia. A novidade é a introdução de leis de incentivo fiscal para a cultura (Lei Sarney posteriormente substituída pela Lei Rouanet, ainda em vigor), de maneira a incrementar o parco orçamento. A política cultural desses governos baseia-se tão somente nas leis de incentivo que contavam com poucos investidores privados.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, em seus dois mandatos (1994-2002), a política cultural se restringirá à lei de incentivo que dará poder de decisão sobre a cultura aos investidores privados. No contexto neoliberal da gestão de FHC, o governo lança uma cartilha de incentivo ao investimento privado em cultura: *A cultura é um bom negócio*. O teto de renúncia fiscal é aumentado bem como os percentuais de isenção para tornar mais atrativa a participação na área.

No governo Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), a cultura finalmente entrará na pauta governamental como componente fundamental das políticas públicas e o orçamento do MinC sofrerá um aumento significativo, embora ainda insuficiente para prescindir das leis de incentivo fiscal. O ministério é entregue a Gilberto Gil num gesto emblemático, e o discurso do ministro ressalta a mudança do conceito de cultura que paupará as ações do ministério: o conceito antropológico de cultura passará a ser adotado, o que significa compreendê-la como a *dimensão simbólica da*

existência social brasileira. O alargamento do conceito significa que a sociedade como um todo será privilegiada e não apenas produtores e criadores, as artes e o patrimônio. Uma série de ações e canais de interlocução são criados para aproximar o ministério da sociedade. O ministro Juca Ferreira, que assume a pasta depois da saída de Gil, mantém o mesmo rumo na gestão. Busca-se *‘desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade (...) a partir da ‘presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta’* [PNC, 2008, p.11]

O portal do MinC passa a ser um canal privilegiado de informações sobre as ações do ministério. Fóruns são criados para a participação da sociedade. Nessa vertente, o convênio estabelecido entre o MinC e o IBGE para a criação de um sistema de informações e indicadores culturais é mais do que louvável e coloca em pauta a importância da informação pública organizada e transparente para que se possa acompanhar, avaliar e escolher de maneira ponderada, aproximando a gestão pública da sociedade civil.

Como a sociedade civil não é a extensão mecânica da cidadania política e *‘longe de ser um âmbito universal, é um território de interesses que se contrapõem e que só podem compor-se mediante ações políticas deliberadas’* [NOGUEIRA, 2004, p.111], cabe às políticas públicas sistematizar e difundir informações para que a democracia efetivamente se consolide.

As gestões do MinC que se seguiram, no governo da Presidenta Dilma Roussef (2011-2016), a saber, Ana de Hollanda (2011-2012), Marta Suplicy (2012-2014) e Juca Ferreira (2015-2016), não adensaram as ações na área da informação pública como se esperava. O ministro Juca Ferreira assumiu em um momento de turbulência política que culminou no impeachment da Presidenta.

Michel Temer, que assumiu a presidência após articulações que derubaram a presidenta, extinguiu o Ministério da Cultura e ressuscitou-o em seguida, sob pressão dos setores artísticos e culturais da sociedade, mas pouco importância dá ao setor cultural e à informação pública. A instabilidade que caracteriza o MinC se reflete na troca permanente de ministros: Marcelo Calero, Roberto Freire, João Batista de Andrade e Sérgio Sá Leitão ocuparam a cadeira em pouco mais de um ano de governo.

A Parceria MINC/IBGE

A parceria entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na construção de informações sobre o setor cultural procurou preencher uma lacuna e colocar o Brasil no circuito dos países que produzem e disseminam informações, bases de dados, estatísticas e indicadores sobre a cultura. O convênio firmado em dezembro de 2004 visava à elaboração de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais, a fim de organizar e sistematizar informações sobre o setor cultural brasileiro a partir dos dados das pesquisas correntes do órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, pelo viés da produção, do consumo, do emprego e dos gastos públicos.

Seminários temáticos foram criados com o objetivo de configurar a metodologia do estudo, envolvendo técnicos do Ministério da Cultura (MinC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o grupo de trabalho interdisciplinar composto por técnicos do IBGE, responsáveis pelas diferentes pesquisas utilizadas no estudo. As atividades culturais foram mapeadas nas seguintes pesquisas regulares da instituição:

- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e Pesquisas Estruturais Econômicas (Pesquisa Industrial Anual – Empresa - PIA Empresa; Pesquisa Anual de Comércio – PAC; Pesquisa Anual de Serviços – PAS), para obtenção de informações sobre a produção de bens e serviços culturais.
- Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas (APU), para identificar os gastos governamentais.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a fim de obter as características das ocupações e das atividades culturais realizadas pela população.
- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), para obter informações sobre o consumo e a posse de bens duráveis relacionados à cultura pelas famílias brasileiras.

Em texto que reflete sobre a parceria MinC/IBGE para a consolidação de informações sobre o setor cultural, a economista Cristina Lins, do

IBGE, uma das responsáveis pela pesquisa, destaca que a parceria visou ao desenvolvimento e produção de uma base consistente de informações relacionadas ao setor cultural de maneira a fomentar estudos, pesquisas, publicações, além de dar subsídios para a formulação de políticas públicas [LINS, 2006].

Em 2006 foi lançado o *Sistema de Informações e Indicadores Culturais* (SIIC), com dados referentes ao ano de 2003, disponibilizado nos portais do MinC e do IBGE em formato pdf, além do formato impresso. O estudo buscou sistematizar informações relacionadas ao campo das atividades culturais brasileiras, com base nas estatísticas sobre a produção de bens e serviços, os gastos das famílias e do governo e as características da mão-de-obra ocupada no setor. Na introdução do trabalho lê-se:

Neste estudo, a análise econômica da cultura foi realizada por meio da mensuração dos produtos (bens e serviços) ofertados e consumidos. Convém ressaltar que, mesmo partindo de um princípio conceitual e metodológico simples (estudo da oferta e demanda de produtos associados à cultura), houve enorme dificuldade para mensurar a importância econômica da cultura no Brasil, em virtude da insuficiência de dados estatísticos sobre as atividades de produção de bens culturais no País.

Desta forma, o IBGE, como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, procurou investigar o setor cultural por meio de informações cadastrais, estatísticas e documentais, já disponíveis, para, assim, elaborar os indicadores culturais que revelam as diferentes faces da cultura no País, pelo lado da produção, do consumo e do emprego [IBGE, 2006, p.12].

Para classificar as atividades econômicas culturais, o IBGE utilizou a Classificação das Atividades Econômicas – CNAE 1.0, que tem comparabilidade internacional. Com base nas classes da classificação – o nível mais detalhado da pesquisa – o setor cultural foi delimitado. Nem sempre a desagregação das atividades diretamente relacionadas à cultura foi possível, o que impossibilita uma fotografia mais próxima do real.

Um problema central apresentado decorre de o fato das informações quantitativas serem obtidas nas pesquisas correntes da instituição, o que traz dificuldades quanto à agregação das informações, as variáveis utilizadas e a delimitação do campo cultural. Dentro das dificuldades de delimitação do campo cultural insere-se a questão das novas tecnologias e sua inclusão nas estatísticas relativas ao setor cultural. O papel central desempenhado pelas telecomunicações e pela internet na produção, distribuição e uso de bens e serviços culturais - cumprindo papel fundamental na democratização do acesso à cultura, especialmente em um país como o Brasil que se caracteriza pela má distribuição dos equipamentos culturais -, põe em relevo a questão da incorporação dessas atividades na delimitação do setor cultural para a criação das informações.

O presente artigo não tem por objetivo uma reflexão crítica sobre o estudo, mas compreender como o setor cultural é inserido no circuito da informação pública, nesse caso específico a partir do convênio entre o MinC e o IBGE, com todos os desafios e dificuldades inerentes ao pioneirismo. Independentemente dos problemas apresentados no estudo, a iniciativa é mais do que louvável. A continuidade das publicações do IBGE/MinC é fundamental, mas mudanças nas gestões posteriores do MinC inviabilizaram a manutenção da parceria no ritmo e profundidade que vinham acontecendo. A prática da descontinuidade, corrente no Brasil tanto em âmbito privado quanto público, além de não possibilitar a construção de séries históricas de dados, resulta em uma enorme dispersão das pesquisas e estudos sobre o setor, produzindo-se retratos localizados e datados.

Em 2007, outro estudo fruto da parceria IBGE/MinC foi lançado, desta vez com dados comparativos dos anos de 2003, 2004 e 2005 (com exceção da PNAD, que traz dados de 2006 e da POF, com informações de 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003), na perspectiva de criação de série histórica que possibilitasse a análise de dados em perspectiva comparada, ao longo de diferentes anos.

Ainda em 2007, o IBGE lançou em parceria com o MinC o *Suplemento Munic Cultura* na sexta edição do *Perfil dos Municípios Brasileiros*, pesquisa de caráter censitário que percorre anualmente a totalidade dos 5564 municípios brasileiros a fim de traçar o perfil e as atividades no âmbito da

gestão municipal. Os dados foram coletados no ano de 2006. Este suplemento traz informações fundamentais sobre a gestão municipal - órgão gestor da cultura, infraestrutura do órgão gestor da cultura no município, recursos humanos da cultura na prefeitura, instrumentos de gestão utilizados, legislação, existência e funcionamento de conselhos, existência e características de Fundo Municipal de Cultura, recursos financeiros, existência de Fundação Municipal de Cultura, ações, projetos e atividades desenvolvidas; levantamento sobre os meios de comunicação no país; existência, quantidade e distribuição dos equipamentos culturais no território brasileiro; mapeamento das atividades culturais e artísticas existentes nos municípios. Traz também informações preciosas sobre a cultura no Brasil em termos materiais, podendo subsidiar ações do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Esperava-se que uma pesquisa desse porte se repetisse depois de algum tempo para que fosse possível aferir mudanças e permanências. Em 2009 e 2012, as edições da *Munic* contemplaram informações sobre o setor cultural, mas não em um suplemento específico. Em 2015, foi lançado o suplemento de Cultura do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros 2014 (Estadic/Munic), com informações importantes sobre o setor cultural.

Outro estudo com informações relevantes sobre o setor cultural foi lançado em 2009 pelo MinC: *Cultura em Números - Anuário de Estatísticas Culturais*. Também sem outra versão, apesar do termo anuário estar associado à repetição sistemática, o estudo traz não apenas estatísticas, mas indicadores, gráficos e mapas sobre o setor cultural no que tange a diferentes aspectos. Segundo o Ministro Juca Ferreira, na apresentação do trabalho,

O manejo consciente deste *Cultura em Números* nos possibilita traçar caminhos, buscar instrumentos e consolidar políticas públicas de cultura que possam sanar tais deficiências. Trata-se de um precioso instrumento para injetar maior objetividade e racionalidade na gestão cultural, já que, sem indicadores, faltam-nos parâmetros para criar, acompanhar e avaliar o impacto dos nossos programas e das nossas políticas [MINC, 2009, p.26].

A citação do ministro parece indicar que o anuário foi criado visando a dar insumos à própria gestão do MinC, embora haja um ‘guia para o leitor’, logo em seguida à apresentação, que se pretende uma bússola guiando a decifração das inúmeras informações trazidas pelo anuário. Sua divisão dá conta de cinco áreas específicas: oferta da cultura; demanda da cultura; indicadores culturais; financiamento da cultura; gestão pública da cultura. Foram utilizadas como fontes para o estudo, pesquisas do IBGE, do IPEA, do INEP, do MinC e de uma instituição privada, o IBOPE, para dar conta das informações relativas à demanda da cultura (sobretudo o consumo cultural). As informações são de anos distintos, o que é um complicador para um anuário: 2006 (muitas informações advêm do Suplemento Cultura do IBGE, anteriormente citado) e 2007; as informações do Ibope são de 2005-2006. Os indicadores de economia da cultura são de 2003-2005. A compilação de pesquisas organizadas em vetores fundamentais para a compreensão do setor cultural é insumo fundamental para pesquisadores, gestores, decisores e para a sociedade civil de maneira ampla.

Em 2014, o MinC lançou uma plataforma digital que permitia inserção de dados pelos cidadãos, em um processo colaborativo, com informações sobre o setor cultural: SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que vinha sendo elaborado desde 2004, de maneira a permitir que os agentes culturais e a sociedade como um todo pudessem ter acesso a informações do setor cultural de maneira concentrada. Em 2015 o sistema foi remodelado:

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) tem o intuito de coletar, armazenar e difundir dados e informações sobre objetos culturais em âmbito nacional, agregando bases de dados de órgãos públicos e privados de cultura, que facilitarão a atualização das informações por meio de acesso remoto, formando um sistema de informações dinâmico e vivo que pretende ter o maior repositório de dados sobre a cultura brasileira. Esses dados serão compartilhados de forma pública e transparente, oferecendo informações estratégicas tanto para os órgãos e instituições gestoras da cultura quanto para todo cidadão

brasileiro (MinC, <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/07/novidades-no-sistema-de-indicadores-culturais>).

À plataforma caberia avaliar e monitorar o Plano Nacional de Cultura, congregando informações que seriam permanentemente atualizadas.

O SNIIC foi transformado a partir de 2016, tornando-se uma plataforma denominada Mapas Culturais, mais aberta à participação da sociedade civil:

A novidade do SNIIC proposta pela Secretaria de Políticas Culturais está em unir o arcabouço técnico da web semântica e dos arranjos de transparência fundamentados no modelo ‘open data’ (dados abertos), com as potencialidades da participação direta da sociedade civil através de interfaces típicas das mídias sociais. Trata-se de qualificar o uso dos dados públicos pelos cidadãos interessados, e implementar ambientes e padrões que incentivem o desenvolvimento distribuído de aplicações e serviços, criados a partir de demandas locais. A estratégia é focar no design da participação buscando soluções simples, mínimas, que possam evoluir com a colaboração direta dos interessados. É o ‘governo como plataforma’(MinC, <http://sniic.cultura.gov.br>).

A despeito das inovações propostas pelo SNIIC, há poucas informações disponíveis na atualidade (outubro de 2017), o que espelha o descaso com a cultura na atual gestão, assim como com a transparência e a informação pública.

A criação de um amplo sistema de informações sobre o setor cultural no Brasil não se viabilizará se não tivermos, de fato, estudos sistemáticos que permitam a criação de séries históricas que sirvam efetivamente como instrumentos claros para uma gestão democrática.

Considerações finais

Alargar e adensar as práticas democráticas exige a ampliação e a criação de novos circuitos de informação de forma a transformar os termos da

participação da sociedade civil nas decisões públicas. No Brasil, ainda é preciso consolidar a ‘cultura coletiva da informação estruturada’ em todos os setores da vida pública.

No que tange especificamente ao setor cultural, apesar de iniciativas fundamentais tomadas pelo Ministério da Cultura, sobretudo em sua parceria com o IBGE, ainda estamos longe de consolidar tal cultura. Os estudos estruturados e publicados ainda não são suficientes e não têm nenhuma garantia de continuidade. Se desejamos, de fato, a ampliação da prática democrática, é preciso que o poder público garanta a informação pública organizada e transparente para que se possa acompanhar, avaliar e escolher de maneira ponderada, sem o que não há pleno exercício da cidadania. As novas ferramentas digitais permitem novos arranjos e articulações, com ampla participação cidadã, e são fundamentais para maior informação e transparência.

A discussão que ora empreendemos, acerca da informação para a ação política em contextos democráticos a partir da perspectiva da política cultural e dos indicadores culturais, tópico da disciplina Teorias da Ação Cultural, situa-se na interface entre Cultura e Informação, sendo de fundamental importância para a formação de profissionais críticos, comprometidos com a sociedade, compromisso maior de uma universidade pública.

Referências

Agenda 21 da Cultura. In: *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC* – n.1 (jan./abr.2007). São Paulo: Itaú Cultural, 2007, p. 53-63.

ARROYO, S.C. Medir la cultura:una tarea inacabada. **Periférica** n.7, 2006. Disponível em: <<http://www.uv.es/carrascsc/PDF/medir%20la%20cultura.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2011.

COELHO NETTO, J.T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DOWBOR, L. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://dowbor.org/04infocid.doc>>. Acesso em 17 jul. 2011.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**: 2003. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**: 2003-2005. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Suplemento Munic Cultura. In: **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2006.

LINS, C. **Indicadores culturais**: possibilidades e limites – As bases do IBGE. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.org.br>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

MINC/Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Cultura*. Brasília: 2008.

MINC. **Cultura em Números**: anuário de estatísticas culturais. Brasília, 2009.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, L.M.B. Informação, ação política e desenvolvimento humano. **DataGramazero**, vol. 12, n.4, 2011.

PFENNIGER, M. Indicadores y estadísticas culturales: un breve repaso conceptual. **Portal Iberoamericano de Gestión Cultural**, 2004. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n.1 (jan./abr.2007). São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

SOUSA E SILVA, L. **Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva**. São Paulo, 2007. Tese (PPGCI) da Escola de Comunicações e Artes da USP.

TOLILA, P. **Cultura e Economia**. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007a.

TOLILA, P. Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC**, São Paulo – n.1, p. 34-42, jan./abr.2007b.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

Sites

<http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic->

<http://sniic.cultura.gov.br>

<http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/07/novidades-no-sistema-de-indicadores-culturais>

Sobre os autores

Francisco Carlos Paletta | Professor-Doutor no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pós-Doutorado pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Doutor em Tecnologia Nuclear (USP), Mestre em Engenharia de Produção (UNIP), Mestre em Gestion de l'Information et de la Connaissance (Université Paul-Valery Montpellier III/França). MBA em Altos Estudos de Estratégia e Geopolítica (FAAP), MBA em Marketing (USP), Bacharel em Engenharia Elétrica (FEI). Coordenador do Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação (ECA/USP). Presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária (ECA/USP). Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP); e Mestrado Profissional em Gestão da Informação da ECA/USP. E-mail: fcpaletta@usp.br

Giovana Deliberati Maimone | Professora-Doutora no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/USP), Mestre em Ciência da Informação pela PUC de Campinas, SP. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientadora nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP); e Mestrado Profissional em Gestão da informação da ECA/USP. E-mail: gdmaimone@usp.br

José Fernando Modesto da Silva | Professor-Doutor no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pós-Doutorado pela Universidade Carlos III de Madrid (Espanha), Doutor em Ciências da Comunicações (PPGCOM-USP), Mestre e Bacharel em Biblioteconomia pela PUC de Campinas, SP. Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP).

Membro dos Grupos de Pesquisa: Centro de Pesquisa e Tecnologia de Produção Científica (CPTPC/ECA/USP); e Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação (ECA/USP). Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP); e Mestrado Profissional em Gestão da informação da ECA/USP. E-mail: fmodesto@usp.br

Ivan Siqueira | Professor-Doutor no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor e Mestre em Letras pela FFLCH/USP. Especialista em Música e História da Arte pela Berklee College of Music - EUA. Graduado em Letras pela UNESP. Membro do Conselho Nacional de Educação. Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE. Professor Visitante na Kyoto University of Foreign Studies (Japão). Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientador no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP). E-mail: naviclauper@usp.br

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira | Professora-Doutora no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutora em Ciência da Informação (PPGCI-USP), Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM-USP), Bacharel em História (FFLCH-USP) e Licenciada em História (FE-USP). Autora, entre outros, de *Corpos Indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica*; *Nossos Comerciais, por favor!*; *Biblioteca escolar e circuitos culturais*. Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP). E-mail: mbol.lucia@gmail.com

Marcos Luiz Mucheroni | Professor-Doutor no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em Engenharia Elétrica (Poli/USP), Mestre em Engenharia Mecânica (EESC/USP). Bacharel em Ciência da Computação pela

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador do Centro de Pesquisa e Tecnologia de Produção Científica (CPTPC). Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP); e Mestrado Profissional em Gestão da informação da ECA/USP. E-mail: mucheroni.marcosl@gmail.com

Marivalde Moacir Francelin | Professor-Doutor no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em Ciência da Informação (PPGCIUSP). Mestre em Ciência da Informação pela PUC de Campinas, SP. Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP de Marília, SP. Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP); e Mestrado Profissional em Gestão da informação da ECA/USP. E-mail: marivalde@usp.br

Vânia Mara Alves Lima | Professora-Doutora no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutora em Ciências da Comunicação (PPGCOM-USP), Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOMUSP), Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (ECA/USP). Docente no curso de Biblioteconomia e Docente/Orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI/ECAUSP); e Mestrado Profissional em Gestão da informação da ECA/USP. E-mail: vamaal@usp.br

O livro "Tópicos para o Ensino de Biblioteconomia – Volume II" prossegue no objetivo de contribuir com a área da Biblioteconomia, no que se refere ao ensino, formação e exercício profissional de bibliotecários. Em um compromisso de responsabilidade acadêmica os autores, deste livro, apresentam conteúdos dos programas de disciplinas lecionadas no curso de graduação em Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. A proposta reflete a lógica de que qualquer esforço com foco na qualidade do ensino de biblioteconomia, bem como valorizar o apoio e o enriquecimento provido pela pesquisa. Os textos reunidos neste volume abordam temas como: a biblioteca digital, a representação descritiva sob norma da RDA (Recurso: descrição e acesso), os aspectos conceituais das humanidades em ambientes digitais, a biblioteconomia e lógica, a análise documentária, além de tópicos de ação cultural no enfoque dos quadrinhos e da perspectiva das políticas e dos indicadores culturais. Os textos não esgotam os temas tratados e a proposta dos organizadores é desenvolver uma obra aberta e contínua, que deve incluir tópicos atualizados e inerentes aos desafios da biblioteconomia no século XXI.

Fernando Modesto e Francisco Paletta

